



f

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 9 | Setembro 2010



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Setembro de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Setembro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	22
Artigos	29
Em Análise	31
Evolução das Exportações Portuguesas no 1.º Semestre de 2010	31
Ensaio	37
Business Survival in Portuguese Regions	37
Purchasing Power Parity and Competitiveness in Portugal: an Empirical Approach	49
Iniciativas e Medidas Legislativas	59
Abreviaturas Utilizadas	65

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * A economia mundial continuou a recuperar no 3.º trimestre de 2010, mas o dinamismo do crescimento apresentou-se mais moderado devido, em parte, aos efeitos da retirada das medidas de estímulo orçamental e da implementação de uma política orçamental de maior contenção com vista a antecipar a correcção do défice público na generalidade dos países da área do euro. E, ainda, a recente aprovação de propostas sobre a reforma do sistema financeiro internacional com o objectivo de reduzir a probabilidade de crises e falências no futuro contribuiu, em parte, para a recuperação dos índices bolsistas internacionais do sector bancário.
- * Nos EUA, os indicadores de confiança para o 3.º trimestre apresentaram um crescimento mais moderado. Os dados quantitativos (vendas a retalho e produção industrial) registaram um abrandamento mas continuaram positivos. Em Agosto, a taxa de desemprego subiu para 9,6% e a taxa de inflação homóloga abrandou para 1,1% (1,2% em Julho).
- * O indicador de sentimento económico da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) referente aos meses de Julho e Agosto continuou a melhorar, com destaque para o indicador de confiança dos consumidores para a AE e, para a confiança dos empresários da indústria e do comércio a retalho para a UE. Em Julho, a taxa de desemprego manteve-se em 10% na AE e a taxa de inflação homóloga da AE, diminuiu para 1,6% em Agosto (1,7% em Julho).
- * As taxas de juro a 3 meses diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, em Setembro até ao dia 17, tendo a quebra sido mais pronunciada para o caso dos EUA. Igualmente, as taxas de juro de longo prazo apresentaram uma diminuição significativa, em Agosto, quer na área do euro quer nos EUA, face ao mês precedente.
- * O preço spot do petróleo *Brent* subiu em Setembro tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 17, apresentado o valor de 78 USD/bbl (61€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB registou um crescimento homólogo real de 1,5% no 2.º trimestre de 2010, representando um crescimento de 0,3% face ao trimestre precedente.
- * Em Julho, o indicador de actividade económica aumentou 0,4 p.p. face ao 2.º trimestre, atingindo nesse mês o valor mais elevado desde o 1.º trimestre de 2008.
- * A informação disponível até Julho, sugere ainda uma desaceleração do consumo privado e uma melhoria do investimento.
- * Em Agosto, a taxa de inflação homóloga foi de 1,9%, mais 0,1p.p. do que no mês anterior, situando-se 0,4p.p. acima do verificado na área do euro. Até Agosto, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 9190 milhões de euros, o que representa um agravamento de 446 milhões de euros face ao período homólogo. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 660 milhões de euros, representando um aumento de 32 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente na execução orçamental de 1150 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 324 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

Comércio Internacional

O presente Boletim Mensal de Economia Portuguesa apresenta uma análise dos principais resultados preliminares das Estatísticas do Comércio Internacional para o período de **Janeiro a Julho de 2010** e para o **comércio intra e extra-comunitário**.

- * Segundo os **resultados preliminares do comércio internacional** para o mês de Julho de 2010¹, nos últimos 3 meses o ritmo de crescimento das saídas e das entradas de mercadorias (13,8% e 12,7%, respectivamente) foi superior ao dos últimos 12 meses.
- * Entre *Janeiro e Julho de 2010*, o défice (fob/cif) da balança comercial cresceu, em termos homólogos, 4,1%, atingindo os 11.344 milhões de euros mas, excluindo os *produtos energéticos*, o saldo negativo da balança comercial recuperou 0,7%. Nestes primeiros sete meses do ano, a taxa de cobertura (fob/cif) das exportações face às importações foi de 65,1%, o que reflectiu uma variação homóloga positiva de 2,2 p.p. e um ritmo de crescimento das saídas superior ao das entradas (14,7% e 10,8%, respectivamente).
- * Entre *Maió e Julho de 2010*, as saídas aumentaram 13,8% e as entradas 12,7%, tendo-se agravado o saldo negativo da balança comercial (fob/cif) em 10,6%, face ao mesmo período no ano transacto. A taxa de cobertura (fob/cif) foi de 64,9%.
- * No período de Janeiro a Julho, as expedições para o *mercado comunitário* cresceram 13,9%. As expedições para países da UE-15 aumentaram 13,6%, enquanto que o crescimento dos países do Alargamento teve uma performance superior (21%). Destacaram-se países como a Bélgica (+37%), os Países Baixos (+20,9%), a Espanha (+15,9%), o Reino Unido (+14,7%) e a Polónia (+15,5%). As expedições de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 7% para a Alemanha e 7,7% para a França.
- * No mesmo período, as *exportações para os Países Terceiros* cresceram, em termos homólogos, 17,3%. Este comportamento positivo deveu-se às taxas de crescimento das saídas para países como o México (100%), Brasil (80,8%), Turquia (60,6%) e EUA (42,9%). Por outro lado, tem vindo a acentuar-se o contributo negativo por parte do mercado angolano (-22,3%).
- * Entre *Janeiro e Julho de 2010*, salienta-se o contributo positivo para o crescimento das saídas da maioria dos grupos de produtos, com excepção do Vestuário e Calçado (-0,2 p.p.).
- * No primeiro semestre do ano, e de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos, as “exportações” de bens e serviços registaram um crescimento homólogo de 11,3%, tendo as “exportações” de bens crescido 14,5% e as dos serviços 4,7%.

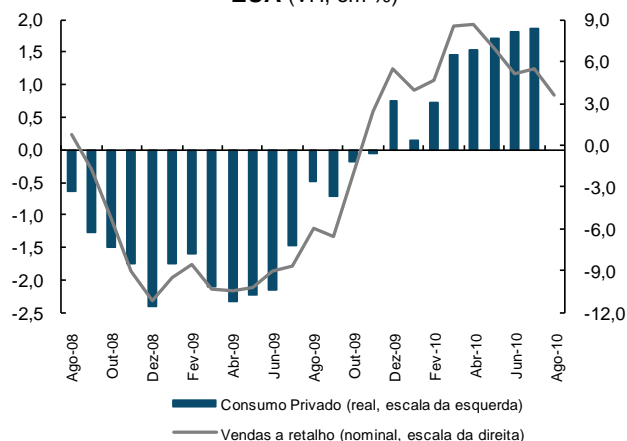
¹ Incluem estimativas preliminares para o Comércio intra e extra comunitário para o mês de Julho.

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

A recuperação da economia mundial prosseguiu no 3.º trimestre, mas o dinamismo do crescimento apresentou-se mais moderado devido, em parte, à retirada das medidas de estímulo orçamental; ao processo de ajustamento dos balanços em vários sectores e à manutenção de uma elevada taxa de desemprego na generalidade das economias avançadas. A taxa de inflação manteve-se moderada nos países da OCDE.

Figura 1.1. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

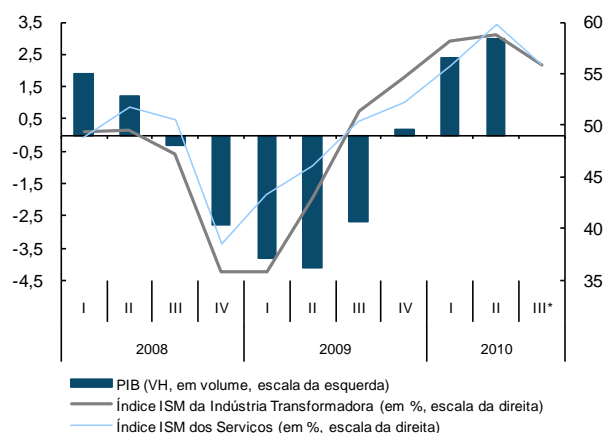
Nos **EUA**, os dados relativos ao 3.º trimestre de 2010 continuaram positivos, embora evidenciem alguma moderação no seu crescimento. De facto, no conjunto dos meses de Julho e Agosto, em termos homólogos:

- as vendas a retalho abrandaram para 4,5% em termos nominais (6,9% no 2.º trimestre);
- a produção industrial desacelerou para 6,8% (7,2% no 2.º trimestre).

Em Julho de 2010 e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou 1,9% em termos reais e as exportações registaram um crescimento de 18,3% em termos nominais (17,8% em Junho).

A taxa de desemprego subiu para 9,6% em Agosto e a taxa de inflação homóloga diminuiu ligeiramente para 1,1% (1,2% em Julho).

Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management*. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da actividade. * Média de Julho e Agosto.

Os indicadores disponíveis para a economia da **China** indicam a continuação de um forte crescimento da procura interna e das exportações mas a um ritmo menos elevado. Estas registaram um aumento médio, de 36%, em termos homólogos nominais no conjunto dos meses de Julho e Agosto (41% no 2.º trimestre). A taxa de inflação homóloga subiu para 3,5% em Agosto (2,9% e 3,3% nos meses de Junho e Julho, respectivamente) devido sobretudo ao aumento dos preços dos produtos alimentares relacionado com as intempéries no sul do país.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China.

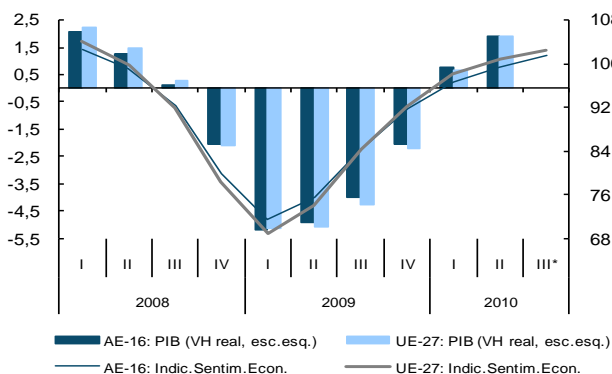
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-EU

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mai	Jun	Jul	Ago
EUA – PIB real	VH	BEA	-2,6	-4,1	-2,7	0,2	2,4	3,0	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-9,3	-12,7	-8,6	-3,8	2,7	7,2	7,8	8,2	7,4	6,2
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	46,2	43,0	51,4	54,6	58,2	58,8	59,7	56,2	55,5	56,3
Índice ISM dos Serviços	%	"	48,0	46,0	50,4	52,3	55,7	59,8	61,1	58,1	57,4	54,4
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	66,3	68,2	68,4	70,2	73,9	73,9	73,6	76,0	67,8	68,9
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,3	9,3	9,6	10,0	9,7	9,7	9,7	9,5	9,5	9,6
China – PIB real	VH	NBSC	9,1	7,9	9,1	10,7	11,9	10,3	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-16,0	-23,5	-20,5	0,9	30,3	41,0	48,5	43,9	38,1	34,4
Japão – PIB real	VH	COGJ	-5,2	-5,9	-4,8	-1,4	4,4	2,4	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

No conjunto dos meses de Julho e Agosto de 2010, o indicador de sentimento económico subiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado sobretudo da melhoria dos indicadores de confiança dos consumidores para a AE e dos indicadores de confiança dos empresários da indústria e do comércio a retalho para a UE.

Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e AE

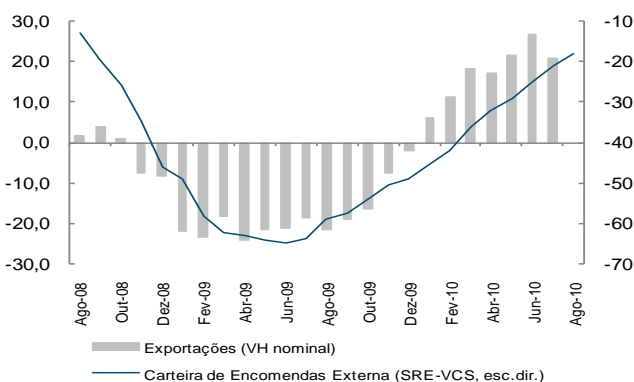


Fontes: CE; Eurostat. Nota: A partir de Maio/10, os indicadores de confiança apresentam uma quebra de série devido à alteração da classificação das actividades económicas (de NACE Rev.1 para NACE Rev.2). * Média de Julho e Agosto.

Em Julho de 2010, os indicadores quantitativos para a área do euro desaceleraram ligeiramente. Em termos homólogos:

- a produção industrial abrandou para 7,2% (8,3% em Junho);
- as exportações aumentaram 21% em termos nominais (27% em Junho);
- as vendas a retalho aumentaram 0,9% em termos reais (1,1% em Junho).

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

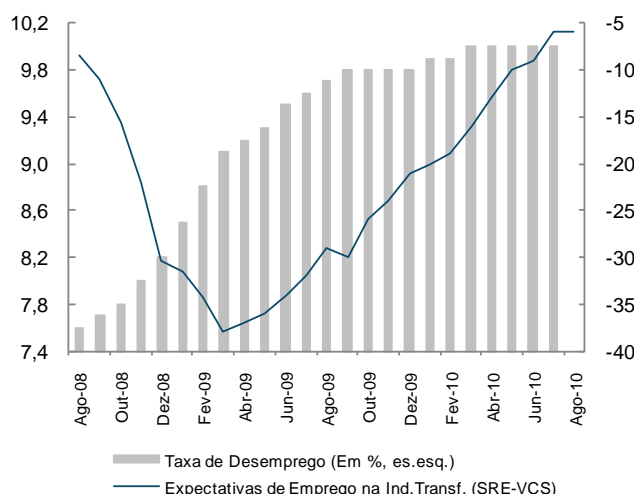
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mai	Jun	Jul	Ago
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-4,2	-5,1	-4,3	-2,2	0,7	1,9	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	79,9	74,2	84,3	92,2	98,2	100,8	100,2	100,3	102,1	102,7
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	-4,1	-4,9	-4,0	-2,0	0,8	1,9	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	80,8	75,6	84,1	91,9	96,6	99,3	98,4	98,9	101,1	101,8
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-14,9	-18,7	-14,7	-7,3	4,7	9,1	9,6	8,3	7,2	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-2,3	-2,6	-2,4	-1,0	0,5	0,6	0,9	1,1	0,9	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,4	9,3	9,7	9,8	9,9	10,0	10,0	10,0	10,0	:
IHPC	VH	"	0,3	0,2	-0,4	0,4	1,1	1,5	1,6	1,4	1,7	1,6

Em Julho de 2010, a taxa de desemprego continuou estável em 10% na AE e em 9,6% na UE, mantendo-se nesta situação desde Março e Fevereiro, respectivamente.

Em Agosto de 2010, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego mantiveram-se inalteradas para os serviços e para a indústria transformadora; enquanto se deterioraram para a construção e comércio a retalho.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Agosto de 2010, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1,6% (1,7% em Julho). A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados manteve-se em 1%.

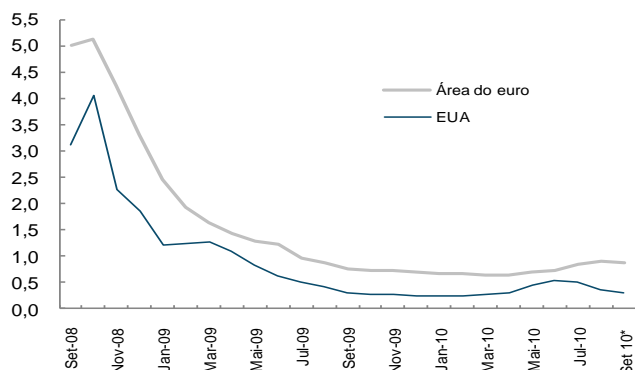
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis desaceleraram no 2.º trimestre de 2010 para 1,6% em termos homólogos nominais (1,9% no 1.º trimestre).

No 2.º trimestre de 2010, o emprego do total da economia apresentou uma quebra de 0,6% em termos homólogos na AE (-1,2% no 1.º trimestre), acompanhando de um aumento da produtividade, a qual se reforçou face ao 1.º trimestre.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, situando-se, em Setembro, em média até ao dia 17, em 0,88% e em 0,29%, respectivamente (0,90% e em 0,36%, no mês de Agosto, respectivamente).

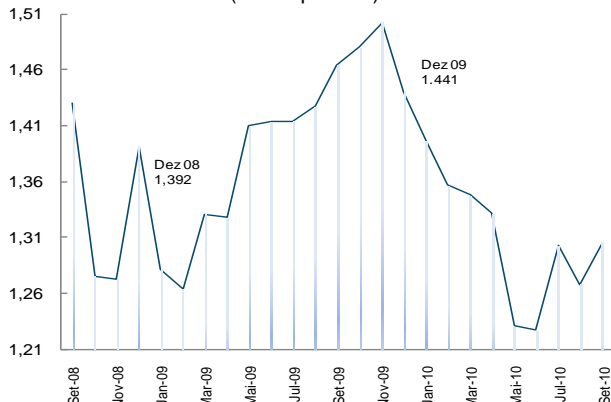
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 17.

Em Agosto de 2010, as taxas de juro de longo prazo tiveram uma diminuição significativa tanto na área do euro como nos EUA, tendo este movimento sido mais acentuado para o último caso, cujas taxas atingiram o valor mais baixo desde a Primavera de 2009. Esta situação reflecte o aumento das preocupações quanto às perspectivas económicas a curto prazo para a economia mundial e, em particular, para os EUA.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Setembro, o valor é do dia 17.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

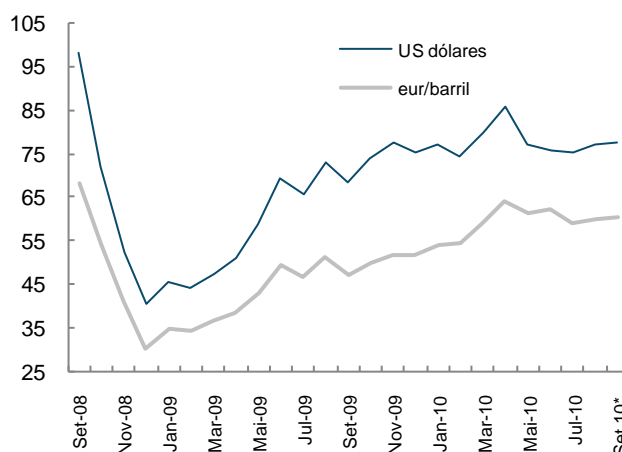
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mai	Jun	Jul	Ago
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,70	1,10	0,75	0,70	0,63	0,77	0,70	0,77	0,90	0,89
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,25	3,31	3,50	3,45	3,72	3,49	3,42	3,20	3,01	2,70
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,84	3,98	3,79	3,68	3,71	3,61	3,54	3,61	3,61	3,36
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,441	1,413	1,464	1,441	1,348	1,227	1,231	1,227	1,303	1,268
Dow Jones*	VC	Yahoo	18,8	11,0	15,0	7,4	4,1	-10,0	-7,9	-3,6	7,1	-4,3
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	21,1	16,0	19,6	3,2	-1,1	-12,2	-7,3	-1,4	6,6	-4,3
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	62,45	59,58	69,00	75,51	77,22	79,53	77,22	75,74	75,25	77,16
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-35,2	-50,0	-39,9	37,5	68,9	33,5	31,8	9,3	14,5	5,8
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-30,7	-42,8	-36,6	22,4	59,0	43,1	43,2	25,5	26,4	17,1
Preço Relativo do Petróleo em euros***	979=10i	GEE	45,5	43,1	49,2	50,1	56,2	61,6	63,2	60,4	62,6	61,3

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 e 2010 corresponde à média diária do IGCP.

Entre o final do mês de Agosto e de Julho, assistiu-se a uma depreciação do euro face ao dólar, resultando, em parte, da renovada aversão ao risco entre os investidores, em consequência do aumento das preocupações do mercado acerca das perspectivas orçamentais e económicas em alguns países da área do euro. Porém, em Setembro e até meados do mês, a tendência de depreciação do euro face ao dólar inverteu-se, tendo atingido no dia 17 (1,31) o valor mais elevado desde meados de Agosto.

Em Agosto de 2010, o índice de preços relativo do petróleo importado desceu para 61,3 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Setembro, e até dia 17, o preço do petróleo Brent subiu ligeiramente para se situar, em média, em 78 USD/bbl (61 €/bbl).

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 17.

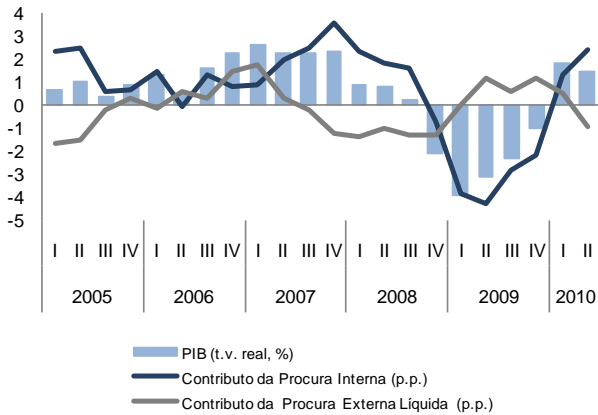
Em Agosto, o preço das matérias-primas não energéticas aumentou 18,3% em termos homólogos (17,7% em Julho), devido à aceleração dos preços dos produtos alimentares (especialmente do trigo) causados pelas condições meteorológicas adversas nos maiores países de exportação deste cereal.

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

No 2.º trimestre de 2010, o PIB apresentou um crescimento real de 1,5% em termos homólogos (1,8% no trimestre anterior), de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE. Em termos homólogos, a desaceleração do PIB foi determinada pela diminuição da procura externa líquida não compensada pelo aumento da procura interna, que cresceu 2,2% em termos homólogos (mais 1 p.p. do que no trimestre anterior).

Figura 2.1. Contributos para a Taxa de Variação do PIB

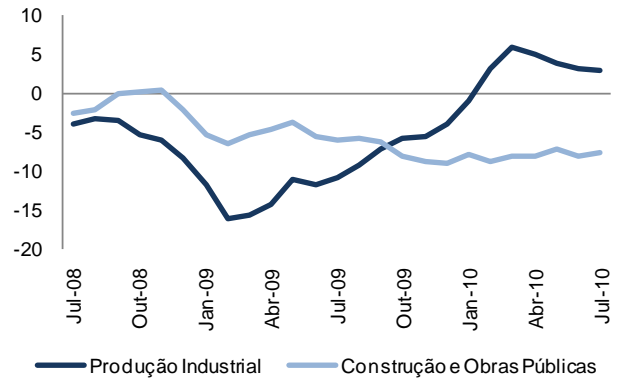


Fontes: INE.

No mês de Julho os dados quantitativos disponíveis, indicam que:

- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 0,1% depois de um crescimento de 3% no 2.º trimestre e o índice de volume de negócios cresceu 5,2% (10,5% no 2.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 8,2%, (-8,1% no 2.º trimestre);
- o índice de volume de negócios nos serviços caiu 0,3% após um crescimento de 5% no 2.º trimestre e o índice no comércio a retalho registou um crescimento de 1,1% (0,5% no trimestre precedente).

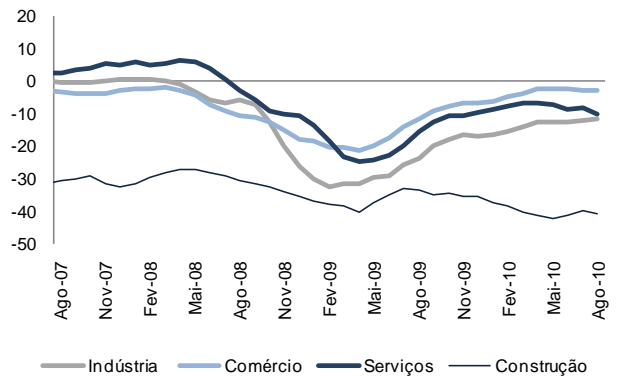
Figura 2.2. Índices de Produção (MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Nos meses de Julho e Agosto, em termos médios, registou-se um agravamento em todos os indicadores de confiança, com exceção da indústria transformadora onde se assistiu a uma ligeira melhoria.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

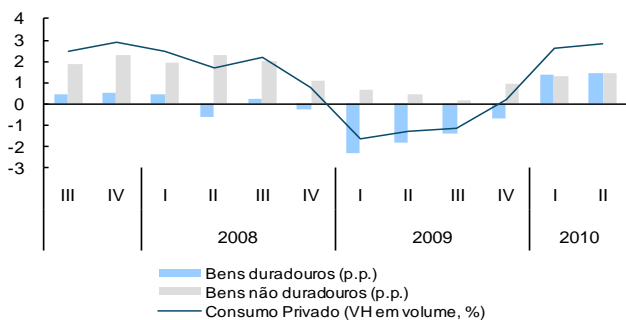
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mai	Jun	Jul	Ago
PIB – CNT Trimestrais	VH Real	INE	-2,6	-3,1	-2,3	-10	18	15	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-18	-2,7	-12	-0,3	-0,6	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-24,4	-29,1	-9,8	-17,1	-14,1	-2,7	-3,4	-3,5	-9,9	-11,1
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-13,5	-17,5	-9,3	-6,7	-4,0	-2,1	-2,9	-1,9	-3,3	-4,0
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-17,1	-23,0	-12,5	-9,5	-6,6	-8,7	-9,4	-9,9	-5,9	-15,2
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-36,0	-35,0	-35,2	-35,4	-40,2	-41,4	-42,1	-39,0	-38,6	-44,3
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,9	-11,9	-7,2	-3,9	5,9	3,0	4,3	4,5	-0,1	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-17,9	-22,0	-18,1	-6,7	10,7	10,5	12,1	9,7	5,2	:
Índice de Volume de Negócios – Serviços	"	"	-11,8	-15,5	-10,6	-7,1	14	5,0	6,1	7,0	-0,3	:

Consumo Privado

O consumo privado registou, durante o 2º trimestre, um crescimento homólogo real de 2,8%, 0,2 p.p acima do verificado no trimestre anterior. Os bens duradouros e os não duradouros contribuíram de igual forma com 1,4 p.p..

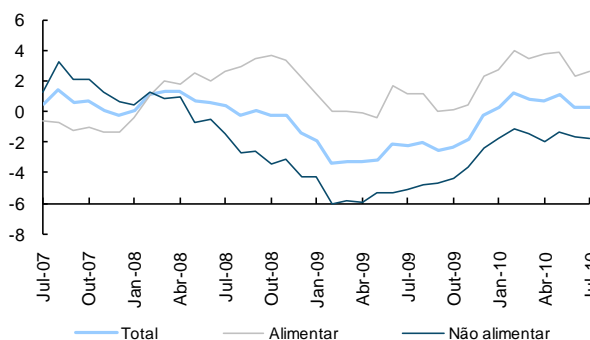
Figura 2.4 Crescimento Real do Consumo Privado e Principais Contributos (VH)



Fonte: INE.

No final do mês de Julho o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou em termos homólogos um decréscimo de 0,1%, com um decréscimo de 3,2%, na categoria de bens alimentares, não compensado pelo crescimento de 3,2%, na categoria dos bens alimentares.

Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

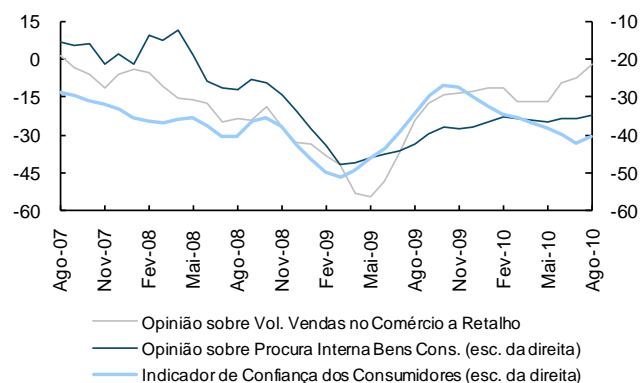


Fonte: INE.

Em Agosto manteve-se a tendência de melhoria, que se tem verificado ao longo de 2010 na opinião dos empresários.

Já no que concerne o índice de confiança dos consumidores, constatou-se uma melhoria do sentimento em Agosto o que conjugado com a ligeira melhoria já verificada no mês de Julho, levou a uma inflexão e a uma melhoria do indicador em termos de médias móveis de três meses.

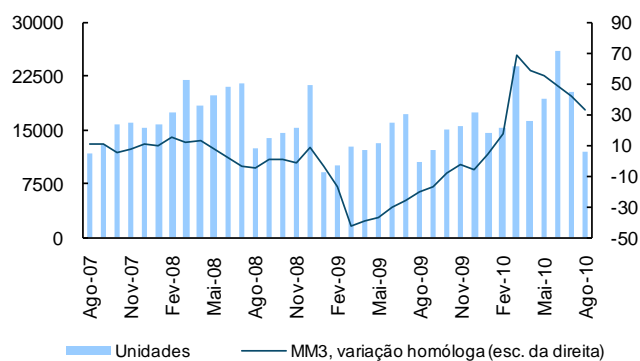
Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em Agosto foram vendidos quase 12 mil veículos ligeiros de passageiros. Como já havia sido verificado em Julho e como seria expectável devido ao aumento do IVA, observou-se uma desaceleração face aos meses anteriores, sendo que, no entanto, se manteve um crescimento de 13,6% em termos homólogos.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

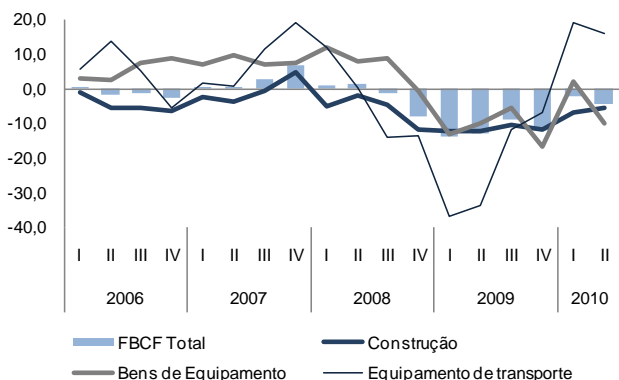
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mai	Jun	Jul	Ago
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-1,0	-1,3	-1,2	0,2	2,6	2,8	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-39	-43	-29	-30	-35	-40	-42	-43	-42	-37
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-30	-48	-18	-13	-17	-9	-15	-4	-4	2
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-2,0	-2,1	-2,5	-0,2	0,8	0,3	2,0	-0,9	-0,1	-
Bens alimentares	VH	"	1,0	1,7	0,1	2,3	3,5	2,4	4,1	0,5	3,3	-
Bens não alimentares	VH	"	-4,6	-5,3	-4,7	-2,4	-14	-16	0,1	-2,2	-3,2	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-24,5	-30,2	-16,7	-6,0	69,1	48,9	46,8	62,6	18,3	13,6
Importações de bens de consumo***	VH	INE	-3,3	-1,8	1,7	1,3	-0,7	3,9	-2,8	7,0	4,9	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

No 2.º trimestre, e de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, a FBCF apresentou uma quebra real de 4,6%, o que constitui um agravamento de 2,3 p.p. face ao 1.º trimestre do ano. Para este comportamento da FBCF contribuiu, em grande medida, a quebra de 9,8% verificada nos Bens de Equipamento depois de ter apresentado um crescimento de 2% no trimestre anterior.

Figura 2.8. Formação Bruta de Capital Fixo
(VH, ano de referência 2006)

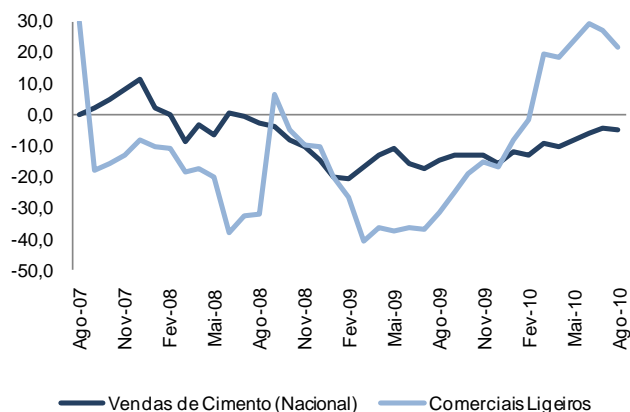


Fonte: INE.

Em termos médios, nos meses de Julho e Agosto, assistiu-se a uma quebra generalizada de todas as componentes da FBCF. Em termos médios homólogos verifica-se que:

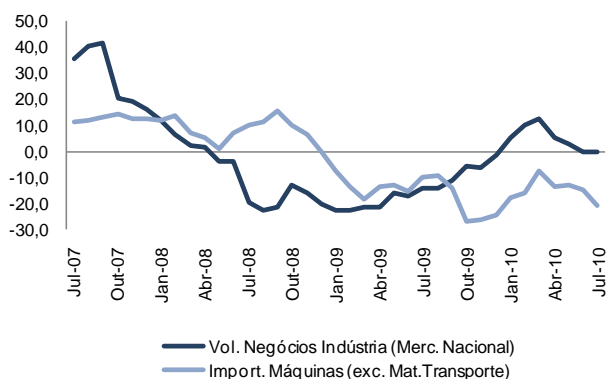
- as vendas de cimento caíram 4,8% (-4,6% no 2.º trimestre);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram 13,7% (27,2% no último trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, voltaram a registar um comportamento mais desfavorável face ao 2.º trimestre.

Figura 2.9. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros (VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.10. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE

No mês de Julho, as licenças de construção de fogos apresentaram uma quebra acentuada face aos resultados do 2.º trimestre (-21,3% face a 0% no 2.º trimestre). Neste mês, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 4,1%, quando no 2.º trimestre se tinha verificado uma quebra de 0,1%.

As importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte registaram uma quebra de 14,8% no 2.º trimestre (-7,1% no 1.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

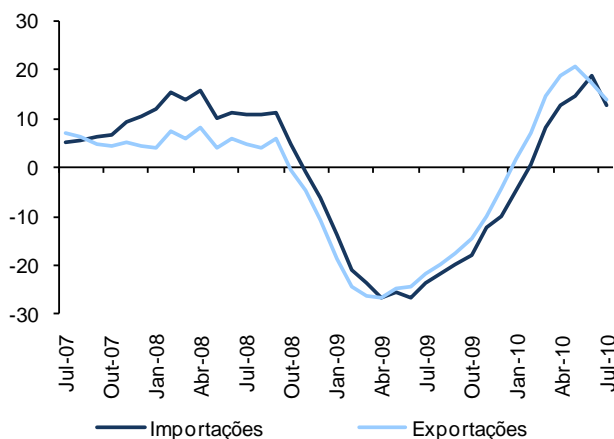
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mai	Jun	Jul	Ago
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-119	-13,0	-8,6	-118	-2,3	-4,6	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	:	-112	-9,2	-7,9	-5,0	-2,1	-2,0	-1,1	-1,0	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-5,5	-16,1	-13,3	-15,6	-9,4	-6,1	-2,2	-4,6	-7,0	-2,2
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	-36,5	-25,0	-16,8	19,6	29,1	30,7	37,0	14,6	12,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-39,4	-47,0	-23,3	-48,7	-33,7	-4,8	-11,5	-2,8	-16,9	15,2
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-37	-43	-33	-27	-52	-22	-36	-22	-22,6	-32,7
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-38,9	-47,7	-38,8	-21,7	-17,2	0,0	-2,0	-1,3	-21,3	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	:	-15,3	-14,0	-24,2	-7,1	-14,8	-9,6	-10,5	-35,3	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-12,7	-17,3	-11,0	-13	12,3	-0,1	-4,4	-1,1	4,1	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais para o 2.º trimestre, as exportações e importações voltam a aumentar, assistindo-se a uma maior aceleração das importações do que das exportações. Em termos homólogos, enquanto as exportações cresceram 10,1% (face a 8,8% no 1.º trimestre), as importações subiram 10,4% (face aos anteriores 5,3%), devido ao crescimento da componente de bens, designadamente na aquisição de material militar.

Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

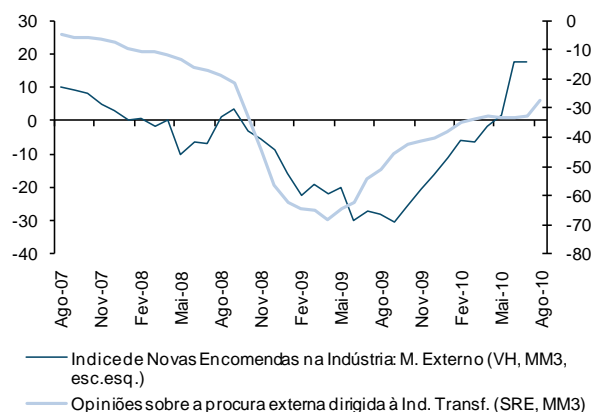


Fonte: INE.

Em Julho, e em termos nominais, as exportações registaram um crescimento em 8,5% enquanto as importações registaram uma quebra de 3,2% (17,2% e 18,8% em termos trimestrais, respectivamente).

A procura externa na indústria continua a evoluir favoravelmente, com as opiniões dos empresários menos negativas em Agosto. Os dados disponíveis para as novas encomendas à indústria do mercado externo, mostram um crescimento no mês de Julho face ao 2.º trimestre (18,9% em Julho face a 17,4% no último trimestre).

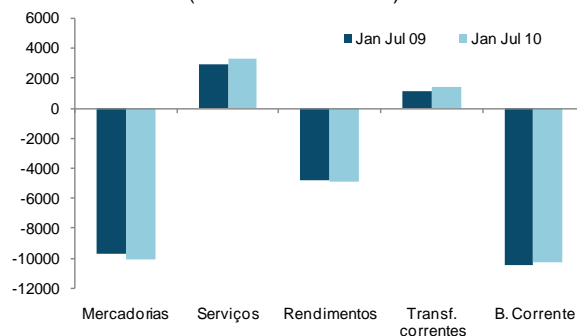
Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até ao mês de Julho de 2010, o défice acumulado da balança corrente foi de 10 281 milhões de euros, o que representa uma redução de 143 milhões de euros face a igual período de 2009. Para este resultado contribuiu o aumento do excedente da balança de serviços em 377 milhões de euros.

Figura 2.13. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

As necessidades de financiamento externo da economia agravaram-se no 2.º trimestre, representando agora 10% do PIB quando no trimestre anterior se fixaram em 8,9% do PIB.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

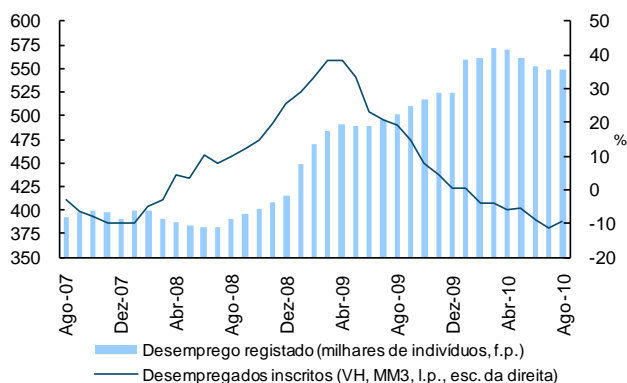
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010		2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-118	-19,0	-16,5	-9,8	-2,0	8,8	10,1	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-10,9	-16,1	-14,8	-8,8	-4,3	5,3	10,4	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,7	8,2	7,1	8,1	7,3	7,3	8,5	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-9,3	-11,7	-8,2	-9,6	-7,8	-8,9	-10,0	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-18,7	-26,4	-24,4	-17,7	-4,3	14,8	17,2	17,7	18,2	15,8	8,5
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-20,2	-23,7	-26,5	-20,0	-9,9	8,0	18,8	13,0	17,9	24,9	-3,2

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010		
				Jul	Jan-Jul	Jul	Jan-Jul	Var.Ac.
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15 869	-795	-9 390	-450	-9 696	-306
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 496	-1334	-9 672	-1002	-10 114	-441
Saldo Balança de Serviços	"	"	5 983	709	2 951	839	3 328	377
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 883	-608	-4 807	-987	-4 935	-129
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 135	258	1103	596	1440	336

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP no final do mês de Agosto verificou-se um acréscimo marginal do n.º de desempregados inscritos, (+0,3% face ao mês de Julho). Em termos homólogos constata-se um crescimento de 9,6%.

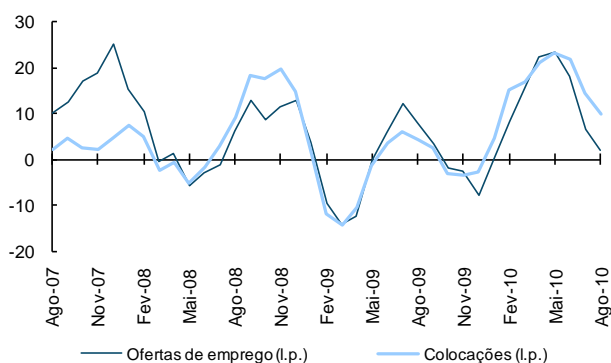
Figura 2.14. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

Em valores absolutos observa-se um acréscimo de cerca de 48 mil desempregados face a Agosto de 2009 e de mil e quinhentos face a Julho de 2010.

Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)

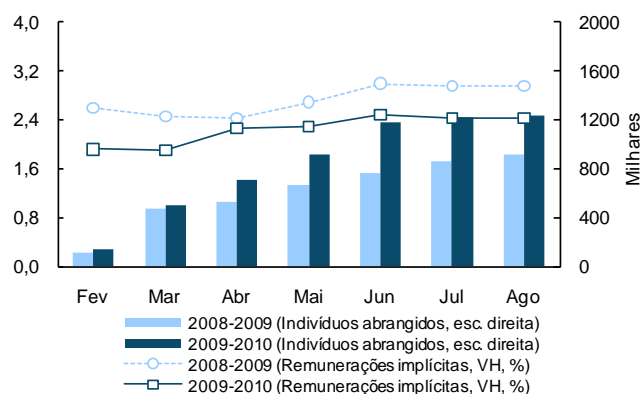


Fonte: IEFP.

No trimestre terminado em Agosto as ofertas de emprego mantiveram a tendência de abrandamento, registando um crescimento de 2%. O crescimento das colocações também tem vindo a abrandar, mas mesmo assim supera claramente o das ofertas, com um crescimento de 10% para o período de 3 meses.

Apesar disso, o rácio colocações sobre ofertas permanece em torno dos 50%.

Figura 2.16. Contratação Colectiva



Fonte: MTSS.

Até ao final de Agosto o número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva era de 1 236 mil, mais 326 mil que em igual período do ano passado, sendo que as remunerações implícitas nos mesmos registaram um crescimento homólogo de 2,4%.

Mantém-se a tendência de maior número de trabalhadores abrangidos pelos instrumentos de contratação colectiva face aos observados em 2009, bem como que o crescimento homólogo das remunerações implícitas seja inferior ao do observado em igual período do ano transacto.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

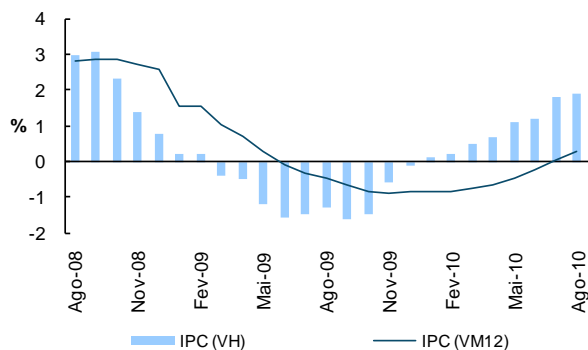
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mai	Jun	Jul	Ago
Taxa de Desemprego	%	INE	9,5	9,1	9,8	10,1	10,6	10,6	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-2,9	-3,4	-3,0	-1,8	-1,7	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	12,1	28,1	29,1	26,1	18,1	12,7	14,6	12,7	10,3	9,6
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	14,3	23,3	14,8	0,4	-3,9	-9,1	-7,3	-12,8	-13,8	-0,5
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	3,3	5,7	3,5	-7,7	15,4	18,1	25,8	-2,2	-1,5	11,5
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,8	3,0	2,8	2,8	1,9	2,5	2,3	2,5	2,4	2,4
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,1	4,8	5,0	2,9	-0,3	1,2	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	3,4	3,5	2,9	2,0	1,9	1,6	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Agosto a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 1,9%, 0,1 p.p acima do verificado no mês anterior. Foi o oitavo mês consecutivo de crescimento do IPC, levando a que no fim de Agosto a variação média do IPC dos últimos 12 meses seja de 0,3%, a primeira vez que é positiva desde Junho de 2009.

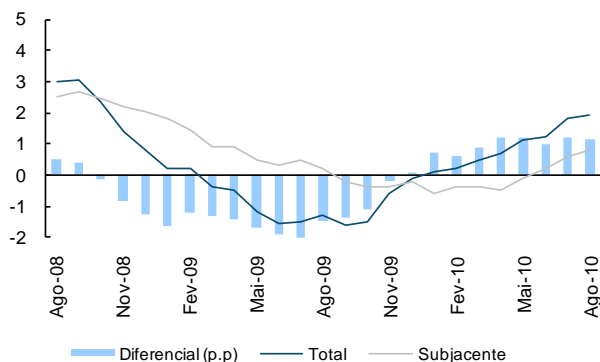
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

Para este aumento na variação homóloga do IPC contribui sobretudo os aumentos, em termos homólogos, de 3,3% no preço dos transportes, de 5% no preço da habitação, água e electricidade e de 4,6% no preço produtos alimentares e bebidas não alcoólicas. Apenas os preços das comunicações, do calçado e vestuário e da saúde apresentaram uma diminuição em termos homólogos de 1,8%, 1,7% e 0,5%, respectivamente.

Figura 2.18. IPC Total e IPC Subjacente
(VH, %)



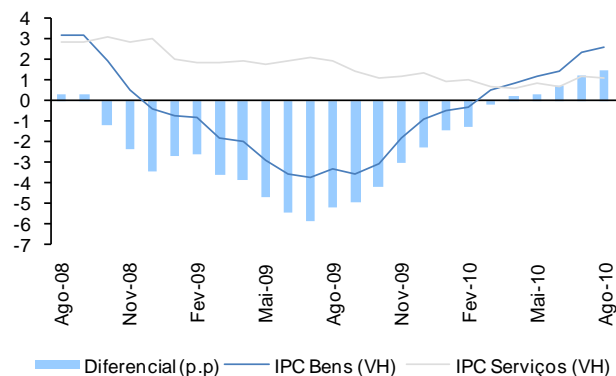
Fontes: INE.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009	2010							
				Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,1	-0,5	0,1	1,1	0,4	0,2	0,2	0,1	-0,2
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	-0,1	0,1	0,2	0,5	0,7	1,1	1,2	1,8	1,9
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-0,7	-0,5	-0,2	0,0	0,3
IPC – Bens	VH	"	2,4	-0,9	-0,5	-0,3	0,5	0,8	1,2	1,4	2,4	2,6
IPC – Serviços	"	"	1,7	1,4	0,9	1,0	0,7	0,6	0,9	0,7	1,2	1,1
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,4	-0,2	-0,6	-0,4	-0,4	-0,5	-0,1	0,2	0,6	0,8
IHPC	"	"	-0,9	-0,1	0,1	0,2	0,6	0,7	1,1	1,1	1,9	2,0
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	1,1	-1,1	-0,9	-0,7	-0,8	-0,8	-0,5	-0,3	0,2	0,4

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) foi de 0,8%, reduzindo ligeiramente o diferencial face ao IPC total.

Figura 2.19. IPC Bens e IPC Serviços
(VH, %)

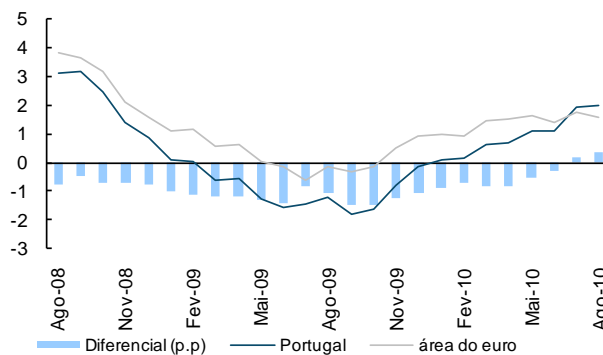


Fontes: INE.

Em Agosto a taxa de variação homóloga do IPC de bens foi de 2,6% (mais 0,2 p.p. que verificado em Julho), contrastando com os 1,1% no IPC de Serviços (menos 0,1p.p que o observado em Julho), aumentando o diferencial para 1,5 p.p. (1,2 p.p. em Julho), mantendo-se assim a tendência que vem de Abril.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 2% no mês de Agosto, 0,4 p.p. acima da variação homóloga na área euro (1,6%), aumentando em 0,2 p.p. o diferencial verificado em Julho.

Figura 2.20. IHPC
(VH)



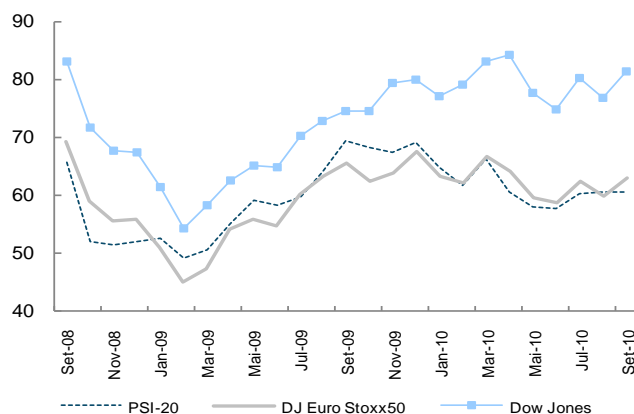
Fonte: Eurostat.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Após uma evolução desfavorável dos índices bolsistas internacionais em Agosto, estes têm vindo a recuperar no decurso do mês de Setembro, sobretudo do sector bancário, influenciados, em parte, pela revisão das propostas de regulamentação financeira.

Em Setembro e, em termos médios até ao dia 17, os índices aumentaram, tendo o *DJ Euro Stoxx50* e o *Dow Jones* subido 5,3% e 4,4%, respectivamente, face ao final do mês de Agosto.

Figura 2.21. Índices Bolsistas
(Abril 2007=100, fim do período)



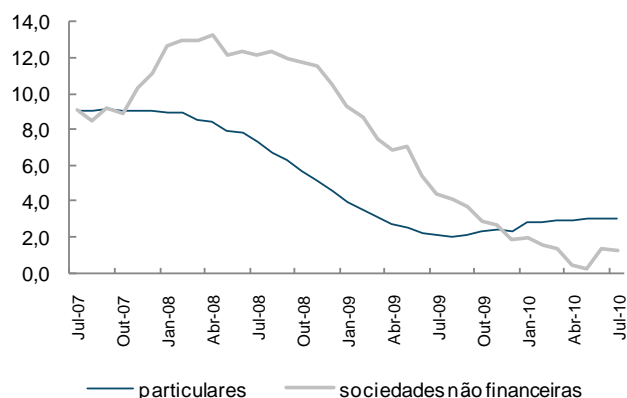
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Setembro, o valor é do dia 17.

Relativamente ao comportamento do índice PSI-20, assistiu-se também a um movimento ascendente, mas menos pronunciado do que os índices bolsistas internacionais, reflectindo alguma incerteza quanto à evolução futura da economia. Em termos médios e, até 17 de Setembro, o índice PSI-20 subiu 0,7% face ao final do mês de Agosto, mas continuou a recuar face ao final de 2009.

Em Julho de 2010, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro desacelerou para 2,2% (2,3% em Junho), devido ao menor crescimento do crédito destinado às empresas.

O ritmo de crescimento do crédito destinado aos particulares manteve-se em 3%, mas enquanto se assistiu a um reforço do crédito ao consumo para 2,6% (2,2% em Junho), o crédito à habitação desacelerou ligeiramente para 3,2%, invertendo a tendência de reforço dos últimos meses.

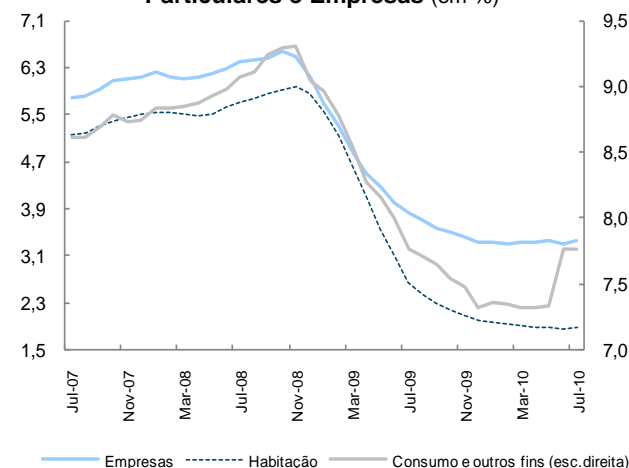
Figura 2.22. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para os particulares como para as empresas, tendo a subida sido um pouco mais acentuada para o último caso.

Figura 2.23. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

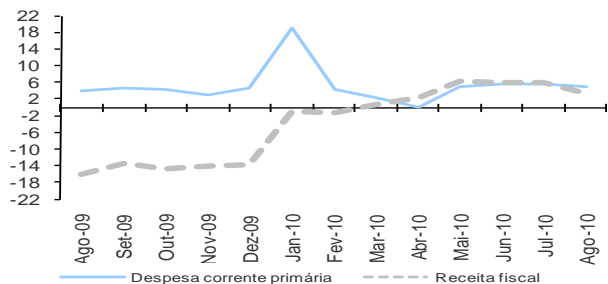
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010											
				Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago			
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	4,0	4,4	4,4	4,2	5,2	4,7	5,2	5,2	5,4			
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	65	65	120	134	110	220	200	257	251	331			
PSI 20*	VC	CMVM	33,5	2,5	-6,3	-4,6	7,2	-8,6	-4,5	-0,1	4,3	0,3			
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,6	2,6	2,9	2,9	3,0	3,1	3,1	3,3	3,2	:			
- para consumo	va**	"	1,7	1,7	1,6	1,8	1,9	2,4	2,7	2,2	2,6	:			
Empréstimos a empresas	va**	"	1,9	1,9	2,0	1,6	1,3	0,4	0,2	1,3	1,2	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,00	2,00	1,96	1,93	1,91	1,89	1,88	1,86	1,89	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,34	3,34	3,33	3,31	3,32	3,33	3,37	3,31	3,36	:			

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até Agosto, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 9190 milhões de euros, o que representa um agravamento de 446 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 6052 milhões de euros, 735 milhões de euros acima do registado no mesmo período do ano anterior.

Figura 2.24. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 3,3%, justificado pelo acréscimo de 10,6% na receita dos impostos indirectos enquanto os impostos directos apresentaram uma variação negativa (-6,7%). Esta queda dos impostos directos resulta da diminuição da receita de IRS (-7,7%) com a antecipação dos prazos de reembolso e o diferente padrão intra-anual das transferências para os municípios e da receita de IRC (-4,9%), em resultado do aumento dos reembolsos face ao mês homólogo. No caso dos impostos indirectos, realça-se o aumento da receita do IVA em 13,9%, do imposto de consumo sobre o tabaco em 28,6% (devido ao aumento da introdução ao consumo no final do ano passado) e do imposto sobre veículos em 21,6%;
- um decréscimo da receita não fiscal em 8,3%, em virtude, essencialmente, da redução nas transferências correntes (-23%), bem como nos rendimentos de propriedade (-20%); e
- um crescimento da despesa total em 2,7%, devido ao aumento da despesa corrente em 3,3%, enquanto que a despesa de capital decresceu 5,3%. O principal contributo para a variação da despesa corrente é dado pelo aumento em 6,0% das transferências correntes, corrigidas da compensação pelo pagamento de pensões

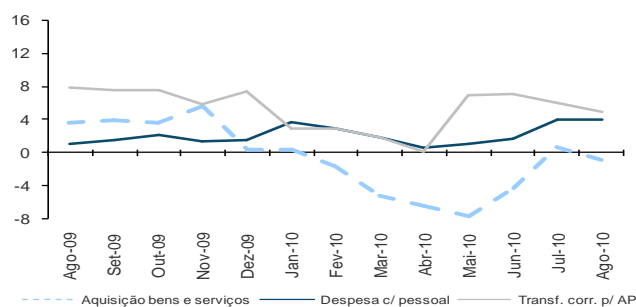
Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2009		2010		2010			
	Jan a Ago		Jan a Ago		Mai	Jun	Jul	Ago
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	22319	22724	61,7	63,3	1,3	3,5	3,6	1,8
Receita corrente	22000	22286	63,1	64,6	1,4	3,2	3,3	1,3
Impostos directos	8311	7758	61,0	58,3	-6,4	-3,8	-2,8	-6,7
Impostos indirectos	11241	12430	65,1	70,2	16,0	13,2	12,7	10,6
Despesa Total	31063	31914	62,0	63,8	1,3	4,3	3,8	2,7
Despesa corrente primária	25672	26916	63,0	65,4	4,8	5,6	5,7	4,8
Despesa corrente	29099	30053	63,5	64,4	1,9	5,1	4,0	3,3
Despesa com pessoal	7236	7361	62,5	68,4	-1,1	-0,3	1,7	1,7
Aquisição bens e serviços	726	720	44,5	48,8	-7,8	-4,3	0,7	-0,9
Subsídios	278	256	34,7	35,0	7,5	16,6	17,3	-8,0
Juros	3428	3138	67,6	57,0	-25,1	2,2	-7,8	-8,5
Transferências corr. p/ AP	15399	16314	66,0	66,7	7,9	8,1	7,0	5,9
Saldo Global	-8744	-9190	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-5317	-6052	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.
Fonte: DGO.

da responsabilidade do Estado, reflectindo, sobretudo, o comportamento das transferências para a Segurança Social e para o SNS. As despesas com o pessoal registam um crescimento de 3,9%, em termos comparáveis², enquanto as outras despesas correntes aumentaram 10,6%. Os subsídios inverteram o comportamento dos últimos meses, ao registarem um decréscimo de 8% como resultado da redução das verbas associadas à bonificação de juros.

Figura 2.25. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.

Fontes: DGO e GPEARI.

No final de Agosto, a dívida directa do Estado situou-se em 147 mil milhões de euros, registando um aumento de 790 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão líquida de Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro e a amortização líquida de outros títulos não transaccionáveis. Refira-se ainda que neste mês se realizou a 3ª e última fase da privatização da Siderurgia Nacional, com um encaixe de 25,6 milhões de euros, utilizados na amortização de dívida pública.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	31-Jul-10	Ago-10			31-Ago-10
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	117 263	6 345	668	120	123 062
Bilhetes do Tesouro	15 658	2 793	199	0	18 252
Obrigações do Tesouro	98 735	2 609	0	60	101 404
Não Transaccionável	28 945	9 983	14 990	0	23 938
Certificados de Aforro	16 301	42	144	0	16 199
CEDIC	4 855	3 106	3 000	0	4 961
Total	146 209	16 328	15 658	120	146 999

Fonte: IGCP.

Em Agosto realizou-se a 3ª e última fase da privatização da Siderurgia Nacional, com um encaixe de 25,6 milhões de euros, utilizados na amortização de dívida pública.

² Excluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

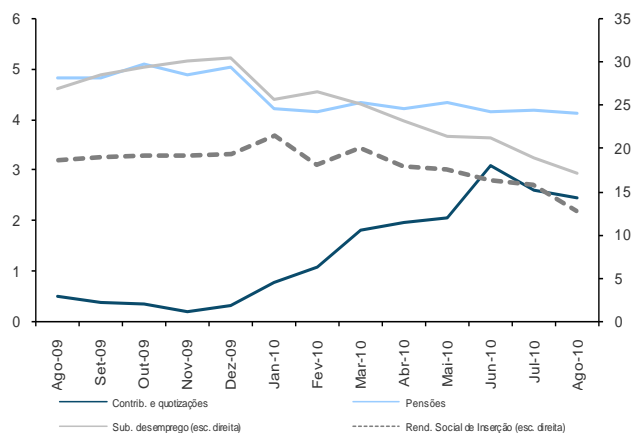
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Agosto, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 660,5 milhões de euros, representando um aumento de 31,8 milhões de euros face ao mesmo período de 2009.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita corrente em 6,7% em resultado do aumento da generalidade das rubricas: transferências correntes da Administração Central (10,2%), transferências do Fundo Social Europeu (91,7%), contribuições e quotizações (2,4%) e IVA social (1,3%); e
- um aumento da despesa corrente em 6,9%, reflectindo, principalmente, a subida da despesa em prestações sociais, nomeadamente, pensões (4,1%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (17,2%), rendimento social de inserção (12,8%), outras prestações (9,5%), acção social (3,5%), subsídio familiar a crianças e jovens (4%) e complemento solidário para idosos (20%). No que respeita ao número de beneficiários, destaca-se um aumento de 9,5% no subsídio de doença e de 2,2% nas pensões de velhice da Segurança Social. As acções de formação profissional continuam a apresentar um crescimento (53%), com o aumento de 71,6% nas acções suportadas pelo Fundo Social Europeu.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



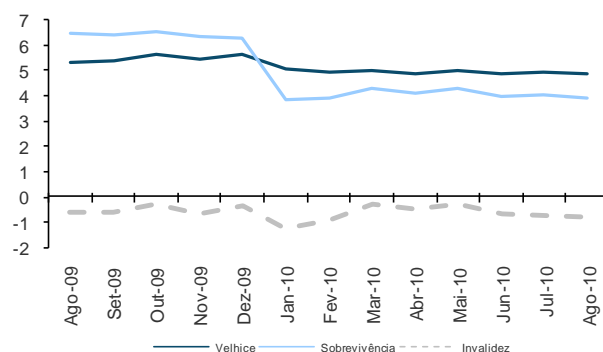
Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2009		2010		2009		2010			
	Jan a Ago		Jan a Ago		Jan a Ago		Jan a Ago			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	14763	15765	6,8	40,0	39,4	5202	5444	4,6	64,4	65,8
Contribuições e quotizações	8674	8885	2,4	40,0	39,8	2266	2684	18,5	38,2	64,6
Transferências correntes da Adm. Central	4768	5255	10,2	41,2	41,5	2862	2698	-5,7	67,5	67,1
Despesa Total	14135	15105	6,9	36,0	39,6	5211	5427	4,1	63,5	64,3
Pensões	8602	8957	4,1	35,3	35,7	5183	5402	4,2	63,5	64,3
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1306	1530	17,2	38,7	43,5	-	-	-	-	-
Prestações e acção social	2926	3106	6,2	71,1	65,0	-	-	-	-	-
Saldo Global	629	660	-	-	-	-9	17	-	-	-

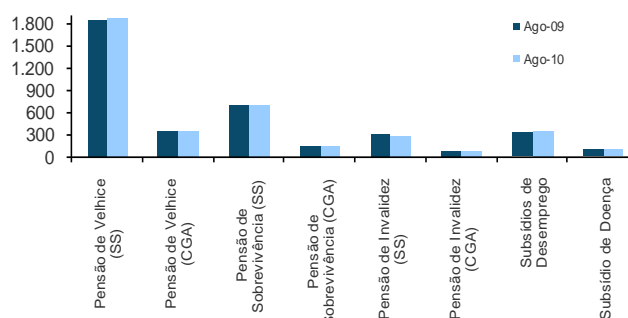
Fontes: DGO e GPEARI.

Figura 2.27. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.28. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Agosto, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 17,4 milhões de euros, o qual compara com um défice de 8,5 milhões de euros no período homólogo. A receita corrente cresceu 4,6%, devido ao aumento das contribuições em 18,5% parcialmente compensada pela redução das transferências do OE (-5,7%). A despesa corrente aumentou 4,1%, reflectindo, principalmente, os aumentos da despesa em pensões (4,2%) e, com peso diminuto, a redução na aquisição de bens e serviços (-24,5%).

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Agosto, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 1149,6 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 324 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se reflectem nas taxas de variação apresentadas³.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição na receita de 2,4%, explicada pelo decréscimo da receita de capital em 31,7%, enquanto que a receita corrente aumentou 0,2%. Para o comportamento da receita de capital contribuiu a redução das transferências de capital da União europeia (-51,5%) e dos outros subsectores das Administrações Públicas (-11,6%). O crescimento da receita corrente deveu-se ao aumento das contribuições para a segurança social, CGA e ADSE (11,1%) e das transferências correntes (0,4%); e
- uma redução da despesa em 4,7%, com a despesa corrente e de capital a registarem decréscimos de 1,1% e 44,7%, respectivamente. Para a redução da despesa corrente contribuíram as despesas com o pessoal (-15,6%), os subsídios (-45,8%) e as outras despesas correntes (-33,7%). Em sentido contrário, verificou-se um aumento na rubrica de aquisição de bens e serviços (7,5%). A despesa de capital apresenta decréscimos nas transferências de capital (-49,5%) e no investimento (-20,2%).

Serviço Nacional de Saúde

Até Agosto, o excedente global provisório do SNS, na componente integrada nos serviços da administração pública e na óptica da contabilidade pública, cifrou-se em 512,5 milhões de euros, registando um aumento de 227 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento de 6,3% na receita devido ao crescimento das transferências correntes em 7,2%. Em sentido contrário, as transferências de capital diminuíram 61,9%; e
- um acréscimo da despesa em 2,3%, justificada pelo aumento da aquisição de bens e serviços (10,4%) enquanto que a generalidade das outras rubricas registaram decréscimos: despesa com pessoal (-31,9%), outras despesas correntes (-27,4%) e as transferências correntes (-49,8%). Refira-se, novamente, que o comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das alterações de universo consideradas, nomeadamente as operações de empresarialização de hospitais ocorridas no final do ano de 2009, as quais consubstanciam, principalmente, numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)						Serviço Nacional de Saúde			
	2009		2010		2010		2009		2010	
	Jan a Ago		Jan a Ago		Jul	Ago	Jan a Ago		Jul	Ago
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	16 001	15 618	40,1	42,8	-2,3	-2,4	5 624	5 977	6,0	6,3
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 420	2 687	43,3	41,5	11,4	11,1	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	9 873	10 246	45,5	47,7	5,1	3,8	5 400	5 799	7,5	7,4
Despesa Total	15 175	14 469	37,4	40,3	-4,7	-4,7	5 339	5 464	1,0	2,3
Despesa com pessoal	1 933	1 631	39,6	35,1	-18,2	-15,6	664	452	-37,8	-31,9
Aquisição de bens e serviços	4 924	5 292	40,7	45,5	5,7	7,5	4 309	4 757	8,7	10,4
Transferências correntes	6 368	6 447	41,	39,8	1,5	1,2	105	53	-44,6	-49,8
Saldo Global	826	1 150	-	-	-	-	285	513	-	-

Fonte: DGO.

³ Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

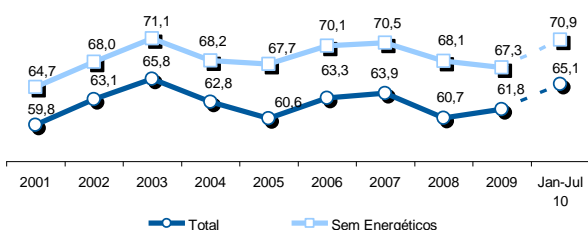
3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

Os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, para o período de *Janeiro a Julho de 2010*, apontam para um crescimento das saídas^[3] de mercadorias de 14,7% face ao mesmo período no ano anterior. Em igual período, as entradas cresceram 10,8% (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, as saídas cresceram 11,2% e as entradas 7,4%.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	Janeiro a Julho			VH	
	2009	2010	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	18.447	21.166	14,7	13,8	4,3
Entradas (cif)	29.350	32.511	10,8	12,7	-0,4
(fob)	27.967	30.979	10,8	12,7	-0,4
Saldo (fob-cif)	-10.903	-11.344	4,1	10,6	-7,5
(fob-fob)	-9.520	-9.813	3,1	10,3	-8,5
Cobertura (fob/cif)	62,9	65,1	-	-	-
(fob/fob)	66,0	68,3	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	17.664	19.639	11,2	11,6	1,9
Entradas (cif)	25.786	27.703	7,4	9,6	-1,2
(fob)	24.571	26.398	7,4	9,6	-1,2
Saldo (fob-cif)	-8.121	-8.063	-0,7	4,9	-7,4
(fob-fob)	-6.907	-6.758	-2,1	4,0	-8,4
Cobertura (fob/cif)	68,5	70,9	-	-	-
(fob/fob)	71,9	74,4	-	-	-
Extra-UE					
(milhões de Euros)					
Exportações (fob)	4.459	5.232	17,3	14,9	0,5
Importações (cif)	6.155	8.032	30,5	30,7	5,8
(fob)	5.865	7.654	30,5	30,7	5,8
Saldo (fob-cif)	-1.696	-2.800	65,1	74,1	18,2
(fob-fob)	-1.406	-2.421	72,2	83,4	20,5
Cobertura (fob/cif)	72,4	65,1	-	-	-
(fob/fob)	76,0	68,4	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0.9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº9/2010").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o período de Janeiro a Julho de 2010 correspondem a versões preliminares. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas e 250 mil para as expedições, em 2010). Por outro lado, a actual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] "Saídas": somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "Exportações" para os Países Terceiros. "Entradas": somatório das "Chegadas" com origem nos países comunitários com as "Importações" provenientes dos Países Terceiros.

No período de *Janeiro a Julho de 2010*, a taxa de cobertura (fob/cif) das saídas foi de 65,1%, o que se traduziu numa melhoria de 2,2 p.p. face ao mesmo período no ano passado.

Excluindo os produtos energéticos, a taxa de cobertura (fob/cif) das entradas pelas saídas foi de 70,9%, mais 5,8 p.p. que a taxa de cobertura para o total dos produtos para o período de *Janeiro a Julho de 2010* (Figura 3.1).

Nos últimos 12 meses a terminar em Julho, os valores transaccionados ultrapassaram os níveis observados no período homólogo para as saídas, cujo crescimento foi de 4,3%. Em sentido oposto, as entradas diminuíram 0,4% face ao período homólogo (Quadro 3.1). Neste período, as saídas passaram a representar 63,2% das entradas de mercadorias no país, mais 2,8 p.p. que no período homólogo.

As estimativas preliminares para os meses de *Janeiro a Julho* evidenciam um crescimento homólogo das exportações para países terceiros superior ao das expedições de mercadorias para o mercado comunitário: as exportações cresceram 17,3% e as expedições 13,9%. As importações também cresceram a um ritmo superior ao das chegadas (30,5% e 5,5%, respectivamente) (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Janeiro a Julho

	valores em milhões de Euros		
Janeiro a Julho	2009	2010	TVH
Intra + Extra UE			
Saídas	18 447	21 166	14,7
Entradas	29 350	32 511	10,8
Saldo (fob-cif)	- 10 903	- 11 345	4,1
Cobertura (fob/cif)	62,9	65,1	-
Intra UE			
Expedições	13 988	15 934	13,9
Chegadas	23 195	24 479	5,5
Saldo (fob-cif)	- 9 207	- 8 545	-7,2
Cobertura (fob/cif)	60,3	65,1	-
Extra UE			
Exportações (Fob)	4 459	5 232	17,3
Importações (Cif)	6 155	8 032	30,5
Saldo (fob-cif)	- 1 696	- 2 800	65,1
Cobertura (fob/cif)	72,4	65,1	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2009	2010	TVH	2009	2010	TVH
Jan	4 085	4 020	-1,6	2 475	2 608	5,4
Fev	3 792	4 242	11,9	2 419	2 719	12,4
Mar	4 439	5 044	13,6	2 650	3 333	25,8
Abr	3 982	4 497	13,0	2 518	2 962	17,7
Mai	3 971	4 683	17,9	2 573	3 042	18,2
Jun	4 387	5 481	24,9	2 698	3 123	15,8
Jul	4 694	4 542	-3,2	3 115	3 379	8,5
Ago	3 569			2 030		
Set	4 708			2 837		
Out	4 684			2 954		
Nov	4 691			2 893		
Dez	4 207			2 487		
1º Trim	12 315	13 306	8,0	7 544	8 659	14,8
2º Trim	12 340	14 662	18,8	7 789	9 128	17,2
3º Trim	12 971			7 982		
4º Trim	13 582			8 334		

Saídas de Mercadorias

Entre *Janeiro e Julho*, o valor das saídas de mercadorias cresceu 14,7% face ao período homólogo anterior. (Quadro 3.4). *Excluindo os produtos energéticos*, as saídas cresceram 11,2%.

Contrariamente ao mesmo período do ano de 2009, em que as saídas de todos os grupos de produtos apresentaram um comportamento negativo, entre *Janeiro e Julho de 2010* e, à excepção da diminuição das saídas de "Vestuário e Calçado" (-1,9%), todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das saídas de mercadorias, apresentando taxas de variação homóloga positivas.

Destacam-se, no período de *Janeiro a Julho de 2010*, os grupos de produtos "Energéticos" (+95,1%), "Químicos" (+27,7%), "Minérios e Metais" (+21,5%), "Madeira, Cortiça e Papel" (+20%) e "Material de Transporte" (+15,8%).

Nos *últimos 12 meses a terminar em Julho de 2010*, as saídas registaram um crescimento homólogo de 4,3%, com destaque para o comportamento positivo dos grupos de produtos "Energéticos" (+53,4%) e "Químicos" (+13,9%). *Excluindo os produtos energéticos*, o aumento foi de 1,9% (Quadro 3.4).

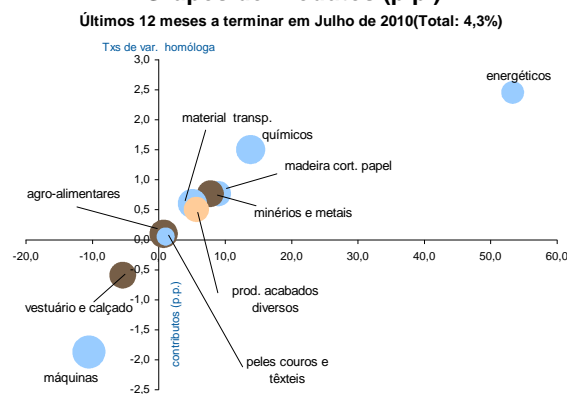
Destaca-se o contributo positivo das saídas de produtos "Energéticos" para o crescimento das saídas de mercadorias, para o qual contribuiu a paralisação da refinaria de Sines entre a segunda quinzena de Janeiro de 2009 até ao fim do passado mês de Fevereiro.

Na Figura 3.2 estão representados os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses.

A análise da figura e dos valores que se apresentam no Quadro 3.4 vêm confirmar a importância relativa dos contributos dos diferentes grupos de produtos no crescimento das saídas de mercadorias anteriormente evidenciados.

Destacam-se, assim, nos *últimos 12 meses a terminar em Julho de 2010*, os contributos dos produtos "Energéticos" (+2,5 p.p.), "Químicos" (+1,5 p.p.) e "Minérios e Metais" (+0,8 p.p.) para a taxa de crescimento das saídas. Os grupos de produtos "Máquinas" e "Vestuário e Calçado" contribuíram negativamente (-1,9 p.p. e -0,6 p.p., respectivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Saídas de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período em análise.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	Jan-Jul		Anual		Jan-Jul		últimos 12 meses		Jan-Jul	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010	VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	18 447	21 166	100,0	100,0	100,0	100,0	4,3	4,3	14,7	14,7
000 Agro-Alimentares	2 259	2 346	8,1	12,6	12,2	11,1	0,8	0,1	3,8	0,5
100 Energéticos	783	1 527	2,7	5,0	4,2	7,2	53,4	2,5	95,1	4,0
200 Químicos	1 999	2 553	9,4	11,3	10,8	12,1	13,9	1,5	27,7	3,0
300 Madeira, Cortiça e Papel	1 595	1 914	9,0	8,8	8,6	9,0	9,0	0,8	20,0	1,7
400 Peles, Couros e Têxteis	870	948	5,6	4,6	4,7	4,5	1,1	0,0	9,0	0,4
500 Vestuário e Calçado	2 162	2 120	14,0	10,9	11,7	10,0	-5,4	-0,6	-1,9	-0,2
600 Minérios e Metais	1 794	2 180	8,3	9,8	9,7	10,3	7,8	0,8	21,5	2,1
700 Máquinas	3 013	3 164	19,6	16,2	16,3	14,9	-10,5	-1,9	5,0	0,8
800 Material de Transporte	2 212	2 562	15,0	11,8	12,0	12,1	5,1	0,6	15,8	1,9
900 Produtos Acabados Diversos	1 759	1 852	8,2	9,0	9,5	8,7	5,7	0,5	5,3	0,5
Por memória:										
Total sem energéticos	17 664	19 639	97,3	95,0	95,8	92,8	1,9	1,8	11,2	10,7

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

De Janeiro a Julho de 2010, as expedições para os países da UE cresceram, em termos homólogos, 13,9%, sendo que as com destino aos países da UE-15 aumentaram 13,6% e para os 12 Países do Alargamento 21%. As exportações para os Países Terceiros cresceram a um ritmo superior de 17,3% (Quadro 3.5).

Relativamente às saídas para o mercado comunitário (expedições), destacam-se países como a Bélgica (+37%), os Países Baixos (+20,9%), a Espanha (+15,9%), o Reino Unido (+14,7%) e a Polónia (15,5%). De referir ainda a variação homóloga positiva das expedições para a França (7,7%) e para a Alemanha (7%).

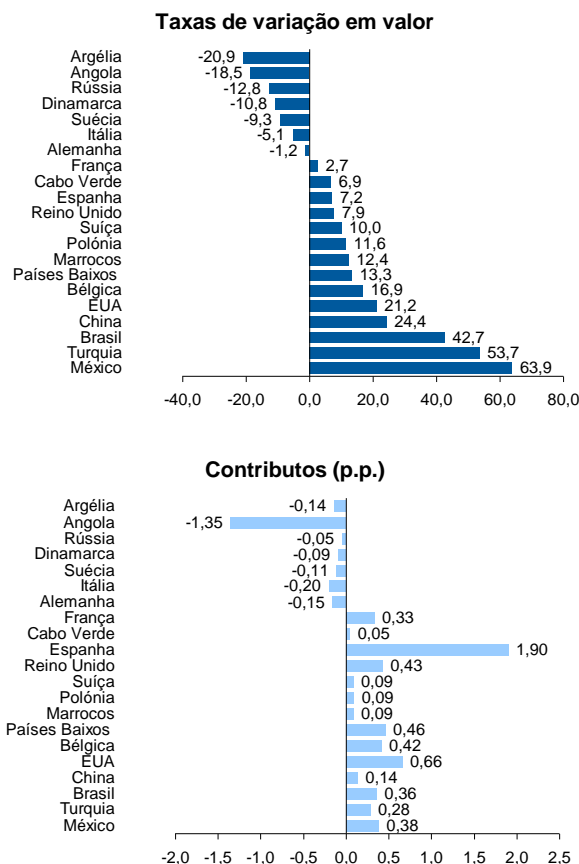
Quanto às saídas para os países terceiros (exportações), destacam-se os crescimentos homólogos das exportações para países como o México (+100%), Brasil (+80,8%), Turquia (+60,6%) e EUA (+42,9%).

A evolução positiva verificada nas saídas de mercadorias, para o período de Janeiro a Julho de 2010 deveu-se, essencialmente, aos contributos de Espanha (4,2 p.p.), Estados Unidos (1,3 p.p.), Alemanha e França (+1 p.p. cada). Angola destaca-se com a contribuição negativa mais acentuada (-1,6%) dos últimos 12 meses (Quadro 3.5).

A Figura 3.3 apresenta as taxas de variação em valor e os contributos dos diversos mercados para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses.

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Julho de 2010



Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados

Destino	Jan-Jul		Estrutura (%)				média anual 04-09*	Taxas de variação e contributos [2]			
	Valores em milhões de euros		anual		Jan-Jul			12 meses [1]		Jan-Jul	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	18 447	21 166	100,0	100,0	100,0	100,0	0,5	4,3	4,3	14,7	14,7
Intra UE-27	13 988	15 934	81,5	75,3	75,8	75,3	-1,1	5,6	4,1	13,9	10,5
dos quais:											
UE-15	13 470	15 307	79,9	72,5	73,0	72,3	-1,5	5,5	3,9	13,6	10,0
Espanha	4 905	5 683	26,1	26,9	26,6	26,9	1,1	7,2	1,9	15,9	4,2
Alemanha	2 492	2 667	13,4	13,1	13,5	12,6	0,0	-1,2	-0,2	7,0	1,0
França	2 371	2 554	13,8	12,4	12,9	12,1	-1,7	2,7	0,3	7,7	1,0
R.Unido	1 019	1 169	9,4	5,7	5,5	5,5	-9,2	7,9	0,4	14,7	0,8
Itália	726	744	4,4	3,8	3,9	3,5	-2,4	-5,1	-0,2	2,5	0,1
P.Baixos	667	807	4,1	3,6	3,6	3,8	-1,7	13,3	0,5	20,9	0,8
Bélgica	466	638	4,2	2,5	2,5	3,0	-9,9	16,9	0,4	37,0	0,9
Suécia	221	187	1,2	1,2	1,2	0,9	0,8	-9,3	-0,1	-15,1	-0,2
Dinamarca	151	153	0,8	0,7	0,8	0,7	-1,3	-10,8	-0,1	1,4	0,0
Alargamento	518	627	1,6	2,9	2,8	3,0	13,4	8,5	0,2	21,0	0,6
Polónia	149	172	0,4	0,8	0,8	0,8	14,3	11,6	0,1	15,5	0,1
Extra UE-27	4 459	5 232	18,5	24,7	24,2	24,7	6,4	0,5	0,1	17,3	4,2
dos quais:											
Angola	1 317	1 023	2,2	7,1	7,1	4,8	27,3	-18,5	-1,3	-22,3	-1,6
EUA	541	774	5,6	3,2	2,9	3,7	-10,3	21,2	0,7	42,9	1,3
Brasil	128	231	0,5	0,9	0,7	1,1	13,8	42,7	0,4	80,8	0,6
Suíça	171	200	0,9	0,9	0,9	0,9	1,1	10,0	0,1	16,8	0,2
C.Verde	128	156	0,5	0,7	0,7	0,7	9,8	6,9	0,0	22,2	0,2
China	121	135	0,3	0,7	0,7	0,6	17,0	24,4	0,1	12,0	0,1
Marrocos	131	179	0,5	0,7	0,7	0,8	8,4	12,4	0,1	37,0	0,3
México	118	236	0,2	0,6	0,6	1,1	23,4	63,9	0,4	100,0	0,6
Turquia	105	168	0,6	0,6	0,6	0,8	3,2	53,7	0,3	60,6	0,3
Argélia	143	116	0,1	0,6	0,8	0,5	36,3	-20,9	-0,1	-19,4	-0,2
Por memória:											
Rússia	58	70	0,2	0,3	0,3	0,3	12,8	-12,8	0,0	20,2	0,1
PALOP	1 549	1 301	2,9	8,4	8,4	6,1	24,0	-14,1	-1,2	-16,0	-1,3
EFTA	226	254	1,2	1,2	1,2	1,2	0,1	5,8	0,1	12,1	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

[1] (Ago 09- Jul 10) / (Ago 08-Jul 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Entradas de Mercadorias

No período de *Janeiro a Julho de 2010*, as entradas de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 10,8% (Quadro 3.6).

As entradas de mercadorias provenientes do *mercado comunitário* cresceram, em termos homólogos, 5,5%, tendo as entradas provenientes dos países da UE-15 crescido 5,3% e as provenientes dos países do Alargamento 12,3%. Destaca-se o crescimento homólogo das entradas do Reino Unido (32,1%), da Suécia (13,8%), e da Itália (11,1%).

Analisando a distribuição geográfica das entradas de mercadorias, constata-se que a UE-27 continua a ser o principal *mercado de origem* das entradas, representando 75,3% das entradas de mercadorias, 73% são relativos aos países da UE-15 e os restantes 2,3% aos Países do Alargamento.

No mesmo período, as importações de mercadorias provenientes de *países terceiros* aumentaram 30,5%.

Entre os Países Terceiros, que representam 24,7% do total das entradas entre *Janeiro e Julho de 2010*, assinalam-se as importações provenientes da China (2,7%), Nigéria (2,6%) e Brasil (1,8%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 7,1% do total das entradas.

Ponderando os pesos dos diferentes grupos de produtos, à excepção das “Máquinas” (-1,9 p.p.), todos os restantes grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das entradas de mercadorias no país, destacando-se os grupos de produtos “Material de Transporte” (+4,4 p.p.), “Energéticos” (+4,2 p.p.), “Químicos” (+1,5 p.p.) e “Minérios e Metais” (+1,2 p.p.).

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Selecção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
	Jan-Jul		Anual		Jan-Jul		12 meses [1]		Jan-Jul	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	29 350	32 511	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,4	-0,4	10,8	10,8
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	4 298	4 368	12,4	14,6	14,6	13,4	-2,6	-0,4	1,6	0,2
100-Energéticos	3 564	4 808	10,5	12,7	12,1	14,8	4,5	0,6	34,9	4,2
200-Químicos	4 555	4 981	13,7	15,3	15,5	15,3	3,7	0,5	9,4	1,5
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	1 376	1 478	5,0	4,6	4,7	4,5	-1,1	-0,1	7,4	0,3
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 020	2 142	7,6	6,8	6,9	6,6	0,4	0,0	6,1	0,4
500-Minérios e Metais	2 423	2 789	9,7	8,3	8,3	8,6	-3,7	-0,3	15,1	1,2
600-Máquinas [3]	5 800	5 236	21,2	19,1	19,8	16,1	-17,2	-3,5	-9,7	-1,9
700-Material de Transporte [4]	3 426	4 719	14,1	12,2	11,7	14,5	23,1	2,6	37,7	4,4
800-Prod. Acabados Diversos	1 888	1 989	5,9	6,4	6,4	6,1	1,2	0,1	5,4	0,3
Total sem energéticos	25 786	27 703	89,5	87,3	87,9	85,2	-1,2	-1,0	7,4	6,5
Mercados de origem										
Intra UE-27	23 195	24 479	79,5	78,5	79,0	75,3	-2,2	-1,7	5,5	4,4
dos quais:										
UE-15	22 533	23 736	77,8	76,2	76,8	73,0	-2,5	-1,9	5,3	4,1
Espanha	9 490	9 960	31,2	32,5	32,3	30,6	-2,3	-0,7	5,0	1,6
Alemanha	3 990	4 354	14,4	13,3	13,6	13,4	-4,2	-0,6	9,1	1,2
França	2 436	2 449	9,3	8,4	8,3	7,5	-0,1	0,0	0,5	0,0
Itália	1 724	1 916	6,2	5,8	5,9	5,9	3,7	0,2	11,1	0,7
Países Baixos	1 648	1 680	4,7	5,4	5,6	5,2	-5,0	-0,3	2,0	0,1
Reino Unido	948	1 253	7,0	5,9	3,2	3,9	10,6	0,4	32,1	1,0
Bélgica	855	896	2,9	2,9	2,9	2,8	-5,2	-0,2	4,9	0,1
Suécia	314	357	1,3	1,1	1,1	1,1	7,5	0,1	13,8	0,1
Irlanda	284	290	0,8	1,0	1,0	0,9	3,8	0,0	2,2	0,0
Alargamento	662	743	1,7	2,4	2,3	2,3	8,2	0,2	12,3	0,3
Extra UE-27	6 155	8 032	20,5	21,5	21,0	24,7	5,8	1,3	30,5	6,4
dos quais:										
Nigéria	628	852	1,4	2,4	2,1	2,6	21,2	0,5	35,8	0,8
China	615	886	0,9	2,2	2,1	2,7	7,0	0,2	44,2	0,9
Brasil	544	600	1,7	1,7	1,9	1,8	-7,8	-0,1	10,4	0,2
EUA	485	488	2,1	1,7	1,7	1,5	1,6	0,0	0,7	0,0
Noruega	310	389	1,1	1,1	1,1	1,2	14,0	0,1	25,5	0,3
Rússia	185	283	1,2	1,0	0,6	0,9	108,2	0,6	53,2	0,3
Arábia Saudita	211	334	0,6	0,8	0,7	1,0	-0,8	0,0	58,9	0,4
Líbia	202	373	0,7	0,7	0,7	1,1	1,1	0,0	84,8	0,6
Suíça	184	214	0,6	0,6	0,6	0,7	8,9	0,1	16,0	0,1
Japão	185	220	1,3	0,6	0,6	0,7	-30,1	-0,3	19,2	0,1
Turquia	158	199	0,7	0,6	0,5	0,6	16,5	0,1	25,7	0,1
Coreia do Sul	171	149	0,5	0,5	0,6	0,5	-16,9	-0,1	-12,9	-0,1
Argélia	154	154	1,0	0,5	0,5	0,5	-40,5	-0,3	0,0	0,0
Índia	152	253	0,4	0,5	0,5	0,8	14,0	0,1	66,8	0,3
OPEP[5]	1 571	2 307	4,5	5,8	5,4	7,1	4,5	0,3	46,8	2,5
EFTA	509	614	1,8	1,8	1,7	1,9	11,4	0,2	20,4	0,4
PALOP	66	338	0,1	0,4	0,2	1,0	103,9	0,4	411,3	0,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

* Somatório das “Chegadas” de mercadorias provenientes da UE com as “Importações” de Países Terceiros.

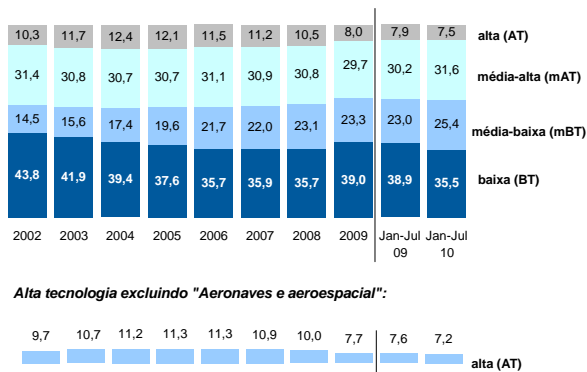
[1] (Ago 09- Jul 10) / (Ago 08-Jul 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das entradas - análise shift-share :(TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com os dados declarados das estatísticas do comércio internacional, as saídas de produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa+média alta) continuam a representar mais de metade das saídas de produtos industriais transformados, representando, no período de *Janeiro a Julho de 2010*, 57% do total das saídas. Os produtos de *média intensidade tecnológica* foram, efectivamente, os produtos cujas saídas apresentaram uma maior taxa de crescimento homólogo no período em análise, em especial os de *média-baixa tecnologia* (23,2%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



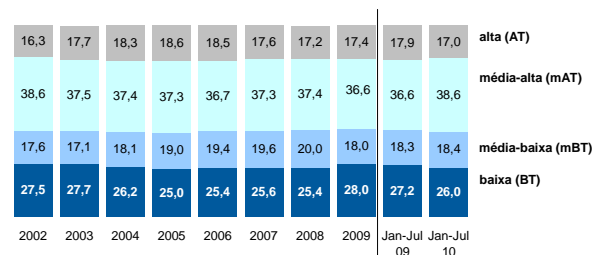
Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Entre *Janeiro e Julho de 2010*, as saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* passaram a contribuir para 35,5% do total das saídas de produtos industriais transformados, menos 3,5 p.p. que no mesmo período do ano passado.

Por outro lado, o peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* continua a apresentar uma tendência decrescente, tendo descido de 7,9% para 7,5%, em termos homólogos, entre *Janeiro e Julho*.

A Figura 3.5 apresenta o peso relativo das entradas dos produtos industriais transformados, por grau de intensidade tecnológica, desde 2002.

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Nota:

Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas. Os dados do período de Janeiro a Julho de 2009 e 2010 são dados declarados.

Quadro 3.7. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2009	Janeiro a Julho		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ¹¹ (p.p.)		
		2009	2010	média 2004-09	2009/08	Jan-Jul 2010/09	2008	2009	Jan-Jul		2009	Jan-Jul 2010	
									2009	2010			
SÁIDAS*													
Total dos prod. indust. transformados	29 899 642	16 483 802	18 333 664	0,2	-18,4	11,2	100,0	100,0	100,0	100,0	-18,4	11,2	
Alta tecnologia	2 380 866	1 301 194	1 382 465	-8,3	-38,0	6,2	10,5	8,0	7,9	7,5	-4,0	0,5	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 291 391	1 252 580	1 313 697	-6,8	-36,9	4,9	10,0	7,7	7,6	7,2	-3,7	0,4	
Média-alta tecnologia	8 865 297	4 983 745	5 785 678	-0,6	-21,4	16,1	30,8	29,7	30,2	31,6	-6,6	4,9	
Média-baixa tecnologia	6 978 352	3 785 093	4 665 031	6,2	-17,6	23,2	23,1	23,3	23,0	25,4	-4,1	5,3	
Baixa tecnologia	11 675 128	6 413 769	6 500 489	0,0	-10,7	1,4	35,7	39,0	38,9	35,5	-3,8	0,5	
<i>Por memória:</i>													
Total das Saídas	31 647 682	17 283 052	19 362 050	0,5	-18,7	12,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-18,7	12,0	
Residual [3]	1 748 040	799 250	1 028 385	6,8	-23,7	28,7	5,9	5,5	4,6	5,3	-1,4	1,3	
ENTRADAS*													
Total dos prod. indust. transformados	43 319 368	22 628 645	23 079 905	0,4	-16,9	2,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-16,9	2,0	
Alta tecnologia	7 556 073	4 051 815	3 918 249	-0,6	-15,7	-3,3	17,2	17,4	17,9	17,0	-2,7	-0,6	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 877 513	3 765 365	3 670 944	-0,6	-16,3	-2,5	16,0	16,1	16,9	16,1	-2,6	-0,4	
Média-alta tecnologia	15 857 246	8 282 924	8 919 343	-0,1	-18,8	7,7	37,4	36,6	36,6	38,6	-7,0	2,8	
Média-baixa tecnologia	7 778 669	4 133 810	4 244 000	0,2	-25,3	2,7	20,0	18,0	18,3	18,4	-5,0	0,5	
Baixa tecnologia	12 127 380	6 160 096	5 998 313	1,7	-8,4	-2,6	25,4	28,0	27,2	26,0	-2,1	-0,7	
<i>Por memória:</i>													
Total das Entradas	51 208 121	26 915 030	28 376 716	0,8	-20,2	5,4	100,0	100,0	100,0	100,0	-20,2	5,4	
Residual [3]	7 888 753	4 286 385	5 296 812	3,2	-34,6	23,6	18,8	15,4	15,9	18,7	-6,5	3,8	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação. Os dados para os períodos de Janeiro a Julho de 2009 e de Janeiro a Julho de 2010 referem-se apenas a dados declarados.

Notas:

* Saídas: somatório das Expedições de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros; Entradas: somatório das Chegadas com origem no espaço comunitário com as Importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Saídas/Entradas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Saídas (Entradas) – Saídas (Entradas) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

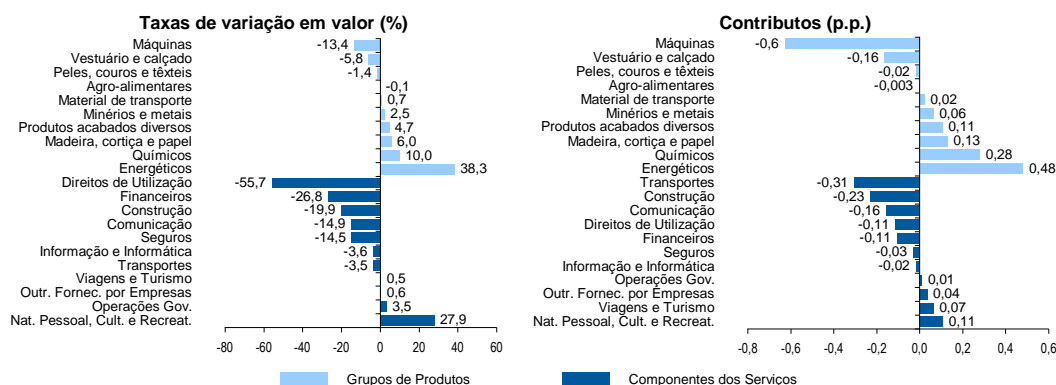
Segundo os dados divulgados pelo Banco de Portugal para a Balança de Pagamentos, para o período de Janeiro a Junho de 2010, as "Exportações" (crédito) dos Serviços representaram 30,5% do total das "Exportações". No que se refere às "Importações" (débitos) o seu peso no total foi de 16,7%.

De Janeiro a Junho de 2010, as "exportações" de Bens e Serviços aumentaram, em termos homólogos, 11,3% sendo que a componente dos Bens teve um contributo para o crescimento das "exportações" totais superior ao dos Serviços (9,8 p.p. e 1,5 p.p., respectivamente) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as "exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "exportações" de Bens e Serviços.

De destacar o contributo positivo dos Produtos Energéticos (0,48 p.p.) e Químicos (0,28 p.p.) e dos serviços de natureza pessoal, culturais e recreativos (0,11 p.p.) e Viagens e Turismo (0,07 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Últimos 12 meses a terminar em Junho de 2010



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as "Exportações" de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das "exportações" de Bens. A distribuição do contributo das "Exportações" de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Saídas de Bens (somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de euros										
	Janeiro a Junho		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		Jan-Jun		média anual 04-09	12 meses [2]		Jan-Jun	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010		VH	contrib. p.p. [1]	VH	contrib. p.p. [1]
CRÉDITO ("Exportações")											
Bens e Serviços	22 883	25 472	100,0	100,0	100,0	100,0	2,4	-0,5	-0,5	11,3	11,3
Bens	15 460	17 699	72,4	66,2	67,6	69,5	0,6	0,4	0,3	14,5	9,8
Serviços	7 423	7 774	27,6	33,8	32,4	30,5	6,6	-2,2	-0,7	4,7	1,5
Transportes	2 008	2 172	5,3	8,6	8,8	8,5	12,6	-3,5	-0,3	8,2	0,7
Viagens e Turismo	2 790	2 996	14,5	14,4	12,2	11,8	2,2	0,5	0,1	7,4	0,9
Comunicação	267	238	0,8	1,0	1,2	0,9	6,1	-14,9	-0,2	-10,8	-0,1
Construção	256	218	0,8	1,1	1,1	0,9	7,9	-19,9	-0,2	-14,9	-0,2
Seguros	59	46	0,3	0,2	0,3	0,2	-0,7	-14,5	0,0	-22,7	-0,1
Financiários	81	77	0,4	0,3	0,4	0,3	-3,1	-26,8	-0,1	-5,4	0,0
Informação e Informática	132	130	0,3	0,5	0,6	0,5	17,9	-3,6	0,0	-1,6	0,0
Direitos de Utilização	80	17	0,1	0,2	0,4	0,1	37,8	-55,7	-0,1	-78,4	-0,3
Outr. Fornec. por Empresas	1 566	1 654	4,4	6,7	6,8	6,5	11,2	0,6	0,0	5,6	0,4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	102	134	0,4	0,5	0,4	0,5	7,8	27,9	0,1	31,7	0,1
Operações Governamentais	82	92	0,4	0,3	0,4	0,4	1,5	3,5	0,0	11,4	0,0
DÉBITO ("Importações" Fob)											
Bens e Serviços	28 979	31 539	100,0	100,0	100,0	100,0	1,6	-4,3	-4,3	8,8	8,8
Bens	23 798	26 276	85,9	82,7	82,1	83,3	0,9	-4,2	-3,5	10,4	8,6
Serviços	5 181	5 263	14,1	17,3	17,9	16,7	5,8	-4,8	-0,8	1,6	0,3
Transportes	1 457	1 536	4,5	5,1	5,0	4,9	4,2	-4,2	-0,2	5,4	0,3
Viagens e Turismo	1 364	1 461	4,0	4,5	4,7	4,6	4,0	-2,2	-0,1	7,1	0,3
Comunicação	242	215	0,5	0,7	0,8	0,7	8,3	-16,0	-0,1	-11,3	-0,1
Construção	66	43	0,2	0,2	0,2	0,1	-1,3	-25,4	-0,1	-34,7	-0,1
Seguros	95	116	0,4	0,3	0,3	0,4	-0,6	10,9	0,0	22,5	0,1
Financiários	93	112	0,3	0,3	0,3	0,4	4,8	-18,9	-0,1	21,2	0,1
Informação e Informática	185	172	0,3	0,6	0,6	0,5	17,1	4,8	0,0	-6,7	0,0
Direitos de Utilização	186	192	0,5	0,6	0,6	0,6	5,2	3,0	0,0	3,4	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1 202	1 119	2,6	3,9	4,1	3,5	9,9	-9,8	-0,4	-6,9	-0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	227	232	0,5	0,8	0,8	0,7	10,8	10,6	0,1	2,1	0,0
Operações Governamentais	64	64	0,3	0,2	0,2	0,2	-2,6	-12,6	0,0	-0,9	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal para as "Importações" totais de Bens e para as "Exportações" de Serviços.

Notas:

As "Exportações" das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Crédito) correspondem às Saídas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros). As "Importações" das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Débito) correspondem às Entradas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das "Chegadas" de mercadorias para a UE com as "Importações" para Países Terceiros).

Valores Fob para a "Importação" de bens.

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das "Exportações"/"Importações" atribuível a cada categoria especificada.

[2] 12 meses até Junho de 2010.

Artigos

Em Análise

Evolução das Exportações¹ Portuguesas no 1.º Semestre de 2010

Walter Anatole Marques²

De acordo com dados recentemente divulgados pelo INE, no 1.º semestre de 2010, face ao semestre homólogo de 2009, as exportações portuguesas cresceram 16,0%, contra um aumento de 13,4% do lado das importações.

Dados divulgados para os primeiros sete meses de 2010 apontam para um reforço das exportações de 14,7%, face ao período homólogo anterior, a par de um acréscimo das importações de 10,8%.

Após uma descida acentuada do valor das exportações a partir de meados de 2008, assiste-se em 2010, relativamente ao mesmo período de 2009, a um acréscimo confortável na grande maioria dos agrupamentos de bens, bem como nos principais mercados de destino.

1. Evolução das Exportações Portuguesas no 1.º Semestre de 2010 por Agrupamentos de Bens³

Para o acréscimo de 2,5 mil milhões de Euros nas exportações portuguesas no 1º semestre de 2010, face ao semestre homólogo de 2009, contribuíram principalmente os agrupamentos “**Energéticos**”, com 669 milhões de Euros (taxa de variação homóloga de +111,1%), “**Químicos**”, com 496 milhões (+30,0%), “**Minérios e Metais**”, com 355 milhões (+23,6%), “**Madeira, cortiça e Papel**”, com 295 milhões (+22,1%), “**Material de Transporte**”, com 288 milhões (+15,5%), e “**Máquinas**”, com 151 milhões de Euros (+6,4%) (Figura 1).

Com contributos positivos mas de menor amplitude seguiram-se os agrupamentos “**Produtos acabados diversos**”, com 80 milhões de Euros (taxa de variação homóloga de +5,4%), “**Agro-alimentares**”, com 73 milhões (+3,8%), “**Têxteis**”, com 59 milhões (+8,7%), “**Peles e couros**”, com 7 milhões (+15,1%) e “**Acessórios de vestuário**”, com 2 milhões de Euros (+10,6%),

Os agrupamentos do “**Vestuário**”, com uma quebra de 24 milhões de Euros (-2,1%) e do **Calçado**, com 6 milhões (-0,9%), importantes para as exportações portuguesas não só pela mão-de-obra que empregam, apresentaram um contributo negativo neste primeiro semestre.

¹ Exportações aqui entendidas como o somatório das expedições para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

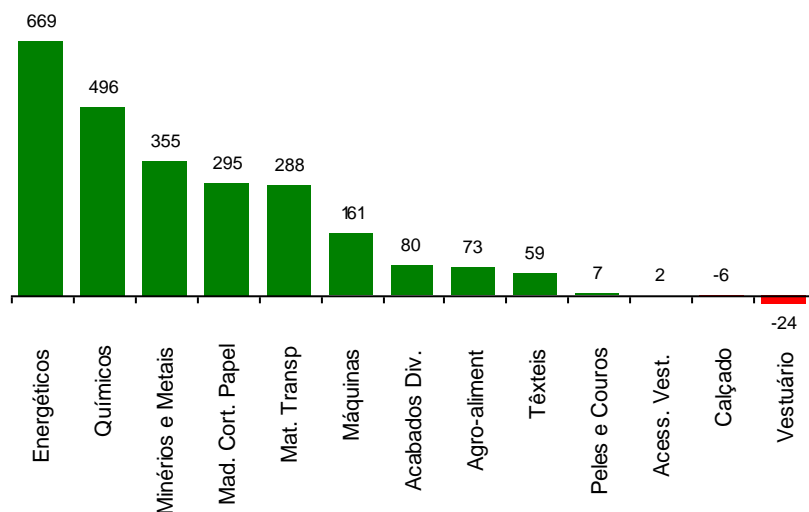
² Assessor Principal (AP). O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

³ Os bens foram agrupados em 13 conjuntos: Agro-alimentares (Capº 01 a 24 da Nomenclatura Combinada), Energéticos (Capº 27), Químicos (Capº 28 a 40) Madeira, cortiça e papel (Capº 44 a 49), Peles e couros (Capº 41 a 43), Têxteis (Capº 50 a 60 e 63), Vestuário (Capº 61 e 62), Calçado (Capº 64), Acessórios de vestuário (Capº 65 a 67), Minérios e metais (Capº 25, 26 e 71 a 83), Máquinas (Capº 84 e 85), Material de transporte (Capº 86 a 89) e Produtos acabados diversos (Capº 68 a 70 e 90 a 99).

São dominantes os agrupamentos “Máquinas” (16,2% do total em 2009), “Agro-alimentares” (12,6%), “Material de transporte” (11,8%), “Químicos” (11,1%), “Minérios e metais” (9,8%), “Produtos acabados diversos”, onde se inserem os produtos da cerâmica e do vidro e os aparelhos de precisão, entre outros (9,4%), e “Madeira, cortiça e papel” (8,6%). Seguiram-se os agrupamentos do “Vestuário” (6,8%), dos “Energéticos” (5,0%), dos “Têxteis” (4,3%), e o do “Calçado” (4,0%). Os agrupamentos residuais das “Peles e couros” e dos “Acessórios de vestuário” representaram respectivamente apenas 0,3% e 0,1% do total das exportações em 2009.

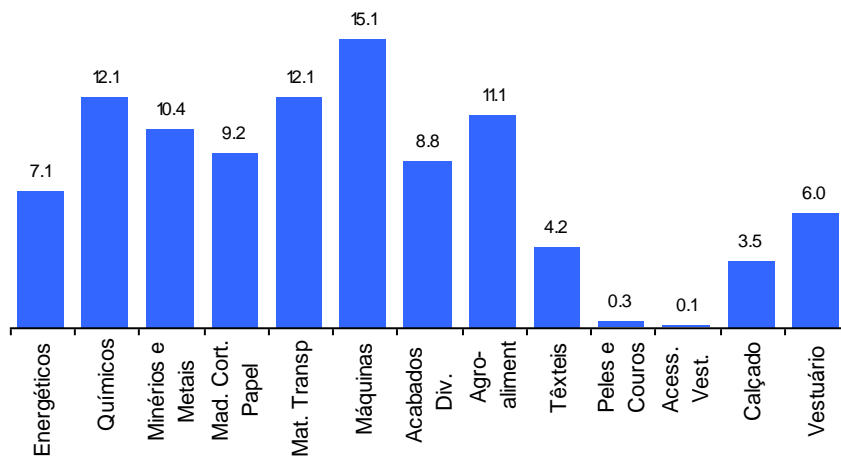
Figura 1. Contributos dos diversos agrupamentos de produtos para o crescimento de 2,5 mil milhões de Euros das saídas no 1º sem de 2010 face ao 1º sem de 2009

(milhões de Euros)



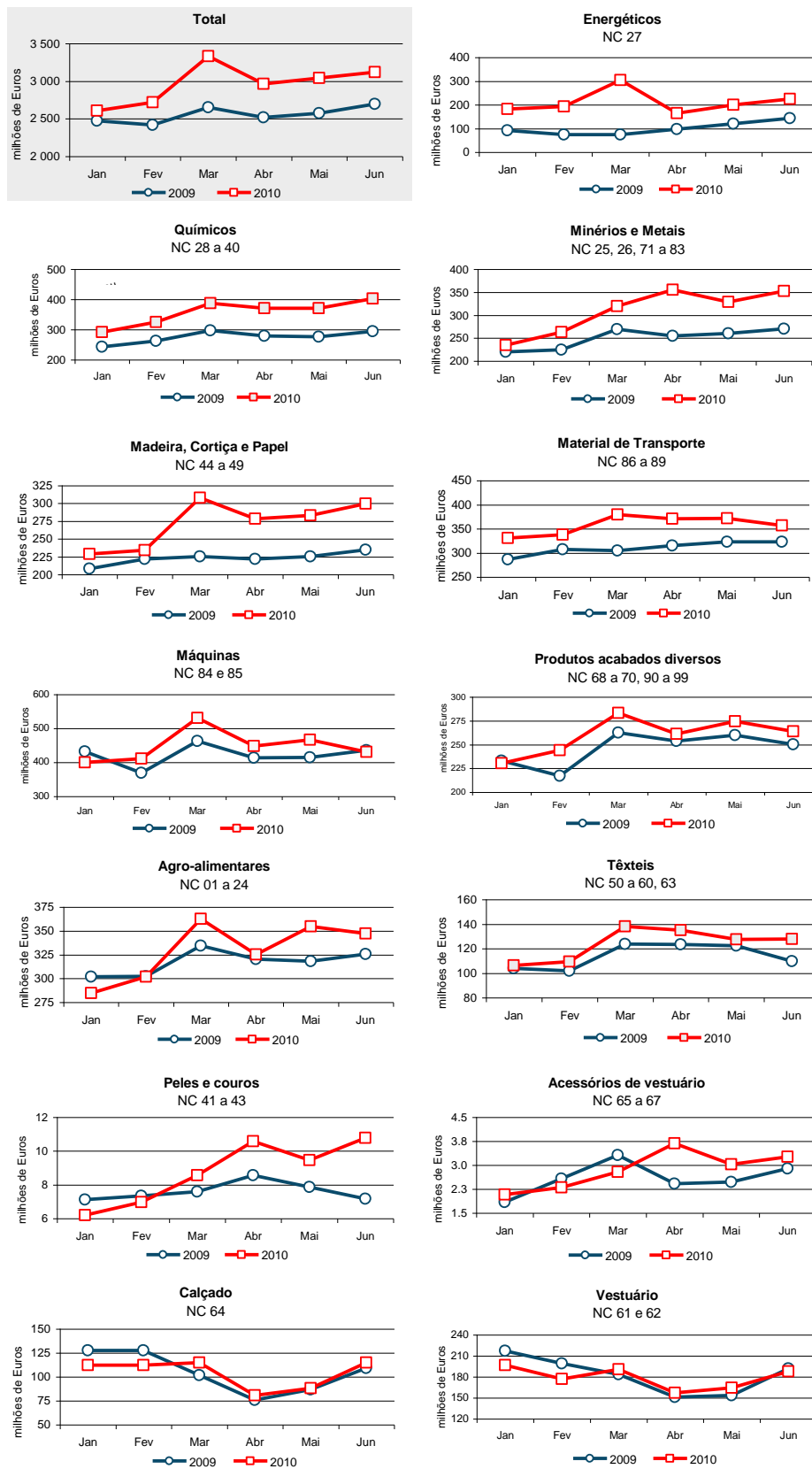
Na Figura 2 relacionam-se os correspondentes pesos de cada um destes agrupamentos no total das exportações no 1.º semestre de 2010.

Figura 2. Peso dos agrupamentos de produtos no 1.º semestre de 2010 (% do Total) ordenados por ordem decrescente do seu contributo para o crescimento das saídas face ao 1º sem 2009



No conjunto de figuras que se segue apresenta-se, sinteticamente, em termos homólogos, por agrupamentos de bens, a evolução mensal das exportações portuguesas no 1.º semestre de 2010, face ao semestre homólogo de 2009 (Figura 3).

Figura 3. Evolução do valor mensal das 'exportações' em 2009 e 2010 por agrupamentos de bens (meses de Janeiro a Junho)

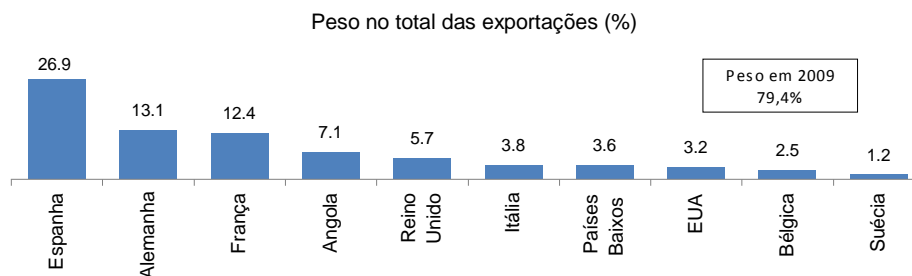


Fonte: Dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

2. Evolução das Exportações Portuguesas por Mercados de Destino

Em 2009, cerca de 80% das exportações portuguesas distribuíram-se por 10 mercados: Espanha (26,9% do total), Alemanha (13,1%), França (12,4%), Angola (7,1%), Reino Unido (5,7%), Itália (3,8%), Países Baixos (3,6%), EUA (3,2%), Bélgica (2,5%) e Suécia (1,2%) (Figura 4).

Figura 4. Os 10 principais mercados das exportações^[1] portuguesas em 2009



[1] Exportações aqui entendidas como o somatório das Expedições para os países da UE com as Exportações para os Países Terceiros.

Fonte: Dados de base do Instituto Nacional de Estatística

No 1.º semestre de 2009, face ao semestre homólogo de 2008, assistiu-se a uma descida do valor das exportações portuguesas na grande maioria dos 20 principais mercados de destino, à excepção de Angola, actualmente o principal mercado entre os Países Terceiros, e da República Checa.

Porém, no 1º semestre de 2010 verificou-se uma recuperação sensível das exportações portuguesas para a generalidade destes países, face ao mesmo período de 2009, excepto em Angola (-239 milhões de Euros) e na Suécia (-33 milhões de Euros).

Constata-se que neste primeiro semestre, face ao semestre homólogo de 2009, os 5 ritmos de crescimento mais acentuados entre os 20 principais mercados ocorreram em países terceiros, designadamente o México (+117,5%), o Brasil (+85,7%), a Turquia (+74,3%), Marrocos (+50,2%) e os EUA (+43,5%), que representaram em conjunto 7,4% da exportação total (Figuras 5 e 6).

Figura 5. Ritmos de crescimento das exportações

TVH – 1.º semestre de 2010 / 1.º semestre 2009

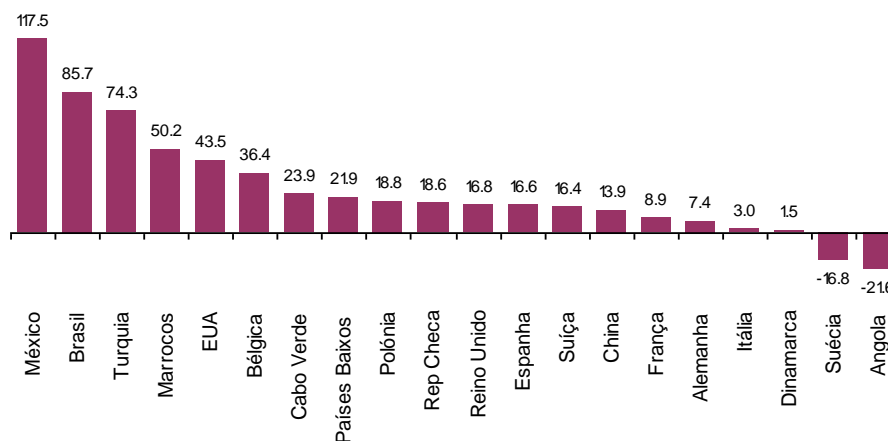
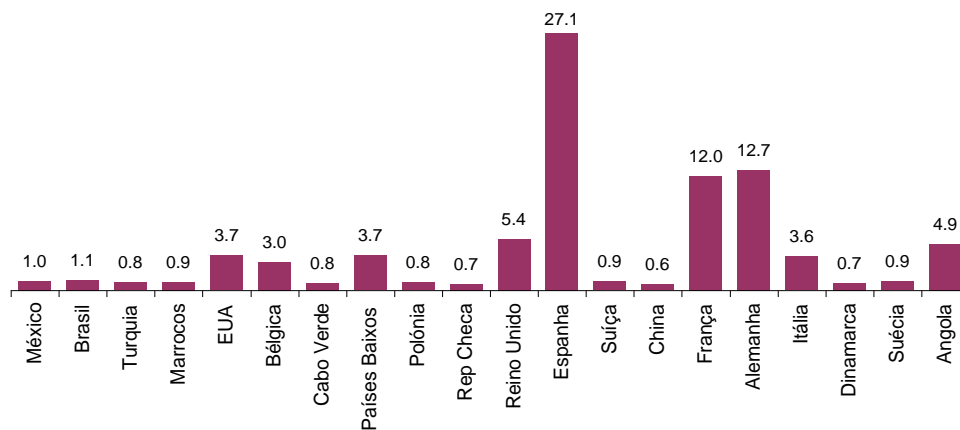


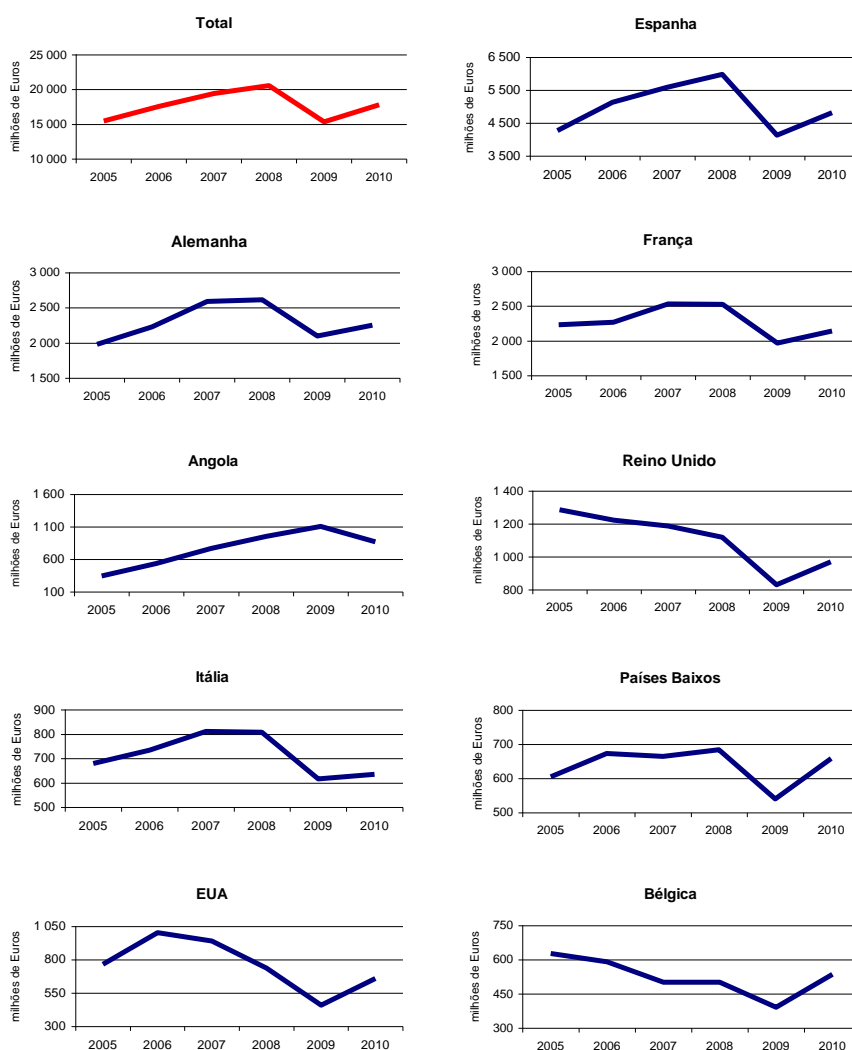
Figura 6. Correspondente estrutura das exportações no 1.º semestre de 2010 (%)

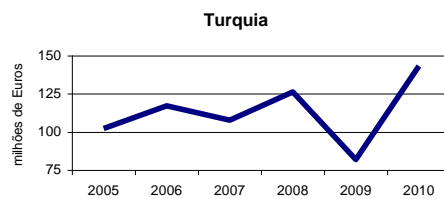
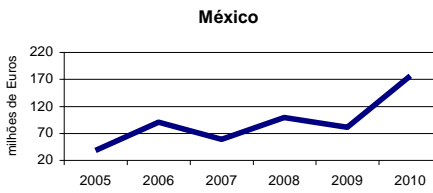
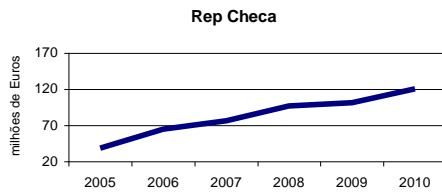
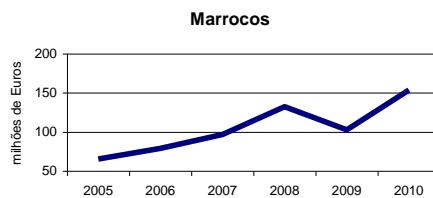
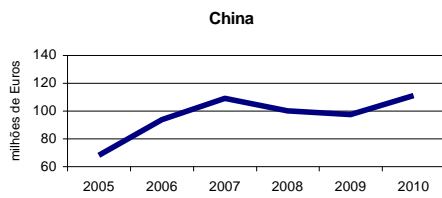
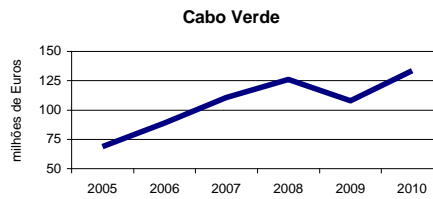
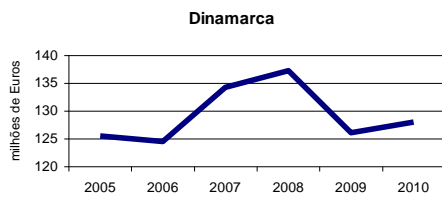
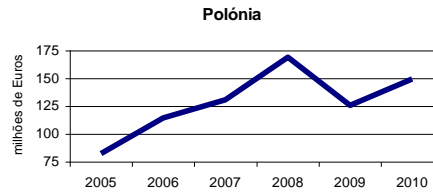
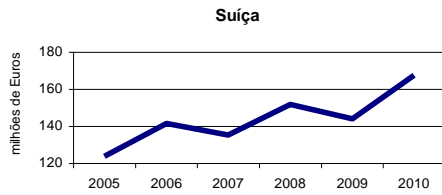
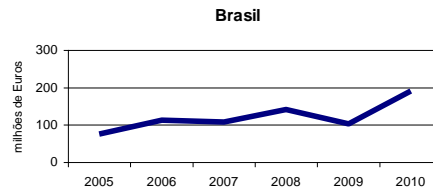
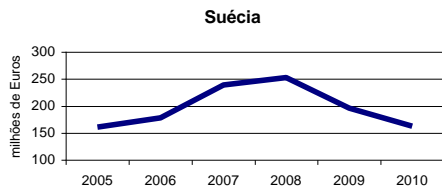


Fonte: Dados de base do Instituto Nacional de Estatística

Nas figuras que se seguem encontra-se representada a evolução das exportações para os 20 principais mercados no 1º semestre dos anos de 2005 a 2010, que representaram cerca de 87,0% do total no ano de 2009 e 85,3% no 1º semestre de 2010. De assinalar que em países como o Reino Unido e a Bélgica (desde 2005) e os EUA (desde 2006), onde se vinham registando quebras sucessivas das exportações no 1.º semestre, se verificou, em 2010, uma inversão desta tendência.

Figura 7. Evolução das exportações portuguesas para os 20 principais mercados no 1.º semestre dos anos de 2005 a 2010





Fonte: Dados de base do Instituto Nacional de Estatística

Business Survival in Portuguese Regions¹

Alcina Nunes²

Elsa de Morais Sarmiento³

Abstract: This work addresses the post-entry performance of employer enterprises for seven regions in Portugal, at the NUT II level, by investigating the structural characteristics of survival, using non-parametric and semi-parametric methods, during the period 1985 to 2007. The last decades of the 20th century were characterized by a period of creative destruction in Portugal. In particular, regions such as Norte, Algarve and Madeira show the highest growth rates in enterprise births, deaths and firm churn. After 2000, firms' births and deaths are relatively less turbulent. In the non-parametric analysis, we identify statistically significant disparities among regions. Norte has the lowest survival rate and Centro holds the longest surviving firms. The survival gap between these two regions widens over time. Concerning the semi-parametric analysis, firm's current size dimension is a strong determinant for the probability of survival, particularly in the Norte and Açores. In industries characterized by high entry rates at the moment of a firm's birth, post-entry survival becomes harder, especially in the south and in the Portuguese archipelagos, the regions with the lowest number of active employer enterprises. A higher entry rate combined with fast growth rates for any given industry also generates a shorter duration of firms. Manufacturing is the sector where more firms are more likely to abandon the market, particularly in Madeira and Norte. But it is turbulence, given by the sum of firms' entry and exit rates that exhibits the most significant effect on survival. For every region, except for the Açores, where there is no statistical significance, those that have the highest record of firm turbulence, also display the lowest business survival probabilities. Turbulence decreases severely the survival probabilities of firms located in Madeira and Norte and to a lesser extent in the Algarve.

1. Introduction

Regional development has been a source of interest among academics and policymakers, especially in the context of endogenous growth theories and the new economic geography framework. Regional growth theory has become over the years an important branch of modern economic growth analysis. The knowledge society has brought about features such as innovation and creativity as the basis of regional dynamics and competitiveness. Business performance and the renewal of enterprises, which have been considered as engines of regional innovation, employment creation and growth, have thus aroused great interest.

The phenomena of enterprise birth, growth, contraction and death has become an important field of research in the so-called firm demographics (Bartelsman et al., 2005a and 2005b; Caves, 1998; Colantone and Sleuwaegen, 2008; Geroski, 1995; Masso et al., 2004; Robinson et al., 2006; Sharpe and Currie, 2008). The demography of firms approach is already a rather well established field of study for economic geographers and regional economists (Van Dijk and Pellenbarg, 1999; Pellenbarg and van Steen, 2003; Baptista et al., 2008; Baptista and Carias, 2007). It has developed into a research field that has close links to industrial organisation and organisational ecology but also to the evolutionary approach of spatial-economic development (Nelson and Winter 1982; Hannan and Freeman 1989; Boschma and Frenken, 2002 and 2006).

This study addresses the post-entry performance of new Portuguese firms by investigating the regional structural characteristics of the hazard and survival functions, by applying non-parametric and semi-parametric survival analysis to the active employer enterprises of Quadros de Pessoal (Employment Administrative Records). It has been subject to the application of the entrepreneurship definitions and

¹ Agradecemos ao Gabinete de Estratégia e Planeamento, do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, o fornecimento dos dados e o apoio prestado. Este trabalho reflecte unicamente as opiniões das autoras.

² Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, Portugal (alcina@ipb.pt).

³ Departamento de Economia e Gestão, Universidade de Aveiro, Portugal; Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (esarmento@ua.pt).

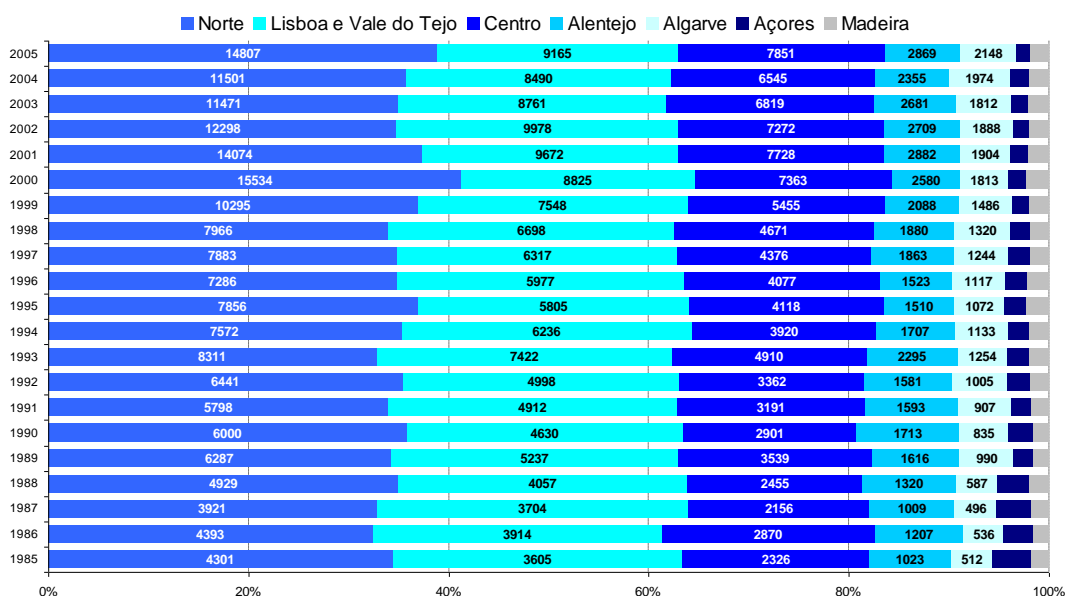
methodology of the “Manual on Business Demography Statistics” (Eurostat/OCDE, 2007), from where a specific entrepreneurship database was derived. This database consists of an annual average of 215.903 active employer enterprises over the period 1985 to 2007, with an annual average of 36.803 births and 23.743 deaths.

The paper is structured as follows. The next section provides an overview of business dynamics at the regional level. Section three presents the non-parametric survival analysis while section four proceeds with complementary semi-parametric survival methods. Finally, the last section concludes.

2. Regional Business Characteristics and Dynamics

As the creation of enterprises is considered a primary indicator of the level of entrepreneurship at the regional level, its closing can also be considered a primary indicator of local firms’ survival abilities. In Portugal, the regional distribution of deaths is relatively uneven across the seven NUT II regions (Figures 1 and 2). Norte is the region where more enterprise deaths occur (39% of total enterprises died in 2005 and 34% in 1985), a higher proportion than the region’s share of total active enterprises.

Figure 1. Deaths of active employer enterprises by NUT II regions



Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

The last 25 years of the 20th century may be seen as a period of creative destruction, where the development of information and communication technologies and globalisation shaped the behaviour of firms. Carree et al. (2002) argue that at least in modern economies, the secular trend of decreasing business ownership rate and its rise during this period is an indication of development changes in the level of entrepreneurship. After the 1970s, industries such as textiles, machinery and automobiles have lost comparative advantage and have been confronted by a rise of new ventures in service and knowledge-intensive sectors.

But globalisation is bringing an increasing level of risk, tougher competitive pressure and increasing barriers to entry the market for potential entrepreneurs (Colantone and Sleuwaegen, 2008). These phenomena might have had a considerable impact in Portugal, particularly from the start of the new century, causing a smoothing of the rhythm of enterprise creation and bringing tougher survival for incumbent firms. Death rates are highly correlated with birth rates and have thus accompanied this trend (Sarmiento and Nunes, 2010b).

Table 1 sheds additional light onto the rhythm of growth of enterprises, its births and deaths, which has been clearly slowing down since the 2000 “peak”. Most NUT II regions follow the country’s general trend of decreasing birth and death rates (Sarmiento and Nunes, 2010b). The Algarve is the only region that

manages to dispute this tendency and maintain a positive annual growth rate of enterprise births after 2000 (1.0%), as it also has the highest growth in active enterprises throughout the whole period. On the other hand, it also shows the highest annual average growth in enterprise closures (3.4%).

Norte has the greatest proportion of active firms in the country and the second greatest increase in active employer enterprises in the country between 2000 and 2007 (Table 1). It is also in the north of the country where the greatest share of business entries and closures occurred between 1985 and 2007, causing this region to exhibit a high level and turbulence (Table 2 and Figure 2) and volatility. Despite having the greatest share of active enterprises and the greatest amount of small enterprises in the country, the weight of small and medium firms is the highest in Algarve (mainly due to services and construction firms from 2000) and Alentejo (mainly in services, agriculture and fishing sectors) (Sarmiento and Nunes, 2010b).

Table 1. Annual average growth rate of employer enterprises, births and deaths by NUT II

NUTII Regions	Active employer enterprises			Births		Deaths	
	1985-2007	1995-2000	2000-2007	1987-2007	2000-2007	1985-2005	2000-2005
Norte	6.2	7.1	4.4	4.3	-1.5	6.4	-1.0
Algarve	9.2	7.9	6.7	6.2	1.0	7.4	3.4
Centro	6.6	8.6	4.0	4.6	-5.3	6.3	1.3
Lisboa e Vale do Tejo	4.5	5.1	3.4	4.3	-1.1	4.8	0.8
Alentejo	5.8	8.3	3.1	3.1	-4.2	5.3	2.1
Açores	3.7	3.9	3.1	1.1	-1.0	0.4	-4.9
Madeira	6.4	7.1	4.4	4.9	-1.1	6.3	-3.3
Portugal	5.8	6.9	4.1	4.3	-2.3	5.7	0.2

Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS.

From 1985 to 2005, Algarve (32.5%), Alentejo and Norte (29.9%) are the regions with the greatest amount of births and deaths in the country. In the second sub-period, from 2001, Norte and Algarve (29.4%) maintain high levels of business turbulence, though below the previous period turbulence rates (1987-2000).

Table 2. Average churn rates of Portuguese NUT II regions

	1987-2005	1987-2000	2001-2005
Norte	29,9%	30,1%	29,4%
Algarve	32,5%	34,7%	29,4%
Centro	27,3%	28,8%	25,1%
Lisboa	26,8%	27,1%	26,2%
Alentejo	29,9%	31,8%	26,6%
Açores	27,1%	28,0%	25,5%
Madeira	28,6%	29,4%	27,3%
Portugal	28,5%	29,3%	27,3%

Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

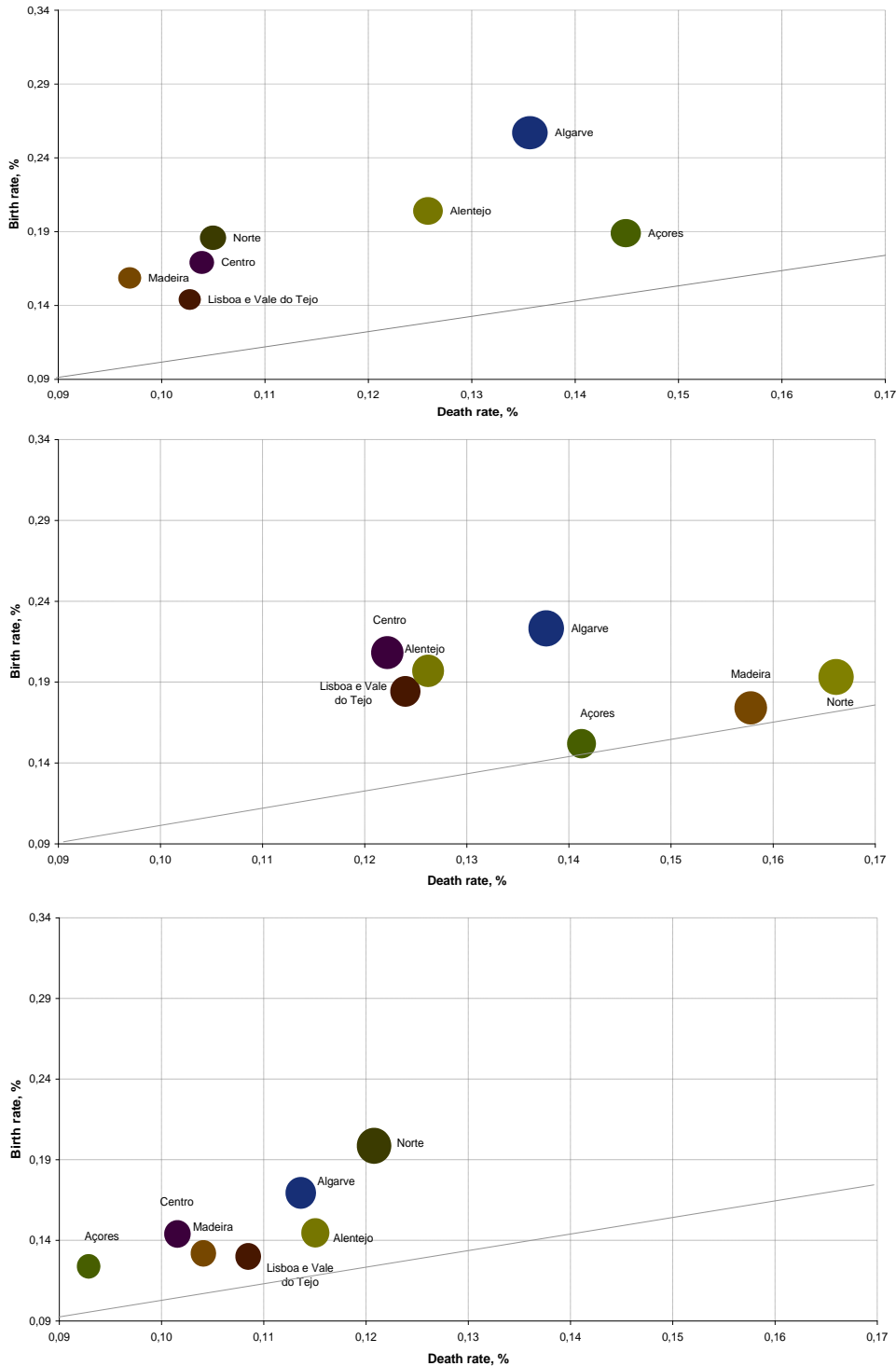
In Figure 2, birth, death and churn rates for each NUT II region are portrayed for three selected years, the first for which we are able to calculate both death and birth rates (1987), one of the most significant “peak” year in terms of turbulence (2000) and the most recent year for which we are also able to compute births and deaths (2005). In the years following 2000, Portuguese regions have been moving towards the first quadrant, to the bottom left side, closer to the dividing 45° degree line.

The first three quarters of the 20th century are often characterized as a period of declining small firm presence in most industries (Carree et al., 2002). But in more recent decades, this has stabilized or has even been reversed, with the revival of small businesses in many industries of the industrialized world (Eurostat, 2009; OECD/Eurostat, 2009; Bartelsman et al., 2005a; Cabral, 2007; Núñez, 2004; Thurik, 1999; Storey, 1994; Acs, 1996; Acs and Audretsch, 1993; Loveman and Sengenberger 1991). After the 1970s, older and larger enterprises especially located in manufacturing sectors have lost ground to new smaller, more entrepreneurial and innovative counterparts. The increasing weight of services in most developed economies, which are characterized by smaller average sizes, contributed sharply to the decreasing average size of firms. In Portugal, the growing importance of services cannot be overlooked (Sarmiento and Nunes, 2010b), influencing the already small sized entrepreneurial fabric and the creation

of new enterprises. Over a period of more than 20 years, Sarmento and Nunes (2010a) find an overall decreasing average size for employer enterprises in Portugal, which is extended to all broad sectors, NUT II regions, entrants and exiters in the market.

By combining the geographical with the size class dimension, Sarmento and Nunes (2010b) observe the predominance of small firms births in most regions, in particular in Algarve (above 98,1% of enterprises are born with fewer than 20 employees throughout the period), Alentejo (97.7%), Centro (97.2%) and the Açores. Over the period, Norte is the region where relatively fewer firms are born with less than 20 employees.

Figure 2. Birth, death and churn rates in 1987, 2000 and 2005 respectively



Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

Moreover, the average firm size of entrants, which is considered to influence growth and survival has been decreasing throughout the country's regions, except for size class of 20-49 employees. Lisbon has the biggest sized enterprises in the country in the size class of over 250 employees, although average firm size has been decreasing considerably in recent years (1.645 employees on average in 1989, 2.628 in 2000 and 624 in 2007), followed by Centro and Norte.

In higher birth rate years in Portugal, we observe an overall increase in firm dimension, with some heterogeneity throughout the Portuguese regions, in particular during the "peak" years of enterprise creation of 2000 to 2002. The year of 1994, also characterised by a sharp increase in birth rates, shows a more homogenous regional impact on average enterprises' size (except for Centro and the Açores), compared to the "peak" of 2000 to 2002, which had a more localised impact in respect to firm size increase in Lisbon, Açores and Madeira.

3. Non-Parametric Survival Analysis

We shall make use of survival functions¹, which show the probability of survival, considering that the firm has been active during a certain period and hazard functions, which portray the probability of "death" throughout a given period of time.

In Portugal, during the period from 1987 to 2005, approximately 86% of all the employer enterprise births remain active after one year of activity, 75% after two years and 46% after seven years. After 18 years of activity, only 22% of employer enterprise start-ups were still alive or equivalently, almost 78% had already exited the market.

Table 3 presents the results for the non-parametric estimation, for each of the seven Portuguese NUTII regions. This framework explores the relationship between age and the regional hazard of exit.

Table 3. Survival table for employer enterprise births by NUTII region, 1987-2005

Years	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
1	85.6%	87.4%	85.5%	85.8%	85.6%	85.1%	86.1%
2	75.1%	77.7%	75.1%	75.5%	75.5%	74.2%	76.0%
3	66.5%	70.1%	67.0%	67.0%	67.7%	67.0%	68.3%
4	59.8%	64.0%	60.5%	60.4%	61.2%	59.9%	61.3%
5	54.1%	58.9%	55.0%	54.9%	55.8%	54.5%	56.2%
6	49.4%	54.5%	50.4%	50.7%	51.1%	50.5%	51.6%
7	45.3%	50.7%	46.6%	46.9%	47.2%	46.7%	47.5%
8	41.7%	47.5%	43.2%	43.4%	44.2%	43.7%	44.6%
9	38.7%	44.5%	40.2%	40.5%	41.1%	41.2%	41.7%
10	35.8%	41.9%	37.6%	37.7%	38.5%	38.9%	38.6%
11	33.0%	39.5%	35.1%	35.2%	36.2%	36.3%	36.6%
12	30.5%	37.4%	32.8%	33.0%	34.0%	33.9%	34.3%
13	28.1%	35.3%	30.8%	31.0%	32.0%	31.3%	31.7%
14	26.4%	33.4%	29.0%	29.3%	30.2%	29.4%	29.9%
15	24.8%	31.8%	27.4%	27.8%	29.0%	28.2%	28.2%
16	23.2%	30.4%	26.1%	26.2%	27.8%	26.4%	26.9%
17	21.9%	28.9%	24.6%	24.9%	25.4%	25.4%	26.6%
18	20.7%	27.4%	22.9%	23.2%	23.9%	23.8%	25.4%

Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

Over 85% of newly born employer enterprises remain active during their first year of activity in all regions. The one-year survival rate varies from a low of 85% in the Açores to a high of 87.5% in the Centro region, meaning that the new born enterprises died relatively more prematurely in Açores archipelago than in other Portuguese regions.

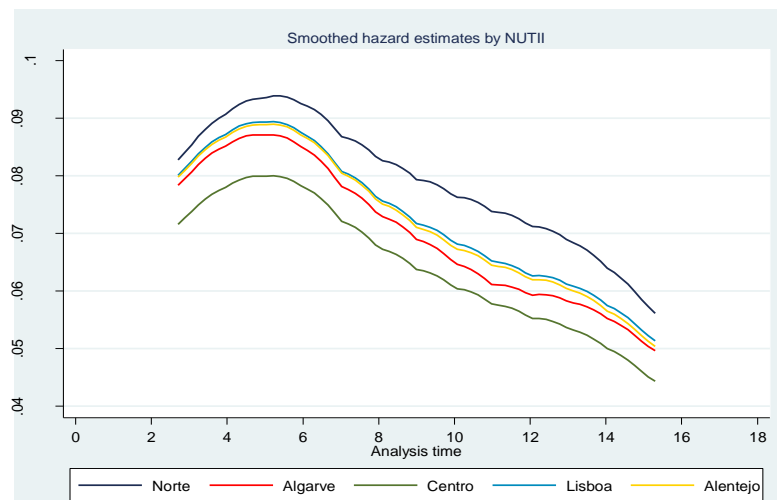
¹ The methodology used in this section is described in greater detail in Nunes and Sarmiento (2010b).

After three years, Norte presents the lowest survival rate, which is maintained throughout the period, while Centro has the best survival performance. In fact, Centro has a higher survival rate than the economy's average, it is where firms manage to survive longer during the period considered. After 6 years of firm activity, Norte is the only region with less than 50% of survival probability, lagging behind all other regions in terms of enterprise survival. Table 2 also reveals that the survival gap between these two regions grows systematically with time. At the end of the period, Norte is the region that presents the lowest survival rate, with only 20.7% of the firms' population managing to survive throughout eighteen years of activity. Centro, in turn, has 27.4% of its 1987 start-ups still active after 18 years.

There are also clear disparities between regions, in particular between Norte and Centro, in terms of median duration survival (Figure 3). The median duration of firms at the regional level is below seven years for most regions, except for Centro (around the eight year).

The disparities among the Portuguese regions are confirmed by equality tests. Both Log-rank and Wilcoxon (Breslow) tests allow for the rejection of the hypothesis of survival equality among regions.

Figure 3. Smoothed hazard estimate by NUTII, 1987-2005



Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

4. A Semi-Parametric Survival Analysis

For the semi-parametric approach, there are seven explanatory variables, beyond sector and year dummies (Table 4).

Table 4. Explanatory variables considered in the model

Variable	Definition	Measurement
Start-up Size	Number of employees at the birth year of the firm.	Logarithm of the number of employees.
Current Size	Number of employees at the current year.	Logarithm of the number of employees.
Industry Entry Rate	Industry entry rate calculated for sectors defined at a 2-digit CAE level.	Logarithm of the industry entry rate, defined as the number of entrants divided by the total number of firms in industry.
Concentration (HHI)	Herfindhal-Hirschman Index (HHI) calculated for industries at a 2-digit CAE level.	Logarithm of the HHI.
Growth	Logarithmic difference of industry employment in two consecutive periods.	Logarithm of the number of employees at year t minus the logarithm of the number of employees at year $t-1$.
Entry Rate x Growth	Interaction variable, defined as the product of entry and growth.	Product of logarithms.
Turbulence	Sum of entry and exit rates calculated for sectors defined at a 2-digit CAE level.	Sum of logarithms of the industry entry rate with the industry exit rate.
Sector Dummies	Dummies for 4 broad sectors: Agriculture, Construction, Manufacturing and Services.	
Regional Dummies	Dummies for 7 NUTII regions: Norte, Centro, Lisboa e Vale do tejo, Alentejo, Algarve, Açores and Madeira	
Year Dummies	Dummies for each current year.	

Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

Note: * The literature has shown that there is a non linear effect of the start-up size on survival, which is normally accounted for via a log transformation. The specification is reasonable given that the value of the likelihood increases.

A cloglog regression estimation process¹ was conducted for Portugal and for its seven NUT II regions, for the period 1995 to 2005². All the models control for structural effects, through industry dummies and for macroeconomic effects, through year dummies³.

The values presented in Table 5 correspond to the hazard ratios, that is, the ratio of hazard rate when the variable increases by the one unit. A hazard ratio over one implies that an increase in the given explanatory variable increases the probability of exit and, correspondingly, a hazard ratio below one means that an increase in the variable decreases the hazard.

Since the number of firms in each region is quite diverse, ranging from 164.599 firms in the Norte to 7.523 firms in Açores, the conclusions are not straightforward when we take into consideration the absolute values of the coefficients. Therefore, the analysis must rely more on the overall results than on the absolute values of the hazard coefficients.

As argued in the literature and mentioned previously, the start-up size of a firm improves the chances of survival. However, this is not apparent from Table 5. These results show hazard ratios which are greater than one, not only for the total economy but also for each region, as the model does not isolate the effects of initial firm size from the effects of current firm size. When the hazard ratios for the variable that proxies

¹ For further methodology details please see Nunes and Sarmiento (2010a).

² The regional disaggregation is only provided after 1995 due to the introduction of the System of European Accounts in 1995 and up to 2006 due to the problems of compatibility with the Portuguese Classification of Economic Activities (CAE Rev. 3) after 2007. We only estimate until 2005 given that the Eurostat/OECD methodology requires checking for reactivations in the two following years before an enterprise is actually considered to be "dead".

³ The year dummies values have been introduced but the values are not shown, as no clear pattern is discernible from the estimated coefficients, as is usually the case (Mata et al., 1995).

current size are considered, the effect of a firms' current size seems to be predominant. This effect cannot be observed in the table, since it does not detail the common cloglog estimators, but only the hazard ratios. However, when introducing the sum of the start-up and the current size (by denoting S_0 and S_t the initial and current size, respectively, and α and β the correspondent coefficients, the effect of size is expressed by $\alpha S_0 + \beta S_t$), it becomes evident that the current size improves the chances of survival and that the initial size does not. This effect is observed for all Portuguese regions and is consistent with the results of Mata, Portugal and Guimarães (1995). According to the previous authors, firms that have started smaller and have experienced faster post-entry growth do face a higher probability of survival.

International studies also indicate that in industries characterized by high entry rates at the moment of birth, post-entry survival becomes harder. Firms that experience more competition from entrants, have a higher probability of failure. This is also observed for Portugal and for the country's NUT II regions. However, this is particularly enhanced in regions where the entrepreneurial background is not as developed as those of other regions¹ (Açores) and in those dominated by sectors which do not pose high entry barriers to new firms, such as services (Madeira, Algarve and Lisboa). From 2000 to 2007, Algarve (6.7%) and Madeira (4.4%) displayed the greatest annual average growth rates in active employer enterprises (Table 1). Algarve is also systematically the region with the highest birth rates in Portugal and Madeira is within the three regions with the highest birth rates throughout the period. Moreover, Madeira, Algarve and Lisboa are regions where service firms are relatively more predominant.

A high entry rate combined with fast growth rates for any given industry generates, in general, a shorter duration of firms (Mata, et al., 1995; Gort and Klepper, 1982). This conclusion can also be drawn from these results, even if statistical significant estimators are not obtained for some of regions (Algarve, Alentejo and Madeira). It might seem easier to enter the market in earlier stages of the product life-cycle, when markets are expanding, but it becomes particularly difficult to survive. It is particularly so in the Açores archipelago, in Centro, Lisboa and Norte.

Herfindhal-Hirschman Index estimation results for concentration influence on survival probabilities do not provide very disparate conclusions at the regional level, except for the Açores, where the small entrepreneurial fabric in terms of number and firm average size, might be relatively more susceptible to firm concentration.

These results have stressed the literature's conclusions so far. However, the effect of industry growth is at odds with the mainstream results in the literature. One would expect that firms operating in industries with faster growth would suffer from a smaller probability of failure, since they can penetrate the market without harming the competitors, but the estimation results show otherwise. In order to help shedding light over this result, it should be pointed out that industries in the early stages of their life-cycles usually register high rates of entry and exit (Agarwal and Gort, 1996; Baptista and Karaoz, 2007). In general, industries with higher than average entry rates also exhibit higher than average exit rates (Cabral, 2007), due to birth and death rates being highly correlated across industries, corroborating the idea that "entry barriers are exit barriers" (Mata et al., 1995). The combined effect of entry and growth can explain this unexpected effect of industry growth on survival probabilities. Industries experiencing higher growth rates are also more turbulent, registering high rates of entry and also of exit (the "revolving door" at work), thus decreasing the likelihood of survival.

Sarmiento and Nunes (2010b) show that the correlation between turbulence (sum of the entry and exit rates) and growth rate is positive (58%) and statistically significant at 5% confidence level, corroborating the previous argument. These results can be extended to the Portuguese regions, underlining that turbulence is indeed a major driver of Portuguese firms' survival chances.

¹ It is a widely held belief that urban settings and metropolitan areas offer more favourable incubator conditions for the emergence of creative entrepreneurs, as there are more favourable conditions for human resource training and management and better labour recruitment (Davelaar, 1991).

Table 5. Estimation results for the total economy and for each one of the seven Portuguese NUT II regions

Variables	Portugal	Regions						
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Log of start-up size	1.334*** (0.007)	1.310*** (0.011)	1.342*** (0.016)	1.414*** (0.014)	1.250*** (0.023)	1.286*** (0.028)	1.139*** (0.041)	1.267*** (0.044)
Log of current size	0.459*** (0.002)	0.479*** (0.004)	0.418*** (0.005)	0.463*** (0.004)	0.451*** (0.008)	0.444*** (0.009)	0.501*** (0.018)	0.440*** (0.014)
Industry (2 digit) start-up entry rate	1.24*** (0.018)	1.233*** (0.028)	1.181*** (0.038)	1.160*** (0.032)	1.515*** (0.077)	1.290*** (0.08)	1.429*** (0.152)	1.613*** (0.164)
Start-up industry HHI (2 digit)	0.988*** (0.001)	0.986*** (0.002)	0.986*** (0.003)	0.992*** (0.003)	0.988*** (0.005)	0.997 (0.006)	1004,0 (0.011)	0.975*** (0.009)
Turbulence rate	5.29*** (0.222)	11.444*** (0.791)	3.664*** (0.344)	3.406*** (0.336)	1.698*** (0.22)	3.574*** (0.699)	1.285 (0.341)	14.441*** (4.792)
Industry Growth (log)	1.122*** (0.018)	1.087*** (0.029)	1.140*** (0.044)	1.159*** (0.036)	1.144** (0.065)	1.113* (0.07)	1.326** (0.146)	1.036 (0.104)
Growth x Entry rate	1.082*** (0.017)	1.069** (0.028)	1.116*** (0.042)	1.091*** (0.033)	1.083 (0.061)	1.015 (0.065)	1.272** (0.141)	1.033 (0.109)
Sector dummies								
Agriculture	0.612*** (0.01)	0.443*** (0.016)	0.706*** (0.024)	0.643*** (0.033)	0.795*** (0.034)	0.823* (0.069)	1.178* (0.11)	0.841 (0.156)
Construction	0.895*** (0.009)	0.858*** (0.012)	0.931*** (0.021)	0.919*** (0.023)	1.155*** (0.049)	1.013 (0.616)	1.742*** (0.18)	1.343*** (0.116)
Manufacturing	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
Services	0.705*** (0.006)	0.631*** (0.007)	0.770*** (0.015)	0.799*** (0.017)	0.884*** (0.032)	0.869** (0.048)	0.905 (0.077)	0.792*** (0.062)
Regional dummies								
Norte	(a)	----	----	----	----	----	----	----
Centro	0.847*** (0.006)	----	----	----	----	----	----	----
Lisboa	1.027*** (0.007)	----	----	----	----	----	----	----
Alentejo	0.926*** (0.01)	----	----	----	----	----	----	----
Algarve	0.939*** (0.011)	----	----	----	----	----	----	----
Açores	0.942*** (0.02)	----	----	----	----	----	----	----
Madeira	1.014 (0.019)	----	----	----	----	----	----	----
Year dummies								
	Yes	Yes	Yes	Yes	Yes	Yes	Yes	Yes
Number of firms	447772	164599	97606	109405	33692	25802	7523	9140
LR X2 (34) / LRX2 (28) for regions	47329.9***	17871.03***	10705.95***	11192.01***	3695.93***	2698.05***	860.98***	1421.47***
Log likelihood	-422915.7	-152494.34	-91424.886	-106768.52	-33112.584	-23204.949	-6.744.716	-8283.6

Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS. Notes: (a) refers to the reference sector; The year dummies "yes" means that they have been included in the estimation; Standard deviation is shown in brackets and *, **, *** means, respectively, 10, 5 and 1% level of significance.

From Table 5, it is also possible to conclude that the turbulence rate exhibits the most significant effect when considering other determinants in the model, such as firm and market characteristics. For all the regions, with the exception the Açores¹, where there is no statistical significance, those that have the highest record of firm turbulence, also display the lowest business survival probabilities. Turbulence decreases severely the survival probabilities of firms located in Madeira and Norte and to a lesser extent in the Algarve. The hazard ratios obtained range from around 14.5 % in Madeira to 1,2% in Açores. The Açores display a lower entrepreneurial turbulence than the country's average for most of the years up to 2005 (GEE, 2010b) and the lowest regional churn rates, factors accruing to explaining the lowest regional hazard ratio. From 1987 to 2005, the Algarve shows the greatest churn rate (32.5%) in the country, followed by Norte (29.9%).

Norte has the highest hazard rate within the continental regions (11.5%) and possesses clear regional specificities (INE, 2009; Nunes and Sarmento, 2010c), showing one of the highest regional rates of turbulence (Table 2). Madeira in turn, has 28.6% for firm churn in the 1987-2005 period, but has the

¹ As regiões autónomas apresentam resultados sensivelmente distintos das regiões de Portugal continental, pois apresentam características na demografia empresarial distintas das restantes regiões do país (GEEa and b, 2010; Sarmento e Nunes, 2010).

second greatest from 2001. Turbulence is in fact the most significant determinant in the survival probabilities of Portuguese firms in all regions, notably in the Norte.

A known stylized fact is that turbulence is usually higher in services than in the manufacturing sector (Bartelsman et al., 2005a). For the period 2005 and 2006, the Eurostat/OECD (2009) observes that birth (and death) rates are significantly higher in the service sector for the vast majority of countries. This is also the case in Portugal (Sarmiento and Nunes, 2010b). Despite this fact, manufacturing is the sector whose firms have the biggest probability of exiting from the market. Concerning the model's sector dummies, all regions, with the exception of the archipelagoes of Madeira and Açores, show similar results. Norte shows a lower hazard probability rate relatively to manufacturing, when compared to the remaining regions, indicating lower survival chances for industrial firms, already diagnosed by the non-parametric analysis and by the firm demography analysis (GEE, 2010c; Sarmiento e Nunes, 2010c). Manufacturing is in fact, the sector where firms are more likely to abandon the market in general, but in particular in the north of the country.

In the estimation of the regional components for the total economy, we can observe disparities among regions. When compared to firms in the Norte, only firms located in Lisbon show a higher probability of exiting the market.

5. Final Remarks

Entrepreneurship has acquired a greater level of importance among the critical success factors that shape regional economic change. Regional growth is very much a product of its human capital, R&D, knowledge-spillovers, networks, industrial culture and last but not least, smart public policy. But it is no less a product of entrepreneurial activity and firm ability, in which the entry of newly created firms results in increased innovation, competition and job creation and the growth of surviving of firms assures a stable pool of employment and value added generation.

Regions face two main imperatives in a globalised and market-driven society, the increase of social welfare through job creation and economic development, brought about by structural change and productivity improvements. As there are usually large sectoral and geographical variations among the success and survival rates of new firms, entrepreneurial adjustment as a consequence of the cycles of enterprise birth, growth and survival is of decisive importance to structural change and for the triggering of converging or diverging patterns in regional ecosystems.

The last decades of the 20th century were characterized by a period of creative destruction in Portugal. In particular, regions such as Norte, Algarve and Madeira show the highest growth rates in enterprise births and deaths and naturally firm churn. After 2000, a new tendency seems to emerge, where both births and deaths of employer enterprises are relatively less turbulent.

The decreasing average size of entrants and exiters in the market occurring during this two decades, can also be considered a major factor hindering firm survival in Portugal, especially in sectors more exposed to international competition.

In the non-parametric analysis for Portugal, we find that around 25% of enterprises entering the market fail within the first 2 years of activity and that more than 50% fail within a period of six years. Breaking down the analysis, we identify statistically significant disparities among regions. Norte has the lowest survival rate and Centro is where firms manage to survive longer. The survival gap between these two regions gets amplified over time.

In line with the literature, we also find that firms that start small and experience faster post-entry growth, face a higher probability of survival. Firm's current size dimension is extremely important in determining the probability of survival, particularly in the Norte and Açores.

In industries characterized by high entry rates at the moment of a firm's birth, post-entry survival becomes harder. This happens mostly in the south and in the Portuguese archipelagos, the regions with the lowest number of active employer enterprises. A higher entry rate combined with fast growth rates for any given

industry also generates a shorter duration of firms. It might seem easier to enter the market in earlier stages of the product life-cycle, when markets are expanding, but it becomes particularly hard to survive. Firms that experience more competition from entrants, also face higher probabilities of failure.

However, we observe a different result from the literature, for the effect of industry growth in survival rates. Firms operating in industries which are growing faster seem to suffer from a higher probability of failure. The combined effect of entry and growth helps clarifying this unexpected effect of industry growth on survival probabilities. It is related to turbulence and the high rates of entry and exit verified in most the Portuguese regions throughout this period. Turbulence is in fact the most significant determinant of survival probabilities of Portuguese employer enterprises, particularly in the north of the country. Manufacturing is the sector where more firms are more likely to abandon the market, particularly in the regions of Madeira and Norte.

References

- Acs, Z. J. (1996), "Small Firms and Economic Growth", in P. H. Admiraal (ed.), *Small Business in the Modern Economy*, De Vries Lectures in Economics, Oxford, U.K.: Blackwell Publishers.
- Acs, Z. J. and Audretsch, D. B. (1993), "Conclusion", in Z. J. Acs and D. B. Audretsch (eds.), *Small Firms and Entrepreneurship: an East-West Perspective*, Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.
- Baptista, R., Escária, V. and Madruga, P. (2008), "Entrepreneurship, Regional Development and Job Creation: the Case of Portugal." *Small Business Economics*, n. 30, 49-58.
- Baptista, R. and Carias, C. (2007), "Job Creation and Destruction by Small Businesses in the Portuguese Regions", IN+, presented at the European Regional Science Association, ERSA 2007.
- Bartelsman, E.J., Scarpetta, S. and Schivardi, F. (2005a), "Comparative Analysis of Firm Demographics and Survival: Evidence from Micro-level Sources in OECD Countries", *Industrial and Corporate Change*, Vol. 14 (3), 365–391.
- Bartelsman, E. J., Haltiwanger, J. and Scarpetta, S. (2005b), "Measuring and Analyzing Cross Country Differences in Firm Dynamics," (co-authored with Eric Bartelsman and Stefano Scarpetta), in *Producer Dynamics: New Evidence from Micro Data*, (Dunne, Jensen and Roberts, eds.) NBER/University of Chicago Press.
- Boschma, R. and Frenken, K. (2006), "Applications of Evolutionary Economic Geography", N° 06-26, DRUID Working Papers, DRUID, Copenhagen Business School.
- Boschma, R. and Frenken, K. (2002), "Why is economic geography an evolutionary science?", ERSA conference papers, European Regional Science Association.
- Cabral, L. (2007), "Small firms in Portugal: A selective Survey of Stylized Facts, Economic Analysis and Policy Implementation", *Portuguese Economic Journal*, vol. 6 (1), 65-88.
- Carree, M., A. van Stel, R. Thurik and S. Wennekers (2002), "Economic development and business ownership: an analysis using data of 23 OECD countries in the period 1976-1996", *Small Business Economics* 19, 271-290.
- Caves, R. E. (1998), "Industrial Organization and New Findings on the Turnover and Mobility of Firms", *Journal of Economic Literature* 36: 1947-1982.
- Colantone, I. and L. Sleuwaegen (2008), "Entry and exit of firms in a global economy: a cross-country and industry analysis", Vlerick Leuven Gent Management School Working Paper Series 2007-36, Vlerick Leuven Gent Management School.
- Davelaar, E. J. (1991), "Incubation and innovation: a spatial perspective", Ashgate, Aldershot.
- Eurostat/OECD (2007), "Eurostat/OECD Manual on Business Demography Statistics".
- Eurostat (2009), "Business Demography: employment and survival", *Statistics in focus*, nº 70/2009.
- GEE (2010a), "Síntese Estatística da Dinâmica Empresarial: Região Madeira", Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.
- GEE (2010b), "Síntese Estatística da Dinâmica Empresarial: Região Açores", Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

- GEE (2010c), "Síntese Estatística da Dinâmica Empresarial: Região Norte", Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.
- Geroski, P. (1995), "What do we know about entry?", *International Journal of Industrial Organization*, Vol. 13, p. 421-440.
- Gort, M. and Klepper, S. (1982), "Time Paths in the Diffusion of Product Innovations", *Economic Journal*, n. 92, 630-653.
- Hannan, M. T. and Freeman, J. (1989), *Organizational Ecology*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- INE (2009), "Anuários Estatísticos Regionais- Informação estatística à escala regional e municipal, 2008", Destaque, Instituto Nacional de Estatística, 26 de Novembro de 2009.
- Loveman, G. and Sengenberger, W. (1991), "The Re-emergence of Small-Scale Production: an International Comparison", *Small Business Economics* 3, 1–37.
- Masso, J., R. Eamets and K. Philips (2004), "Creative Destruction and Transition: The Effects of Firm Entry and Exit on Productivity Growth in Estonia", Discussion Paper Series, Institute for the Study of Labor (IZA).
- Mata, J., Portugal, P. and Guimarães, P. (1995), "The survival of new plants: Start-up conditions and post-entry evolution", *International Journal of Industrial Organization*, n.13, 459-481.
- Nelson, R. R., and Winter, S. G. (1982), *An Evolutionary Theory of Economic Changes*, Cambridge MA: Harvard University Press.
- Nunes, A. and Sarmento, E. de Morais (2010a), "Business demography dynamics in Portugal: a semi-parametric survival analysis", Working Papers do Grupo de Estudos Monetários e Financeiros, nº 9/2010, Universidade de Coimbra (2010).
- Nunes, A. and Sarmento, E. de Morais (2010b), "Business demography dynamics in Portugal: a non-parametric survival analysis", Working Papers do Grupo de Estudos Monetários e Financeiros, nº 10/2010, Universidade de Coimbra (2010).
- Nunes, A. and Sarmento, E. de Morais (2010c), "Análise comparativa de sobrevivência - o caso da região Norte de Portugal", Actas do 16º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Coimbra, 2010.
- Núñez, S. R. (2004), "Salida, entrada y tamaño de las empresas españolas", *Boletín económico*, Banco de España, Nº 3, 2004, page 53.
- OECD/Eurostat (2009), "Measuring Entrepreneurship A Collection of Indicators 2009 Edition", OECD/Eurostat Entrepreneurship Indicators Programme.
- Pellenbarg, P. H. and van Steen, P. J.M. (2003), "Spatial Perspectives on Firm Dynamics in The Netherlands," *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, Royal Dutch Geographical Society KNAG, vol. 94(5), pages 620-630, December.
- Robinson, C., O'Leary, B., Rincon, A. (2006), "Business start-ups, closures and economic churn, a review of the literature", National Institute of Economic and Social Research, Final Report prepared for the Small Business Service, 23rd August of 2006.
- Sarmento, E. Morais and Nunes, A. (2010a), "Getting smaller: size dynamics of employer enterprises in Portugal", presented in the II International Workshop Entrepreneurship Culture and Finance, Spain.
- Sarmento, E. de Morais and Nunes, A. (2010b), "Entrepreneurship Performance Indicators for Active Employer Enterprises in Portugal", *Temas Económicos* nº 9, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.
- Sharpe, A. e Currie, I. (2008), "Competitive Intensity as Driver of Innovation and Productivity Growth: A Synthesis of the Literature", CSLS Research Reports 2008-3, Centre for the Study of Living Standards.
- Storey, D. ed. (1994), *Understanding the small business sector*, Thomson Learning.
- Thurik, A. R. (1999), "Entrepreneurship, Industrial Transformation and Growth", in G. D. Libecap (ed.), *The Sources of Entrepreneurial Activity: Vol. 11, Advances in the Study of Entrepreneurship, Innovation, and Economic Growth*, JAI Press, pp. 29–65.
- Van Dijk, J. and Pellenbarg, P. H. (1999), "Firm relocation decisions in The Netherlands: an ordered logit approach", ERSA conference papers, European Regional Science Association

Purchasing Power Parity and Competitiveness in Portugal: an Empirical Approach

Paulo Júlio¹

1. Introduction

The Purchasing Power Parity (PPP) hypothesis is a simple relationship which states that the price levels in two different countries should be the same, when converted to a common currency. Otherwise, large profit opportunities from cross-border trade would arise, and economic agents would engage in arbitrage activities leading to corrections either in prices or nominal exchange rates, or both, until price equalization is attained. To put this differently, while short-run deviations are admissible in light of PPP, the Real Exchange Rate (RER) should be stationary, such that the purchasing power of two different currencies does not deviate permanently from its long-run equilibrium.

The list of empirical studies addressing the PPP hypothesis is vast. From simple univariate unit root tests to long-span data studies, from co-integration to panel tests, PPP has been submitted to almost all types of analysis and scrutiny. However, evidence seems to be mixed at best and characterized by fairly significant levels of persistence, compared to what the theoretical arbitrage relationship would suggest. In a recent paper, Carvalho and Júlio (2010) use several econometric methodologies and conclude that evidence for PPP is in fact very weak. Even nonlinear methods, which have been pointed out in the literature as a potential solution for the PPP puzzle (Taylor and Peel, 2000; Taylor et al., 2001), were unable to provide fair evidence for PPP.

In this article, we provide an empirical coverage of the main and most relevant empirical methods presented in the literature on PPP, taking Portugal as reference country. Our analysis relies on 4 classes of tests – standard univariate unit root tests, standard panel unit root tests, Panel Analysis of Nonstationarity Idiosyncratic and Common components (PANIC), and unit root tests for nonlinear frameworks –, for a dataset consisting of 15 bilateral exchange rates *vis-à-vis* Portugal, and using the Consumer Price Index (CPI) as price measure.² In the overall, our results suggest weak evidence supporting the PPP hypothesis.

We also conclude that competitiveness, measured by the RER, is subject to large fluctuations and to very persistent shocks, which last several years. This indicates that Portugal gained competitiveness in some periods, but lost in others, *vis-à-vis* other European countries. However, in the long-run, *i.e.*, ignoring the short and medium term fluctuations in RERs, Portugal lost competitiveness against some of its European partners, such as Belgium, Denmark, France, Luxembourg, Netherlands and Sweden, but maintained or gained competitiveness against others, notably Spain, Greece, Italy and Ireland. These two features – the persistence of shocks and the long-run trend of RERs – may explain, although not justify, the failure of PPP for the Portuguese case.

This article is structured as follows. Section 2 presents the theoretical foundations of PPP. Section 3 introduces the data used in the empirical tests. In Section 4 we describe the methodology. Section 5 presents the results. Section 6 concludes.

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, and Faculdade de Economia – Universidade Nova de Lisboa. This work reflects the opinions of the author and not of the Ministry of Economics, Innovation and Development.

² The producer price index, which would also be interesting to analyze, cannot be used in the current study, due to the lack of a sufficient number of observations.

2. Purchasing Power Parity and the Law of One Price

The main building block behind PPP is the Law of One Price (LOP). The LOP, in its absolute version, postulates that the same good should have the same price across countries, if prices are expressed in a common currency. The main idea behind the absolute LOP is frictionless goods arbitrage (Sarno and Taylor, 2002). If goods are seen by consumers as perfect substitutes, then, in the absence of trade barriers and assuming negligible transport costs, price differences across countries originate profit opportunities, which will drive price adjustments until price equalization is attained. The relative version of the LOP postulates a weaker condition, that the relative price of a given good is constant through time when expressed in a common currency. Hence, the domestic prices are allowed to differ from the prices in the foreign country by a given factor. Obviously, the absolute LOP implies its relative version, but the converse is false.

If one assumes that the LOP is verified for each good in a given basket, then it should also be verified for the whole basket. The relationship that results from this aggregation across goods is known as PPP. Absolute PPP is expressed by

$$(1) S_t \cdot P_t^* = P_t$$

where P_t is the weighted average price of the basket of goods at time t in the domestic country, P_t^* is the weighted average price of the same basket at time t in the foreign country, and S_t denotes the nominal exchange rate, defined as the amount of domestic currency needed to buy one unit of foreign currency. In empirical applications, it is also useful to express the absolute PPP in logarithmic form,

$$(2) s_t + p_t^* - p_t = 0$$

where $s_t = \log S_t$, $p_t^* = \log P_t^*$, and $p_t = \log P_t$. Equation (2) simply states that the purchasing power of one unit of currency is the same in both countries, when converted to the same monetary unit. To put this differently, if absolute PPP holds, then any economic agent can buy the same basket of goods with the same amount of money in both countries. This relationship is supported by stronger assumptions than the ones invoked by the LOP. Namely, the goods that compose the basket should be the same in both countries, the weights used to compute the average price must be the same, and consumer preferences across countries should be similar. These are much stricter conditions, which are unlikely to hold in practice. Despite this, most economists believe that PPP constitutes an anchor for RERs in the long-run, such that any shock to the PPP relationship in (2) eventually dies out.

The relative PPP, expressed in logarithmic form, is

$$(3) s_t + p_t^* - p_t = c$$

where c is a constant. Condition (3) presents two main attractions as compared to (2). Firstly, it is based on the relative LOP, which imposes weaker assumptions by admitting price differences across countries. Secondly, it is much easier to test empirically than its absolute version, since the data collected on prices is based on indices rather than on levels, which creates a wedge between the relative prices of different countries that can only be captured through the parameter c . In empirical applications which use data on price indices, only the relative PPP can be tested.

3. Data

The data we used were gathered from the International Monetary Fund's *International Financial Statistics* (on-line) database. Both quarterly data on bilateral exchange rates of several currencies against the Portuguese *escudo* and on the CPI were collected, for the period 1973:1 – 2009:4. The base year for both price indices is 2005. The analysis comprises 15 countries in the European Union: Austria, Belgium, Cyprus, Denmark, Finland, France, Greece, Ireland, Italy, Luxembourg, Malta, Netherlands, Spain, Sweden and United Kingdom.³ From 1999 onwards, the nominal exchange rates of the preceding national

³ The analysis excludes Germany, due to the German reunification. All other countries in the European Union were excluded due to the lack of reliable data for the considered time frame.

currencies against the Euro were used whenever necessary to make the necessary conversions in the series.⁴ All variables were put into natural logarithms before the analysis. In our notation, p_t^* is the log of the CPI in Portugal, p_t is the log of the CPI of the country being tested, and s_t is the log of the amount of currency of the country being tested needed to buy 1 *escudo*.

4. Methodology

We use 4 classes of tests to test the validity of PPP. These methods are extensively discussed in Carvalho and Júlio (2010).

We start by presenting two simple univariate unit root tests – the ADF test and the DF-GLS test – designed to test the null hypothesis of a unit root against the alternative that the process driving RERs is stationary. The latter test has the advantage of allowing for higher power.

Although univariate unit root tests are clearly important, since they are very easy to implement and interpret, there are at least 4 reasons that recommend running additional tests. First, prices and exchange rates are usually non-stationary, which makes the use of standard critical values in univariate tests inappropriate (Philips, 1987). A possible solution is to use co-integration procedures, which allows us to test if a linear combination of two or more non-stationary series is itself stationary. However, we cannot apply this method here, since a majority of our series is not integrated of order 1. More specifically, nominal exchange rates in our sample seem to be stationary, and prices are mostly characterized two unit roots, features that may bias the results of the traditional Johansen's co-integration test. Second, most univariate unit root tests have little power to reject the null hypothesis when it is not true (Sarno and Taylor, 2002). Although the power of the DF-GLS test lies near the asymptotic power envelop, panel procedures may attain large improvements in power by aggregating observations across countries. Third, the RER may be characterized by pervasive components, common to all series, and idiosyncratic components, which are series specific. Conducting unit root tests without taking into account the distinct behaviors of the different components of the series may bias the results (Bai and Ng, 2004). PANIC is able to address this issue, by testing for the presence of unit roots in each of these components separately, even if they are unobservable. Finally, the linear specification assumed by univariate tests (and also by the remaining tests) may not represent correctly the adjustment process faced by RERs, due to frictions in international markets, such as trade barriers and transport costs (Taylor et al., 2001). The solution is to consider nonlinear adjustments in unit root testing, such that different speeds of adjustment can be captured, depending on the misalignment presented by the RER. We now consider the latter three approaches in turn.

The main idea behind panel unit root tests is to pool cross-section data in order to generate more powerful tests; however this may generate additional problems not present in univariate tests, namely contemporaneous correlation between observations. Note that RERs are cross-sectionally dependent by construction, since all of them contain two common components: the Portuguese price index and the value of the *escudo* (prior to the introduction of the Euro).⁵ Three standard panel unit root tests are analyzed – the Levin et al. (2002) (henceforth LLC), the Im et al. (2003) (hereinafter IPS) and the Fisher-ADF test (Maddala and Wu, 1999). The LLC test is based on a modified t-statistic from a pooled regression which involves standardized variables, and evaluates the null hypothesis that each RER pair follows a random walk against the alternative hypothesis that all RER pairs are stationary and mean-revert at the same rate. This is one of the main hindrances of this inference process, since the assumption that the same first-order partial autocorrelation is shared by all the cross-section units of the panel under the alternative hypotheses is quite vexatious. Im et al. (2003) develop a more flexible panel unit root testing procedure in which the autoregressive coefficients are allowed to vary across all the cross-section units of the panel. In this test, the null hypothesis that each RER pair follows a random walk is tested against the alternative that a subset of the RER pairs is stationary. The Fisher-ADF test shares the same null and alternative as the IPS test,

⁴ To be certain that the creation of the Euro Area does not influence our conclusions, all tests presented here were also run for the period 1973:1 – 1998:4. Since conclusions remained broadly unchanged, we decided to use the longest time span available in order to take advantage of more powerful tests.

⁵ See O'Connell (1998) for a discussion.

but is built under more general assumptions and consequently is can perform more reliably in empirical analysis. Observe that a rejection of the null hypothesis in this context is completely uninformative about the identity of the countries in which PPP holds, or even about the number of countries in which we expect to observe a stable RER. The misinterpretation of the null hypothesis in some panel unit root tests is not uncommon in the literature (Sarno and Taylor, 1998; Taylor and Sarno, 1998), and often leads to wrong conclusions.

The results for the factor structure approach developed by Bai and Ng (2004), known as PANIC – Panel Analysis of Non-stationarity in the Idiosyncratic and Common components –, are presented in the sequel. The main idea of this test is to decompose each series into two components – one which is mainly unit specific (idiosyncratic component) and another which is strongly correlated with other series (common factor or pervasive component). While the first may represent specific events for all countries except Portugal, the second may capture any event that affects the Portuguese economy, such as depreciations of the *escudo*. This test procedure has two main advantages. First, it allows the identification of the source of non-stationarity, if any. This presents a significant improvement over other unit root tests, which are not as reliable as PANIC if the series are composed by several components with distinct behaviors. Second, it permits the design of a valid pooled test on the idiosyncratic components, since these are, in principle, independent across the cross-section units of the panel. Hence, PANIC solves the problem posed by the standard panel unit root tests, which, by ignoring cross-sectional dependence, may present serious size distortions that induce over-rejections of the null hypothesis (O’Connell, 1998).

The number of common factors in PANIC is usually selected through an information criterion, along the lines of Bai and Ng (2002), and the decomposition is accomplished by applying principal components to the model. In our analysis, we use the BIC3 criteria, which is more robust to the presence of any residual cross-correlation in the idiosyncratic components. Afterwards, the ADF test is performed on all the individual de-factored series to test for an individual specific unit root. If the common factor is unique, the existence of a common trend is also evaluated through the ADF test. If more than one common factor exists in data, a sequential procedure is applied, which tests the null hypothesis that m common factors are non-stationary, where m is initially equal to the number of common factors. If rejected, the test is performed again, but the number of non-stationary common factors under the null hypothesis is corrected by -1 , *i.e.*, we set $m := m - 1$; otherwise the number of non-stationary common factors is set to m . The test statistics of this sequential procedure are based on modified versions of the Q_f and Q_c statistics (denoted by MQ_f and MQ_c respectively) originally proposed by Stock and Watson (1988). A series is non-stationary if at least one of these two types of components is non-stationary. If at least one common factor is non-stationary but the idiosyncratic component is stationary, then the RER pair will be non-stationary due to a pervasive source. If the opposite is verified, then the non-stationarity of the RER pair is due to a series-specific factor that cannot be endorsed in common grounds. Finally, a valid pooled test of the Fisher-ADF type can be performed on the idiosyncratic components, since these do not depend on the common factor and are therefore independent across the cross-section dimension of the panel.

Lastly, we consider the KSS (Kapetanios et al., 2003) test – a univariate unit root test that is robust to the possibility of nonlinear adjustments in RERs. The idea of nonlinear adjustments in RERs is not new, dating back at least to Cassel (1922), and is based on the idea that transaction costs may create a band of inaction within which deviations from PPP do not create profitability conditions that are the basis of convergence of RERs to their long-run equilibrium. However, once this threshold is breached, profits from international trade arise and RERs become mean-reverting. If one believes that deviations from PPP are characterized by strong nonlinearities, as several models suggest (*e.g.* Dumas, 1992; Sercu et al., 1995), then standard unit root tests will have very low power to reject a potentially false null hypothesis of non-stationarity, as illustrated in Taylor et al. (2001). In the KSS test, the RER is allowed to follow a random walk for small deviations from equilibrium, but becomes increasingly mean-reverting the further away it is from its long-run equilibrium. Hence, rejecting the null hypothesis means that the process is locally non-stationary, but globally nonlinear and stationary.⁶

⁶ The KSS test only considers nonlinearities of the ESTAR (Exponential Smooth Transition Autoregressive) type under the alternative hypothesis.

5. Results

Table 1 shows the results of the univariate unit root tests. We observe that the ADF test does not reject the null hypothesis of a unit root for any RER pair at a 5% significance level. The DF-GLS test does not improve the evidence towards PPP significantly, despite its higher power; in fact, only for 4 countries the null hypothesis is rejected at a 5% significance level: Austria, Denmark, Greece and Ireland.

Table 1: Results of univariate unit root tests.

Country	ADF	DF-GLS	Country	ADF	DF-GLS
Austria	-2,71 *	-2,50 **	Italy	-1,62	-1,35
Belgium	-1,48	-1,04	Luxembourg	-1,42	-0,75
Cyprus	-1,35	-0,14	Malta	-1,26	-0,49
Denmark	-2,31	-2,31 **	Netherlands	-1,16	-1,06
Finland	-1,06	-1,08	Spain	-2,12	-1,75 *
France	-0,81	-0,28	Sweden	-0,17	0,95
Greece	-2,64 *	-2,63 ***	United Kingdom	-1,72	-1,76 *
Ireland	-2,03	-2,02 **			
			Number of rejections	*	2
				**	0
				***	0
					6
					4
					1

Notes: *, ** and *** represent rejections at 10, 5 and 1 percent significance levels, respectively. The ADF and DF-GLS tests consider an intercept, but no trend in data. Both use the Akaike Information Criteria to select the lag length (an upper bound of 8 lags was imposed). The critical values for the ADF t-statistic are approximately -2.58 at 10 percent, -2.88 at 5 percent, and -3.48 at 1 percent significance levels, while the critical values for the DF-GLS t-statistic are approximately -1.62 at 10 percent, -1.94 at 5 percent, and -2.58 at 1 percent significance levels (MacKinnon, 1996).

The results for the LLC, IPS, and Fisher-ADF tests are presented in Table 2. All these tests fail to reject the random walk behavior of RERs, which suggests that all RERs pairs are non-stationary and therefore they do not mean-revert to their hypothetical long-run equilibrium. This evidence is in line with the findings of univariate unit root tests, and supports the conclusion that the Portuguese economy faced permanent changes in competitiveness *vis-à-vis* other European countries. The issue of competitiveness is analyzed in Section 6.

Table 2: Results of panel unit root tests under the assumption of cross-sectional dependence.

LLC		IPS		Fisher-ADF	
τ_ρ	p-v	W_{tbar}	p-v	Z_{stat}	p-v
0,43	0,67	-0,53	0,30	30,31	0,55

Notes: The number of lags was automatically selected according to the Akaike Information Criteria (an upper bound of 8 lags was imposed) in the tests which rely on lags to correct for serial correlation. Results do not change substantially under alternative lag selection criteria. For the LLC test, the Bartlett kernel method was used, and bandwidth selection was made according to the Newey-West criteria.

Table 3 provides the results of PANIC. First of all, observe that the variability of each series that is explained by the common factors is above 50 percent for all series except Sweden, and in 3 cases it even above 90%. This reveals the importance of factor analysis in developing and understanding the co-movements of contemporaneously related series. According to the BIC3 criterion and the MQ_t and MQ_c statistics, our panel has two non-stationary common factors (*i.e.*, common trends). Additionally, the unit root tests on the idiosyncratic error components show that, for all countries except Italy, specific shocks are endowed with infinite memory. Furthermore, the panel test yields the same conclusion of the standard panel unit root tests of Table 2. Hence, PANIC suggests that pervasive sources, related to the Portuguese

economy, and idiosyncratic shocks, contribute together to the non-stationarity of RERs. All these conclusions carry through if one considers the presence of a unique common factor.⁷

Table 3: Results of PANIC.

Country	ADF ^e	R ₁	Country	ADF ^e	R ₁
Austria	0,17	0,11	Italy	-2,29 **	0,39
Belgium	-0,81	0,09	Luxembourg	-0,05	0,09
Cyprus	0,10	0,25	Malta	0,13	0,25
Denmark	-0,21	0,11	Netherlands	-1,67 *	0,09
Finland	-1,02	0,38	Spain	-0,10	0,47
France	0,70	0,19	Sweden	0,49	0,51
Greece	-0,06	0,48	United Kingdom	-0,56	0,22
Ireland	-0,19	0,27			
Number of common factors (BIC3)				2	
MQf(2)				-1,51	
Number of common trends (MQf)				2	
MQc(2)				-3,11	
Number of common trends (MQc)				2	
Pooled test (P)				-0,54	

Notes: ADF^e is the ADF test on the idiosyncratic component. R₁ is a measure of the relative importance of the idiosyncratic factor in the series, and is computed as the ratio between the variance of the first difference of the idiosyncratic error term and the variance of the first difference of the series. The critical values for the ADF t-statistic are approximately -1.61 at 10 percent, -1.94 at 5 percent and -2.59 at 1 percent significance levels, for the case of no constant (MacKinnon, 1996). The critical values for MQ_{c,f}(2) are approximately -19.9 at 10 percent, -23.5 at 5 percent, and -31.6 at 1 percent significance levels (Bai and Ng, 2004).

Finally, Table 4 presents the results of the KSS test. These results seem to broadly corroborate the main conclusions of the previous tests: there is no evidence for a wide-ranging PPP relationship in the case of the Portuguese economy. In fact, only in 4 cases the null hypothesis of a random walk was rejected in favor of a globally stable RER at a 5% significance level: Austria, Denmark, Spain and United Kingdom.

Table 4: Results of the KSS test.

Country	KSS	Country	KSS
Austria	-2,98 **	Italy	-2,30
Belgium	-1,29	Luxembourg	-1,31
Cyprus	-2,09	Malta	-1,75
Denmark	-2,92 **	Netherlands	-1,97
Finland	-1,73	Spain	-3,23 **
France	-0,99	Sweden	-0,25
Greece	-2,28	United Kingdom	-3,33 **
Ireland	-2,62 *		
		*	5
		**	4
		***	0

Notes: *, ** and *** represent rejections at 10, 5 and 1 percent significance levels, respectively. The KSS test considers an intercept, but no trend in the data. The number of lags was selected according to the Akaike Information Criteria (an upper bound of 8 lags was imposed). Monte Carlo simulations were performed to derive the critical values for the KSS t-statistic, with a total number of 148 observations (the dimension of our time series) and 50 000 replications. We obtained (approximately) the following critical values: -2.61 at 10 percent, -2.88 at 5 percent, and -3.42 at 1 percent significance levels. These values are similar to the ones obtained by Kapetanios et al. (2003).

⁷ Since these results are similar to the ones in Table 3, we do not present this case here.

In sum, some evidence of a stable RER seems to exist between Portugal and the following countries: Austria, Denmark, Greece, Ireland, Spain and the United Kingdom; however, this evidence is unconvincing and insufficient to highlight PPP as a wide-ranging relationship for the Portuguese case.

6. Conclusions and Implications

In this article, we conducted several tests to test the validity of PPP, using Portugal as reference country. Each test specifically addressed a particular feature or trait of the data, but all suggested that evidence for PPP as a wide-ranging relationship is non-existent. Only in some particular cases the PPP hypothesis was, to some extent, supported by the data, although the evidence cannot be classified as compelling.

The failure of PPP has several economic implications. For instance, Rogoff (1996) and Sarno and Taylor (2002) point out that, if shocks to the RER are highly persistent, then they must be originated from the real side (e.g. technology shocks), while, if shocks to the RER show little persistence, then they must be originated by aggregate demand (e.g. monetary policy). PPP is also used to compare national income levels (Sarno and Taylor, 2001), and this only makes sense if the relative purchasing power of two currencies does not change over time.

However, PPP is also useful to undertake conclusions regarding competitiveness between two countries. Since the RER measures the relative price of a given basket of goods, when these are expressed in a common currency, permanent changes in its level can be linked to changes in competitiveness. In this sense, an appreciation or depreciation of the RER is associated to a decrease or increase in competitiveness, respectively. Although the CPI is not the best suited measure to evaluate this, since it includes some non-tradable goods, it is often used in practice due to the lack of sufficient information for alternative price measures.

These changes in competitiveness can be evaluated through a graphical inspection of the series, which are presented in the Appendix. Most of the series are characterized by episodes of real appreciations and by episodes of real depreciations of the *escudo*, indicating that shocks to the RER are very persistent and have not only a short-run effect, but also a medium-run impact. This is a first cause of the failure of PPP for many RER pairs.⁸

Furthermore, the RER is characterized by a positive long-run trend for Austria, Belgium, Denmark, France, Luxembourg, Netherlands and Sweden, and by a positive structural break around the early 90's for Cyprus, Finland and Malta. This suggests a fall in the competitiveness of the Portuguese economy against these countries. On the other hand, Portugal maintained or even gained competitiveness against Greece, Ireland, Italy and Spain. The existence of long-run trends in RERs is another cause of the failure of PPP.

It is also worthwhile to analyze the series for the period after the early 90's, since the behavior of RERs changed with the adoption of the convergence criteria that lead to the creation of the Euro Area. While Portugal lost competitiveness against Austria, Belgium, Denmark, Finland, France, Luxembourg, Netherlands, Sweden and the United Kingdom, it maintained or gained competitiveness against Cyprus, Greece, Ireland, Italy, Malta and Spain.

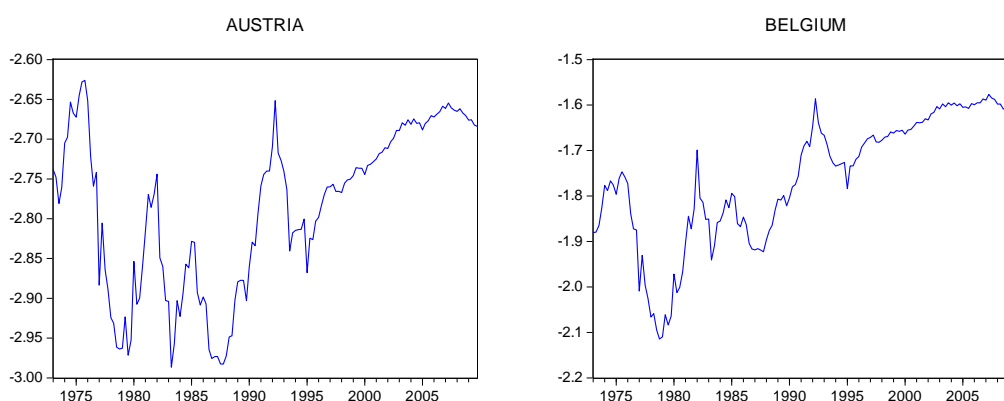
7. References

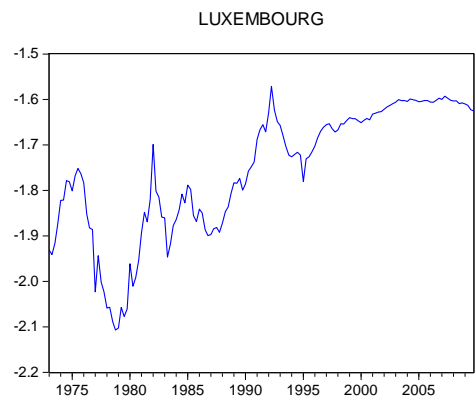
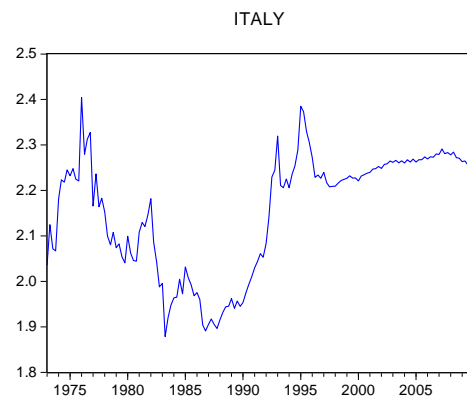
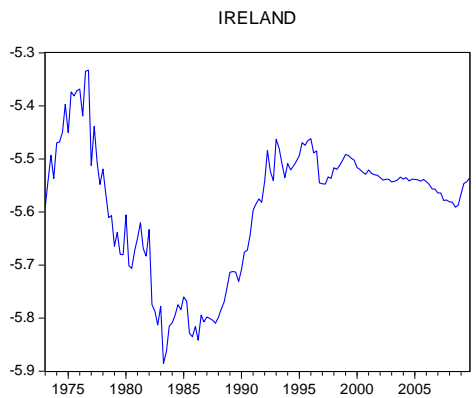
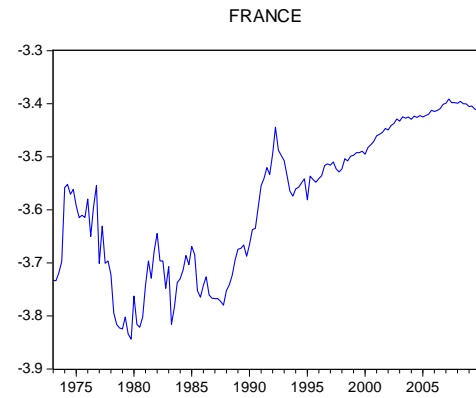
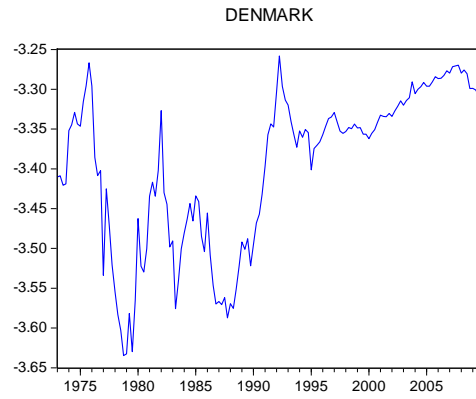
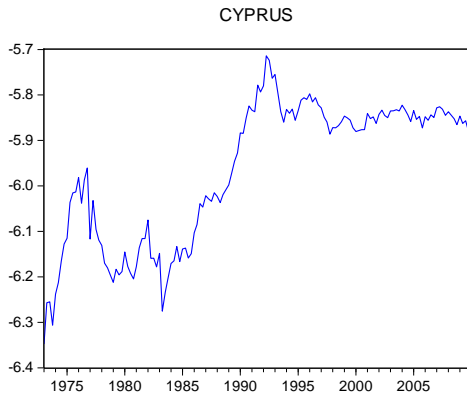
- Bai, J. & Ng, S. (2002). Determining the number of factors in approximate factor models. *Econometrica*, 70, 191-221.
- Bai, J. & Ng, S. (2004). A panic attack on unit roots and cointegration. *Econometrica*, 72, 1127-1177.
- Carvalho, M. & Júlio, P. (2010). Digging out the PPP hypothesis: An integrated empirical coverage. *Mimeo, UNL – Faculdade de Economia*.
- Cassel, G. (1922). Money and foreign exchange after 1914. London: Constable.

⁸ It is well known that, if the RER is very persistent, but stationary, unit root tests have low power to reject a false null hypothesis.

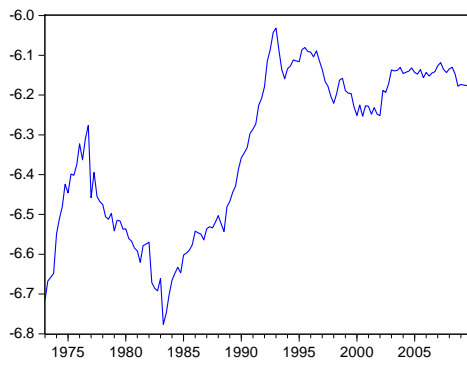
- Dumas, B. (1992). Dynamic equilibrium and the real exchange rate in a spatially separated world. *Review of Financial Studies*, 5, 153-180.
- Im, K.S., Peraran, M.H. & Shin, Y. (2003). Testing for unit roots in heterogeneous panel. *Journal of Econometrics*, 115, 53-74.
- Kapetanios, G., Shin, Y. & Snell, A. (2003). Testing for a unit root in the nonlinear STAR framework. *Journal of Econometrics*, 112, 359-379.
- Levin, A., Lin, C. & Chu, C.J. (2002). Unit root tests in panel data: Asymptotic and finite-sample properties. *Journal of Econometrics*, 108, 1-24.
- MacKinnon, J.G. (1996). Numerical distribution functions for unit root and cointegration tests. *Journal of Applied Econometrics*, 11, 601-618.
- Maddala, G. & Wu, S. (1999). A comparative study of unit root tests and a new simple test. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 61, 631-652.
- O'Connell, P.J. (1998). The overvaluation of purchasing power parity. *Journal of International Economics*, 44, 1-19.
- Philips, P.C.B. (1987). Time series regression with a unit root. *Econometrica*, 55, 277-301.
- Rogoff, K. (1996). The purchasing power parity puzzle. *Journal of Economic Literature*, 34, 647-668.
- Sarno, L. & Taylor, M.P. (1998). Real exchange rates under the recent float: Unequivocal evidence of mean reversion. *Economic Letters*, 60, 131-137.
- Sarno, L. & Taylor, M.P. (2001). Official intervention on the foreign exchange market: Is it effective and, if so, how does it work? *Journal of Economic Literature*, 39, 839-868.
- Sarno, L. & Taylor, M.P. (2002). Purchasing power parity and the real exchange rate. *IMF Staff Papers*, 49, 65-105.
- Sercu, P., Uppal, R. & Van Hulle, C. (1995). The exchange rate in the presence of transactions costs: Implications for tests of purchasing power parity. *Journal of Finance*, 50, 1309-1319.
- Stock, J.H. & Watson, M.W. (1988). Testing for common trends. *Journal of the American Statistical Association*, 83, 1097-1107.
- Taylor, M.P. & Peel, D.A. (2000). Nonlinear adjustment, long-run equilibrium and exchange rate fundamentals. *Journal of International Money and Finance*, 19, 33-53.
- Taylor, M.P., Peel, D.A. & Sarno, L. (2001). Nonlinear mean-reversion in real exchange rates: Towards a solution to the purchasing power parity puzzles. *International Economic Review*, 42, 1015-1042.
- Taylor, M.P. & Sarno, L. (1998). The behavior of real exchange rates during the post-Bretton Woods period. *Journal of International Economics*, 46, 281-312.

8. Appendix

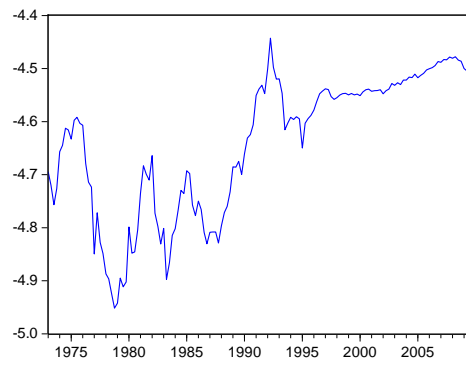




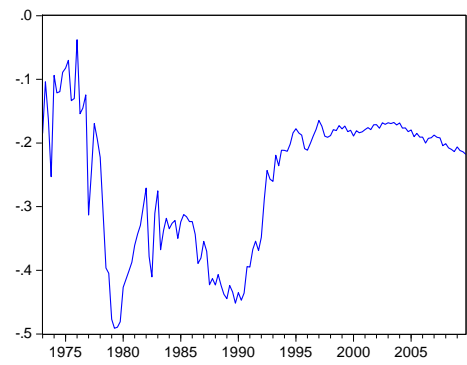
MALTA



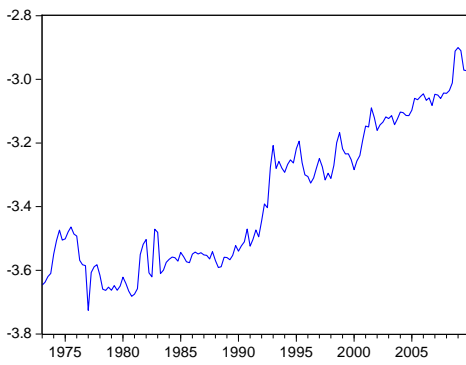
NETHERLANDS



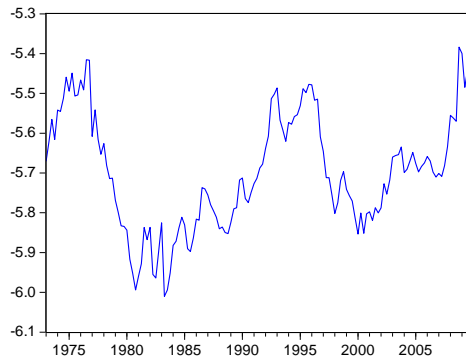
SPAIN



SWEDEN



UK



Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>7 de Setembro de 2010</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN extraordinário de 7 de Setembro de 2010 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Semestre Europeu: O Conselho aprovou a revisão do Código de Conduta relativo à implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, permitindo a criação do Semestre Europeu a partir de 2011. O Código de Conduta revisto requer a apresentação dos programas de estabilidade e convergência entre meados e final de Abril de cada ano. Todo o processo de avaliação destes programas deverá ficar encerrado com a aprovação das Opiniões do Conselho antes do final de Julho, com o intuito de esta instituição fornecer orientações que os estados-membros podem tomar em atenção na definição dos seus orçamentos para o ano seguinte. Esta alteração, em conjunto com a modificação do prazo de apresentação dos programas nacionais de reforma para o mesmo período, tem como objectivo melhorar a coordenação das políticas económicas e contribuir para reforçar a disciplina orçamental, estabilidade macroeconómica e crescimento, em linha com a Estratégia Europa 2020. O Semestre Europeu é uma das primeiras iniciativas a surgir da <i>Task Force Van Rompuy</i>, criada pelo Conselho Europeu, no âmbito do reforço da governação económica. ▪ Reforma da Supervisão Financeira: O Conselho subscreveu o acordo a que chegou com o Parlamento Europeu sobre os elementos fundamentais da reforma do quadro de supervisão do sistema financeiro da UE. A reforma pretende estabelecer uma nova base para a supervisão na Europa, eliminando deficiências que ficaram patentes durante a crise financeira. Esta reforma implica a criação do Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB), que exercerá a supervisão macroprudencial do sistema financeiro, e de três autoridades europeias de supervisão – a Autoridade Bancária Europeia (EBA), a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) e a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA).
<p>Convenção com Barbados</p>	<p>O Estado Português concluiu, em 23 de Agosto, negociações com as autoridades de Barbados para a celebração de uma convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento, assente no modelo da OCDE.</p>
<p>Programa «Licenciamento Zero»</p>	<p>O Conselho de Ministros de 26 de Agosto aprovou o «Licenciamento Zero», uma medida do Programa Simplex com vista à simplificação do regime de instalação e modificação do pequeno comércio. A medida prevê a eliminação de licenças, autorizações, validações, certificações, registos e outros actos permissivos, substituindo-os por um reforço da fiscalização sobre essas actividades e um agravamento de regime sancionatório.</p>
<p>Protocolos com Moçambique</p>	<p>Foram assinados, em 30 de Agosto, protocolos de cooperação nos domínios da Fiscalização de Actividades Económicas e da Concorrência, visando por um lado a cooperação técnica entre a ASAE de Portugal e a INAE de Moçambique e, por outro, entre a Direcção Geral de Comércio de Moçambique e a Autoridade da Concorrência de Portugal. Foi ainda assinado um memorando de entendimento para a instalação de plataformas logísticas de base alimentar nas províncias de Maputo, Sofala e Nampula.</p>
<p>Contratos de Compra e Venda de Micro e Pequenas Empresas</p>	<p>O Conselho de Ministros de 2 de Setembro estabeleceu prazos máximos de pagamento obrigatórios para os contratos de compra e venda ou de fornecimento de bens alimentares exclusivamente destinados ao consumo humano, quando o fornecedor seja micro ou pequena empresa.</p>

Iniciativa	Sumário
Convenções com Colômbia e o Panamá	Em 27 e 30 de Agosto, respectivamente, foram assinadas convenções com o Panamá e a Colômbia em matéria de impostos sobre o rendimento de modo a evitar a dupla tributação.
Centrais Mini-hídricas	O Conselho de Ministros de 2 de Setembro prevê o lançamento de procedimentos concursais de iniciativa pública de adjudicação de centrais mini-hídricas, durante os anos de 2010 e 2011. Esta iniciativa vem concretizar a Estratégia Nacional para a Energia 2020 quanto ao potencial identificado de produção de energia hídrica.
Acordo com a República Democrática e Popular da Argélia	Proposta de Resolução do Conselho de Ministros de 2 de Setembro, que aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Democrática e Popular da Argélia sobre Transportes Internacionais Rodoviários e de Trânsito de Passageiros e Mercadorias, assinado em Argel, em 9 de Junho de 2008.
Taxas de portagem nas SCUT	O Conselho de Ministros de 9 de Setembro estabeleceu os princípios que regem a introdução de portagens nas auto-estradas sem custos para o utilizador (Scut), introduzindo o princípio da universalidade e o princípio da discriminação positiva na cobrança de taxas de portagem para os utilizadores locais das regiões mais desfavorecidas.
Acordo com o Reino de Espanha	O Conselho de Ministros de 9 de Setembro aprovou o acordo o acordo entre Portugal e o Reino de Espanha relativo à eliminação de entraves administrativos e burocráticos na obtenção de informações relativas à área de registo civil e comercial, no mercado ibérico.

2. Selecção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Livro Branco do Sector Empresarial Local</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º64/2010 – Série I n.º168, de 30/08	Determina a elaboração do Livro Branco do Sector Empresarial Local com o objectivo de proceder à caracterização e avaliação do impacto, sustentabilidade e quadro legal, e ainda identificar perspectivas e recomendações do sector empresarial local. Cria também uma comissão de acompanhamento da elaboração do estudo.
<i>Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique</i> Portaria n.º815/2010 – Série I n.º168, de 30/08	Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique.
<i>Programa Turismo Sénior 2010-2011</i> Portaria n.º645/2010 – Série II n.º168, de 30/08	Aprova a realização do Programa Turismo Sénior 2010-2011, para vigorar nos meses de Outubro de 2010 a Maio de 2011, nos termos e condições previstos na proposta apresentada pela Fundação INATEL, entidade responsável pela gestão do Programa a nível nacional.
<i>Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. (IGFSE, I.P.)</i> Portaria n.º826/2010 – Série I n.º169, de 31/08	Altera os Estatutos do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. por necessidade de se proceder a ajustamentos nos referidos Estatutos de modo a garantir maior conformidade e adequação ao quadro de atribuições, competências e responsabilidades do IGFSE, I.P.
<i>Instituto Electrotécnico Português</i> Aviso n.º17357/2010 – Série II n.º171, de 02/09	Cancela o reconhecimento como entidade inspectora de redes e ramais de distribuição e instalações de gás do IEP – Instituto Electrotécnico Português, a pedido do mesmo.
<i>Regime Especial das Expropriações</i> Lei n.º31/2010 – Série I n.º171, de 02/09	O Governo fica autorizado a criar um regime especial de expropriações necessárias à realização de infra-estruturas que integram candidaturas beneficiárias de co-financiamento pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo de Coesão no âmbito do QREN ou pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

Assunto/Diploma	Descrição
<p><i>Informações Contabilísticas das microentidades</i></p> <p>Lei n.º35/2010 – Série I n.º171, de 02/09</p>	<p>Institui um regime especial que simplifica as normas e informações contabilísticas em vigor aplicáveis às microentidades.</p>
<p><i>Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras</i></p> <p>Lei n.º36/2010 – Série I n.º171, de 02/09</p>	<p>Altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.</p>
<p><i>Convenção com a República da Moldova</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º106/2010 – Série I n.º171, de 02/09</p>	<p>Aprova e publica o texto referente à Convenção com a República Moldova para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa em 11 de Fevereiro de 2009.</p>
<p><i>Taxa reduzida do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)</i></p> <p>Portaria n.º840/2010 – Série I n.º171, de 02/09</p>	<p>Regulamenta as formalidades e os procedimentos aplicáveis ao reconhecimento e ao controlo do acesso à isenção e aplicação de taxas reduzidas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP).</p>
<p><i>Grupo Anti-Contrafacção</i></p> <p>Portaria n.º882/2010 – Série I n.º177, de 10/09</p>	<p>Cria o Grupo Anti-Contrafacção, um grupo interministerial que congrega a Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica, a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, a Guarda Nacional Republicana, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I.P., a Polícia Judiciária e a Polícia de Segurança Pública para a defesa dos direitos de propriedade industrial.</p>
<p><i>Linha de crédito aos agricultores</i></p> <p>Portaria n.º889/2010 – Série I n.º178, de 13/09</p>	<p>O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas aumenta o montante global de crédito com juros bonificados destinado às empresas do sector agrícola e pecuário.</p>
<p><i>II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013)</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º74/2010 – Série I n.º182, de 17/09</p>	<p>Aprova o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013). Neste II Plano destacam-se duas novas áreas de intervenção, a da promoção da diversidade e interculturalidade, e a dos idosos imigrantes.</p>

Abreviaturas Utilizadas

